

**Priscila Rezende**

**“Do inimigo externo ao interno”:**

**A Participação do Alto Oficialato das Forças Armadas no cenário  
Político Brasileiro (1930-1937)**

**MESTRADO: HISTÓRIA**

**PUC-SP  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Priscila Rezende**

**“Do inimigo externo ao interno”:**

**A Participação do Alto Oficialato das Forças Armadas no cenário  
Político Brasileiro (1930-1937)**

**Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo como exigência  
parcial para obtenção do grau de mestre  
em História, sob a orientação da Prof.(a),  
Dra. Vera Lúcia Vieira.**

**MESTRADO: HISTÓRIA**

**PUC-SP  
2007**

**Banca Examinadora**

---

---

---

**À Maria Alabarsse Taino,  
in memoriam**

**Aos meus pais queridos e ao Cleber.**

## **AGRADECIMENTOS**

**Quero neste momento agradecer algumas pessoas e instituições que, indubitavelmente, contribuíram muito para a realização efetiva desta pesquisa.**

**Agradeço a minha orientadora professora Dra. Vera Lúcia Vieira por toda atenção, paciência e disponibilidade. Certamente, foi a pessoa que mais me incentivou e acreditou na concretização deste trabalho.**

**Ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica pela credibilidade depositada.**

**Aos meus amados pais, pelo carinho e compreensão.**

**Ao meu companheiro Cleber, pelo apoio e motivação, toda a minha gratidão.**

**Aos professores e amigos do Curso de História da Universidade Cidade de São Paulo pelo apoio e confiança.**

**Às minhas amigas Isabel, Andréa, Cléo, Nicoline e Cimara que me deram força nos momentos difíceis.**

**À Kely e Leonardo, pela força e alegrias compartilhadas.**

**À CAPES, o sincero sentimento de gratidão pelo auxílio concedido para a realização desta pesquisa.**

*“Como ministro da Guerra, não devo silenciar em assuntos que se refletirão sobre as atividades de minha Pasta, pois é inegável que o Exército, como figurante destacado do quadro social da Nação, de cujas instituições é, por lei, o grande mantenedor, não pode deixar de sofrer as conseqüências resultantes de uma política de excessiva tolerância”.*

*Gen. Eurico Gaspar Dutra*

## **Resumo**

Essa pesquisa visa mostrar a participação dos altos oficiais das Forças Armadas no cenário político brasileiro de 1930 a 1937. Este estudo analisou essa participação, por intermédio de documentos selecionados no período citado, com base nas doutrinas do Ministério da Guerra ensinadas ao exército e pelo exército, o ideário construído sobre o comunismo neste período e a suposta relação harmoniosa entre a classe operária e a classe empresarial anunciada pelo alto oficialato.



## **Abstract**

This research aims to show the participation of high officials of Armed Forces in Brazilian political scene from 1930 to 1937. This study analysed this participation through the selected documents during the mentioned period based on doctrines from Ministry of War which were taught in the army and by the army, the system of political, social and economic ideas that was built about the communism in this period and the supposed aesthetic relation between the working class and the empresarial class announced by the high officialdom.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 09  |
| <b>CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL</b> .....              | 35  |
| 1.1. Os Primórdios da História Militar no Brasil.....   | 35  |
| 1.2. A participação do alto oficialato na vida política do Brasil (1889 a 1920).....            | 51  |
| <b>CAPÍTULO II - A AFIRMAÇÃO DA “SEGURANÇA NACIONAL” DAS FORÇAS ARMADAS</b> .....               | 81  |
| 2. 1. Alto Oficialato versus Oligarquias: A Luta pelo Poder (1920-1934).....                    | 81  |
| 2.2. A noção de Soberania Nacional dos militares.....   | 102 |
| <b>CAPÍTULO III - OS FUNDAMENTOS DO DISCURSO MILITAR: A “CRIAÇÃO” DO INIMIGO NACIONAL</b> ..... | 121 |
| 3.1. “A Intentona Comunista”: Repressão às forças contrárias ao governo.....                    | 122 |
| 3.2. Articulação do Plano Cohen: “A ameaça comunista”.....                                      | 135 |
| <b>Considerações Finais</b> .....   | 155 |
| <b>Referências Bibliográficas</b> .....   | 158 |

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa mostrar a participação efetiva do alto oficialato das Forças Armadas, principalmente do Exército no cenário político do Brasil de 1935 a 1937.

Em vários momentos, por intermédio dos documentos analisados, foi notada a autoridade que possuíam os oficiais do Exército e o ministro da Guerra para decisão e até mesmo imposição de componentes no plano político para atender aos interesses do próprio exército.

Durante a crise do Império de D. Pedro II que se intensificou depois da Guerra do Paraguai os militares perceberam que podiam se organizar para obter maior reconhecimento político, juntamente com as oligarquias do café e da pecuária, pois a guerra já possibilitara uma remodelação do Exército executada pelo marquês de Caxias nomeado em 1866 para comandar as forças armadas da nação que se configurava.

Em 1887 as críticas à monarquia por parte dos militares, republicanos e abolicionistas aumentaram. As únicas bases de apoio do imperador eram as oligarquias do café e da pecuária que não apoiavam as propagandas abolicionistas. No entanto, a abolição dos escravos ocorreu em 1888, o que representou, para estas forças conservadoras, a incapacidade do imperador em permitir que a mesma ocorresse, daí a ruptura do grupo dominante que se visibilizava com as críticas dos militares e republicanos ao imperador.

O Marechal Deodoro da Fonseca, presidente do Clube Militar, era uma figura muito respeitada pelos militares e obteve maior reconhecimento depois de participar da guerra contra o Paraguai. Sua autoridade cresceu tanto que em 1889 este chegou a intimidar o imperador com uma carta exigindo que o mesmo voltasse à Portugal com a sua família.

Configura-se uma crise que fragilizava ainda mais a possibilidade da burguesia, tanto a oligárquica, quanto a quase inexistente industriária, assumirem a condução do processo que culminaria com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 liderada pelos militares, caracterizando-se assim a subordinação desta burguesia aos militares. A população não participou deste movimento e a partir deste episódio os militares têm participação efetiva no quadro político do país colocando-se como “defensores da República” contra qualquer ato que fosse considerado subversivo da nova ordem instituída.

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados por agitações e opiniões divergentes acerca da formatação do novo regime.

Os militares, capitaneados por Marechal Deodoro da Fonseca, tentaram um golpe logo no início da República, desrespeitando a Constituição de 1891 que o próprio Marechal ajudara a compor. No entanto, este não deu certo e Deodoro renunciou à presidência, assumindo Floriano Peixoto, outro marechal, seu vice.

O início da República foi marcado por uma política oligárquica que, segundo Nelson Werneck Sodré (1962)<sup>1</sup>, representava uma contradição

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1962.

entre o setor agrário-exportador e setor urbano industrial. Para Sodré, a primeira fase de implantação desta política de dominação do latifúndio foi o poder exercido pela classe média representada pelos militares que atuaram na presidência da República. O segundo momento que marca a implantação dessa política, ainda segundo este autor, foi a recomposição do poder exclusivamente nas mãos das oligarquias latifundiárias, interpretação esta assumida pela historiografia até os dias atuais. O declínio da política de dominação do latifúndio foi acarretado pela expansão da burguesia urbana industrial e da classe média que começaram a disputar o controle do poder político. Para Sodré, a “Revolução de 1930”<sup>2</sup> foi reflexo do prélio entre a burguesia industrial e o latifúndio.

Entretanto, essa pesquisa pretende mostrar que os militares não se afastaram do poder político, assim como analisa Sodré, mas permaneceram e governaram junto com as oligarquias latifundiárias e depois com a burguesia industrial, por intermédio do Ministério da Guerra, cujos ministros eram os oficiais do Exército, durante todo o período analisado e não apenas na ditadura que vai se instaurar em 1934.

Os documentos analisados revelam que no início da República o alto oficialato representado, tanto por Deodoro da Fonseca quanto por Floriano Peixoto, não queria governar com as oligarquias do latifúndio que compunham o Congresso. Por este motivo, Deodoro tentou dar um

---

<sup>2</sup> As discussões historiográficas sobre a Revolução de 30 são inúmeras, dentre as quais se destacam as que questionam se este acontecimento foi mesmo uma revolução e aqueles que o reafirmam enquanto tal.

golpe e dissolveu o Congresso, pois concluíra que os militares poderiam perder o controle político para estas oligarquias.

Floriano Peixoto tinha a mesma opinião que Deodoro, mas ele percebeu que, para os militares continuarem participando da vida política, precisavam dessas oligarquias que sustentavam as finanças do país por intermédio das exportações. Assim, um jogo de interesses foi implantado: de um lado as oligarquias, que dependiam dos militares para permanecerem no poder sem a ameaça de um golpe e do outro lado os oficiais do Exército que não queriam se afastar do poder político, mas precisavam da ajuda financeira das oligarquias para viabilizar sua condução da política.

No entanto, conforme demonstra a história, para além de suas intencionalidades individuais, a função social que tais militares cumpriram foi a de auxiliar o projeto político de uma burguesia industriária frágil, insipiente, tardiamente configurada e que, por sua incapacidade de romper com as oligarquias rurais, necessitou do respaldo destes militares. Daí a importância e a visibilidade que tais militares obtêm na condução das políticas do país, por meio da atuação dos ministros que ocupavam a pasta da Guerra.

O poder político do Ministério da Guerra pôde ser percebido já no governo do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes (1894-1898), por meio das reivindicações feitas pelos ministros militares para os presidentes civis.

Prudente de Moraes governou sob a pressão dos militares que embora reconhecessem que tinham que governar com as oligarquias,

não aceitavam isto com facilidade. Os chamados “florianistas” não apoiavam o governo de um civil e se manifestavam contra essa situação. A importância desta correlação de forças e o estado militarizado que se configura se evidencia com a aceitação de todos os pedidos feitos pelo ministro da Guerra, o florianista Bernardo Vasques, por Prudente de Moraes, o qual visava, com isto, amenizar essas manifestações contrárias ao seu governo e se prevenir contra um possível golpe militar.

Por exemplo, os ministros da Guerra, na chamada Primeira República, vão exigir dos presidentes ajuda financeira para a organização e aparelhagem do Exército porque, conforme veremos, alegavam que só continuariam participando do cenário político se a instituição do Exército fosse forte e organizada para vencer qualquer tipo de pressão que adviesse tanto das oligarquias ou de atos de subversão que pudessem ameaçar essa posição que os oficiais ocupavam junto ao governo.

Na conjuntura que se configurava observa-se que os presidentes, um a um foram, durante todo o período que antecede a ditadura varguista, cedendo às demandas das forças armadas. Pois este é um período em que se verifica a expansão da burguesia urbana industrial na transição da década de 1910 para a de 1920. Os movimentos sociais se intensificaram. Greves eclodiram nas principais cidades do país. Os operários se organizaram e se manifestaram contra as péssimas condições de vida e de trabalho a que eram submetidos. Por outro lado, as oligarquias do latifúndio perdiam forças perante a burguesia industrial que começava a fomentar as finanças

dentro do país, por intermédio do comércio. Os militares temiam perder o controle político para esta elite que ganhava forças.

Em 1919 o civil Epitácio Pessoa assumiu a presidência da República. Apoiando a “modernização” do país percebeu que os militares possuíam muita força junto ao governo e decidiu desestabilizar esse poder dos oficiais que ocupavam o Ministério da Guerra, nomeando civis para assumirem essa função.

A partir do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), as oligarquias do latifúndio pretendiam afastar cada vez mais os militares do poder político porque perceberam a intenção centralizadora do alto oficialato do Exército. Os militares, por outro lado, a partir da década de 1920 sentiram que a idéia “modernizante”<sup>3</sup> que veio da Europa para o Brasil buscava “destruir” a tradição e o conservadorismo e expandir o capitalismo por intermédio das fábricas e indústrias.

Os militares sempre anunciaram a função do exército na defesa da nação. Ou seja, a possível função social que cumpri nesta forma particular de desenvolvimento da república no Brasil. Este fortalecimento do aparato militar na política os colocará, muitas vezes, em confronto com algumas oligarquias que o sustentava, o que se verifica pela criação, pelo alto oficialato do Exército de “inimigos”, visando ratificar a relevância da defesa exercida por esta corporação.

No primeiro momento da República os “inimigos” criados pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram as oligarquias

---

<sup>3</sup> DE LORENZO, Helena Carvalho e outros, *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*, SP, Unesp, 1997.



do latifúndio. Consideradas por estes “inimigas da República”, tais oligarquias compunham o Congresso, daí que os oficiais de alta patente começaram a atacar este poder legislativo. Entretanto, embora fossem colocadas como “inimigas” dos militares (ou de suas pretensões golpistas) tais oligarquias não podiam ser consideradas inimigas da República já que eram elas que sustentavam financeiramente o “novo regime”. Desta forma, outros “inimigos” deveriam ser criados para que os militares se colocassem como “defensores da nação e da Constituição de 1891”.

A partir de 1920 o “inimigo” passou a ser a “modernidade” que pregava a morte da tradição e do conservadorismo.

Outros “inimigos” do alto oficialato eram os tenentes que propagavam as idéias de um governo forte e centralizado sem a presença das oligarquias no poder. O alto oficialato não apoiava os tenentes, pois estes tinham uma posição inferior na hierarquia do exército e por intermédio de rebeliões poderiam subverter a ordem instituída. Por sua vez, os tenentes não apoiavam os altos oficiais na decisão de governar junto com as oligarquias, portanto, representavam um perigo contra o poder do alto oficialato, assim sendo, os tenentes passaram a ser os “inimigos da nação brasileira”.

A transição da década de 1920 para 1930 revelou o enfraquecimento das oligarquias ligadas ao latifúndio depois da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque que resultou na crise econômica mundial, posto que os Estados Unidos eram credores de vários países e não podiam fazer mais empréstimos e nem comprar

mercadorias supérfluas como o café que o Brasil exportava para esse país, a que se somou a expansão da burguesia industrial urbana.

Ora, as oligarquias do latifúndio buscavam minar o poder político do alto oficialato do Exército desde o governo do presidente civil Epitácio Pessoa e, embora os militares fossem contrários à “modernização” muito “radical”, neste momento reforçam suas críticas aos ruralistas, pois agora podiam contar com o apoio financeiro da burguesia industrial.

Em 1930 a indicação, por Washington Luís, do paulista Júlio Prestes como seu candidato à presidência causou insatisfação dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul<sup>4</sup>. Os altos oficiais do Exército aproveitaram essa situação para sufocar as oligarquias e mostrar o poder que possuíam no quadro político do país. Todas as guarnições militares do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba se rebelaram contra Washington Luis no dia 3 de outubro de 1930 por causa da suposta fraude nas eleições que deu a vitória para Júlio Prestes em detrimento da derrota de Getúlio Vargas candidato do Rio Grande do Sul.

Uma junta militar formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João Menna Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha prenderam Washington Luis que foi exilado do país junto com a sua família. Tendo sido ministro da fazenda de Washington Luis e presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas assume assim o poder presidencial no dia 3 de novembro de 1930, com o apoio da Junta Provisória Militar que liderou o golpe e que assim, mostrou a sua força contra as oligarquias do latifúndio.

---

<sup>4</sup> Crise da política que ficara conhecida como “café com leite”.

Instaurado como provisório, o governo de Getúlio Vargas deveria durar até 1934. No entanto, um mandato que lhe foi outorgado por eleição indireta concedeu-lhe o direito de governar até 1938.

No governo de Getúlio Vargas novos “inimigos” foram criados, novamente com a ajuda dos ministros da Guerra. Estes “inimigos” eram

considerados elementos que traziam a “desordem” para a nação brasileira.

Visando atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo que se impunham no Brasil, Getúlio Vargas atende os interesses da burguesia industrial e, com a sua ajuda financeira, respalda-se mais uma vez nos militares que assim continuam a participar intensamente da vida política do país. Assim, os “inimigos” da burguesia eram também os “inimigos” dos ministros da guerra que deveriam, nesta conjuntura, cumprir a função de aprofundar os preceitos, consolidar e propagar a ideologia da segurança nacional.

Em consonância com os discursos de Getúlio, os discursos dos ministros da Guerra tentam passar a certeza da ordem e da harmonia entre as classes, ou seja, da inexistência da luta de classes no Brasil. Para isto, diziam, era necessário extirpar do seio da sociedade as ideologias que pregavam o contrário: anarquismo, socialismo, comunismo, etc. Criam assim novos “inimigos” ratificando sua função de “defesa da nação”.

Benedict Anderson defende que as nações nada mais são que comunidades imaginadas, ou seja, dentro de um determinado território há criações culturais que procuram delinear uma “identidade própria” de

uma determinada comunidade nacional. O argumento que Anderson utiliza para defender que as nações são comunidades imaginadas, é que: “Nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão

falar de sua comunhão”. (ANDERSON, 1989, p.14)<sup>5</sup>. Anderson mostra alguns dos processos que criaram as comunidades imaginadas da nacionalidade como: o capitalismo editorial que possibilitou o surgimento de línguas vernáculas em detrimento do latim; o nacionalismo oficial – crescimento do Estado-nação – como meio de sustentar um ideário dinástico para submeter às revoltas populares; a fatalidade de se fazer parte de uma nação e a imagem de unissonância contida nos símbolos nacionais. O “nacionalismo oficial”, portanto:

“Foi, desde o início, uma política consciente, de autoproteção, intimamente ligada à preservação dos interesses dinástico-imperiais (...) O único traço característico desse estilo de nacionalismo era, e é, ser ele oficial – isto é, algo que emana do Estado e que, antes e acima de tudo, serve aos interesses do Estado”. (ANDERSON, 1989, p.174)

O Estado/governo muitas vezes propagou o discurso nacionalista, de uma pseudo-unissonância, com o intuito de fazer com que seus interesses e dos grupos minoritários que se sustentam no poder sejam anunciados como interesses coletivos. Exemplos desse discurso nacionalista são os documentos que essa pesquisa analisou.

---

<sup>5</sup> O campo da cultura, como parte integrante da filosofia nacionalista, permeia a obra de Anderson e ele afirma que o sentimento de nacionalidade – essa sensação pessoal e cultural de pertencer a uma nação – acaba como aspecto secundário nas discussões sobre o nacionalismo. A questão principal levantada por Anderson é: O que faz as pessoas amarem e morrerem pela nação, bem como odiarem e matarem em seu nome?

Estes documentos expressam o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas e a intenção da “padronização” das necessidades que deveriam ser comuns para toda a nação brasileira, principalmente entre os trabalhadores: “Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!”<sup>6</sup> (BONAVIDES, AMARAL, 2002, p. 350)

A história factual é herança deste “nacionalismo oficial” em que o Estado/governo executa, desde o início, uma política consciente de proteção dos seus interesses. Desta maneira, os líderes nacionalistas, muitas vezes, são os que projetam sistemas civis, militares, culturais e educacionais em nome da nação.

A tese defendida por Márcia Barbosa Mansor D’Alessio, Universidade de Paris – Sorbonne em 1979 aborda o fato de que o governo de Getúlio Vargas procurou usar as instituições como formadoras da consciência popular, ou seja, educar a população segundo as suas ideologias. A principal instituição utilizada por Vargas foi o exército expresso na persuasão constante do Ministério da Guerra às corporações militares:

Outre la vigilance et la garantie qu’elles offrent, ce sont des entités éducatrices, en contact direct avec les populations, qui donnent l’exemple et stimulent l’amour pour la Patrie et le respect des institutions.<sup>7</sup> (D’ALESSIO, 1979, p.13.)

---

<sup>6</sup> Trecho do discurso de Getúlio Vargas no dia 1º de maio de 1938.

<sup>7</sup> Além da vigilância e da garantia que elas oferecem, são entidades pedagógicas, que em contato direto com as populações, dão exemplo e estimulam o amor pela pátria e o respeito às instituições. (Tradução autônoma).

Consolida-se assim o que Rebelo analisa, ao afirmar que os Estados modernos instituíram as Forças Armadas permanentes e procuraram dar-lhes funções compatíveis com os objetivos previamente identificados e definidos (REBELO, 2001, p.9)

Não por acaso, no período Getulista, as corporações militares foram tomadas como exemplo de coesão e respeito o que, aliás, foram as bases das ideologias deste governo.

As ações dos militares contra a população, particularmente a organizada em manifestações públicas que expressava suas demandas sociais, vão adquirindo maior intensidade no decorrer da década de 30, após o período em que Getúlio, tendo assumido o poder na ordem republicana, passa a centralizá-lo gradualmente.

Ressalta-se aqui que, apesar de todo o aparato repressivo montado neste governo, muitas vezes continuavam a denunciar a ditadura, colocando-se como opositores ao regime. A perseguição aos intelectuais, como foi o caso de Graciliano Ramos, atesta que o poder ideológico não pode ser entendido como algo determinante e imutável, ou seja, algumas vezes temos a impressão que a nação é um “fantoche” nas mãos do Estado/governo e que todos aceitam com passividade as propostas e os interesses por ele propagados. É justamente essa concepção que Thompson ironiza na teoria de Louis Althusser<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1981, p.189.)

É um roteiro comovente, e que só poderia ter sido escrito por um cavalheiro de vida tranqüila. Sugere que seu autor tem futuro como roteirista de filmes infantis. A malvada bruxa do Estado aparece! A varinha de condão da ideologia é agitada! E pronto! Não só o príncipe se transforma em sapo, como toda a carruagem puxada por seis cavalos, do movimento sindical reformista (outro aparelho ideológico do Estado) tornou-se uma caixa de fósforos puxada por seis camundongos brancos (...) O que é óbvio nessas construções atormentadas é que constituem recursos desesperados, empregados por um racionalismo ingênuo, numa tentativa de fabricar uma nova explicação racionalista

para um comportamento não racional: isto é, a consciência afetiva e moral deve ser construída, de algum modo, como uma racionalidade deslocada (“ideologia”) e não como uma experiência vivida, “manejada” de maneiras características. (THOMPSON, 1981, p.193.)

Eric Hobsbawm corrobora com os preceitos de Benedict Anderson de que as nações são comunidades imaginadas e afirma que o Estado/governo, muitas vezes, ideologicamente, tenta persuadir a população para que esta aceite as tarefas pré-fixadas pela sociedade capitalista. Portanto, o poder estatal procura impingir o ideário da coesão dos homens visando a aceitação, por parte dos oprimidos, das tarefas mais penosas e com pouca recompensa, assim como sua ausência de críticas. É a pregação ideológica do estoicismo (aceitação do destino) para que a estrutura social vigente pareça imutável, ou seja, a afirmação da impossibilidade de mudanças bruscas e significativas.

Neste contexto nada mais coerente que o Ministério da Guerra de Getúlio Vargas buscasse, por todas as formas, reprimir os “pregadores rivais”, não apenas pela violência física, mas também pela permanente tentativa de imposição de suas “verdades” ideológicas, também no interior da corporação.

Após concluir o levantamento da documentação que ampliou a arrolada inicialmente, passei ao exercício de sua análise visando extrair destes vestígios históricos os nexos que explicitam a incorporação do ideário do Estado Novo getulista pelas forças armadas brasileiras.

A análise de leis, decretos e documentos congêneres foi considerada pela historiografia, durante um longo período, praticamente

a única fonte válida para o historiador. Criticada profundamente a partir da década de 80 pelo papel que a análise destas fontes cumpria, ou seja, a de resgatar a realidade social apenas do ponto de vista dos protagonistas que ditavam as normas e as regras advindas do Estado/governo, não dando visibilidade aos sujeitos comuns, aos indivíduos, esta documentação passa a ser menos visitada pelos historiadores que buscam novos temas, novas abordagens<sup>9</sup>.

No entanto, o retorno às fontes “oficiais”, como é o caso destas leis, decretos e regulamentos que norteavam a conduta e as ações do exército no período do Estado Novo, nos possibilitam recuperar nexos constitutivos de nossa história, na busca de melhor compreendermos a ordenação sócio-política que se vêm configurando neste país.

Além disso, os inúmeros textos que tratam do período centram sua análise, ou na figura de Vargas, dado que era o ditador ou nos movimentos operários, explicitando, ou como estes passam a ser o objeto primordial da repressão que caracterizará este estado de

---

<sup>9</sup> Inúmeros textos tratam destas questões, possibilitando, inclusive, uma nova distinção entre a historiografia francesa e a inglesa. Enquanto na historiografia francesa é mais comum encontrarmos abordagens cujos fundamentos se encontram na antropologia, a historiografia inglesa, representada aqui por E.P. Thompson, resgata a experiência enquanto construção da história e, neste sentido, aproxima-se de Marx, para o qual são as ações dos indivíduo que constroem a história.



exceção, ou suas organizações (sindicais), tendências e partidos. São poucas as análises sobre o exército em si, que foi o agente desta repressão.

Por outro lado, a historiografia que resgata a história das Forças Militares no Brasil tem sido escrita por militares e neste sentido precisa ser lida com muita criticidade, posto que são obras escritas com uma paixão exacerbada por parte de militares pertencentes às altas patentes. Essas obras são “encharcadas” de patriotismo e feitos heróicos realizados pelo exército e, obviamente, têm características extremamente positivistas<sup>10</sup> (dados, nomes, inexistência de uma narração processual – história linear, etc.)

Na obra *Ministros da Guerra do Brasil*<sup>11</sup> escrita por Theodorico Lopes e Gentil Torres, se encontra um exemplo de História Militar não “renovada”<sup>12</sup>, ou seja, uma historiografia positivista com dados exaustivos e narração comprometida por um exagerado sentimento patriótico. A idéia de heroísmo dos militares é ratificada desde o início da obra, como podemos notar no trecho a seguir:

Essa feição combativa, animada de profundo espírito de nacionalidade – até mesmo quando ainda se verificava o domínio de uma metrópole de além-mar – deu sentido à mais típica das tradições nativas: a do heroísmo, pelo amor da Pátria, da liberdade e da justiça. Não é de admirar, pois, que, ao fim da época imperial, guardasse o Exército Brasileiro a glória dos maiores feitos militares do mundo Ibero-americano. (LOPES, TORRES, 1987,p.27)

---

<sup>10</sup>“Pode-se qualificar como traços do ‘espírito positivo’: o apego ao documento (‘pas de document, pas d’histoire’), o esforço obsessivo em separar o falso do verdadeiro; o medo de se enganar sobre as fontes; a dúvida metódica, que muitas vezes se torna sistemática e impede a interpretação; o culto do fato histórico, que é dado, ‘bruto’, nos documentos” (REIS, José Carlos. *A História entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996)

<sup>11</sup> LOPES, Theodorico, GENTIL, Torres. *Ministros da Guerra no Brasil* (1808-1946). Rio de Janeiro, 1997.

<sup>12</sup> História Militar não renovada para comparar com a chamada Nova História Militar no Brasil a partir de 1990.

Durante o século XIX a história militar foi contada pelas obras literárias que narravam os feitos heróicos dos militares no Brasil. Assim, os militares eram vistos como “indivíduos especiais” que estavam predestinados a doar sua vida em nome da ordem e da defesa nacional.

Os historiadores militares vão começar a escrever uma “história militar” com base nas batalhas, guerras, aparelhamento bélico, etc., a partir da última década do século XIX. A história militar vai ser narrada por intermédio de um exaustivo levantamento de fontes, exatidão dos dados e datas e biografia dos militares envolvidos nas batalhas.

Tais concepções integram um tipo de historiografia que perpassa desde os primeiros autores que resgatam a história do Brasil, até por volta da década de 50, constituindo-se assim nossa “história oficial”. Tal historiografia é muito difundida influenciando uma dada leitura de nossa realidade que se popularizou por meio dos livros didáticos. Na obra “*O saber histórico em sala de aula*” Circe Bittencourt discute as concepções e caracterização do livro didático, instrumento que muito corroborou para a ratificação da presença dos “heróis” na história brasileira. Bittencourt afirma que o livro didático propaga um “sistema de valores”, “de uma ideologia”, “de uma cultura”<sup>13</sup>. Foi comprovado por intermédio de pesquisas que por muito tempo os livros didáticos transmitiram: “estereótipos e valores dos grupos dominantes”<sup>14</sup>. Este

---

<sup>13</sup> “Assim, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado(…)” (BITTENCOURT, 2002, p.73.)

<sup>14</sup>BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

exemplo concernente à função desempenhada pelo livro didático permite que seja feita outra análise: a construção do “herói militar”.

O primeiro estudioso a visar e reivindicar uma história militar brasileira foi Karl Friedrich Philip Von Martius em seu artigo publicado em 1845, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*<sup>15</sup>:

Pertence também a vida militar em Portugal aos assuntos de um perfeito quadro histórico. Qual maneira e modo empregados no recrutamento, instrução, comando e serviço do Exército, os princípios estratégicos, segundo os quais se devia proceder no Brasil, um país tão diferente da Europa? (MARTIUS, 1845, p.395)

Para Martius não poderia existir na história militar um alijamento entre Forças Armadas e a sociedade, pois ambas estão intrinsecamente ligadas. Essa afirmação de Martius só foi utilizada na história militar brasileira na primeira metade do século XX.

Tal história militar terá uma longa trajetória no Brasil, pois como afirmam os professores Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay:

A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-1985, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário.(CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004, p13.)<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, v.6, n.24, Jan. 1845.

<sup>16</sup> CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. “Da história militar à “nova” história militar”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Somente no término da última ditadura militar no Brasil é que há uma retomada dos estudos voltados para analisar a história militar. Não mais uma história militar das obras literárias, repleta de heroísmo que “endeusava” os militares e os diferenciava dos demais sujeitos sociais, mas uma história militar atrelada à sociedade, assim como Martius já reivindicava em seu artigo em 1845.

Esta historiografia que analisa as forças armadas no Brasil, a partir da década de 80, tem-se ampliado significativamente, particularmente centrada na análise do papel das forças armadas na última ditadura. Neste sentido temos textos que abordam a Ideologia da Segurança Nacional e o papel da ESG neste último período, suas permanências no período pós-ditatorial, configurando-se um debate entre os que defendem que os militares no Brasil se constituem enquanto uma classe na sociedade, dada a sua força política e a gestação de uma ideologia própria e os que advogam a configuração de um tipo de atuação e correlação de forças que se caracteriza pelo que se denomina “via prussiana”. Aprofundando de forma crítica esta última abordagem, Chasin desenvolve a tese segundo a qual este papel que as forças armadas vêm cumprindo no cenário nacional, assim como a ideologia que gestam só se explicita com a análise da especificidade que o capitalismo brasileiro vem apresentando desde sua gênese: hiper-tardio, atrófico e subordinado. Neste contexto, a burguesia industriária, conforme já aventamos, se ordena de forma frágil e incapaz de cumprir a função social de renovar as forças capitalistas, necessitando respaldar-se tanto nas forças conservadoras, quanto no

aparato militar para promover reformas. E tais alianças terão um custo alto para esta mesma burguesia que se verá contingenciada tanto a fazer concessões às forças conservadoras, abrindo mão de algumas reformas importantes para seu próprio desenvolvimento, como é o caso do adiamento permanente de reforma agrária no Brasil, quanto a subordinar-se às forças militares que assumem um caráter golpista ante tal fragilidade burguesa. Dadas as similaridades, Chasin denominará esta especificidade de “Estado Bonapartista” (CHASIN, 1999 e 2000; RAGO, 1998).

Embora a primeira questão que se coloque para a discussão seja a evidência da função social que o exército cumpre, na medida em que é colocado para agir contra o povo, em nome de sua proteção, consideramos que iniciar por estas premissas poderiam transformar nossa análise em um pré-julgamento. Daí que iniciei a análise da documentação mesma, buscando extrair de cada um destes documentos os temas que vão elucidando de que forma se configura, nas normas e nas palavras de ordem que acionam as ações do exército, a ideologia do Estado Novo. Uma ideologia que se supõe seja a representação da realidade social, ou seja, a forma particular e específica de um ideário que justificará as ações deste exército e suas intervenções junto à população civil naquele período ditatorial. Tal análise ainda se mostra enquanto fragmentos, dado que são temas extraídos de cada documento. Aglutinados e ordenados possibilitam ser tomados enquanto categorias que espelham aspectos desta ideologia,

que é parte inerente, constitutiva da realidade social do período e, portanto, nossa história.

Tais preceitos serão melhores compreendidos no momento em que esclarecermos a análise da imanência, respaldada na abordagem chasiniana.

Observe-se que a maior parte da documentação é emitida pelo então ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra que será o presidente da “abertura democrática” do período seguinte à ditadura varguista, ou seja, a partir de 1946. Suas declarações, nestes documentos, espelham claramente a ideologia já analisada por outros autores, a partir dos discursos de Getúlio Vargas. Mas observa-se, ainda enquanto hipótese que, enquanto este último buscava fazer uma mediação junto aos trabalhadores, enquanto “assombrava” a população em geral com o “perigo comunista”, contra o qual o Estado deveria agir prontamente, a tradução deste ideário em diretriz para a ação do exército é mais enfática, mais direta e incisiva, tornando-se claro ao analista de que o inimigo é o povo e particularmente o operário que expressa suas demandas por intermédio de movimentos e lutas sociais.

Abaixo indico os documentos que foram analisados e que mostraram a participação efetiva dos altos oficiais que formavam o Ministério da Guerra no governo Vargas de 1935-1937 e, a seguir, indico a temática que os aglutina: decretos (1935-1937), boletim do General Eurico Gaspar Dutra (1935), notas do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (1937), carta de Eurico Gaspar Dutra endereçada ao ministro da Justiça J. C. de Macedo Soares (1937), ata de reunião do Ministério da Guerra (1937), solicitação ao presidente Getúlio Vargas feita pelos

ministros militares (1937), Comunicado oficial da Casa Militar da Presidência da República distribuído à imprensa pelo Departamento de Propaganda (1937) e discursos pronunciados por Getúlio Vargas entre 1930-1937.

O Decreto nº 229 (11 jul. 1935) declara o fechamento provisório da Aliança Nacional Libertadora. O Decreto nº 702 (21 mar. 1936) é uma declaração de comoção intestina grave (estado de sítio). O Decreto Legislativo nº 117 (2 out. 1937) é um pedido ao presidente da

república para declarar a comoção grave por 90 dias. O Decreto-Lei nº 37 (2 dez. 1937) dissolveu os partidos políticos.

O Boletim do General Eurico Gaspar Dutra (11 dez. 1935) é uma reação contra o levante comunista de 27 de novembro. A nota do dia 19 de maio de 1937 do ministro Eurico Gaspar Dutra é dirigida ao exército e a nota do dia 10 de novembro do mesmo ano é sobre o golpe de Estado. A carta escrita por Eurico Gaspar Dutra no dia 26 de junho de 1937 é endereçada ao ministro da Justiça incitando-o a uma maior repressão ao comunismo. A ata de reunião do Ministério da Guerra do dia 28 de setembro de 1937 revela a preocupação com o comunismo e a Solicitação ao presidente da república, feita pelos ministros militares no dia 29 de setembro de 1937, expõe os motivos da decretação de comoção intestina grave.

Por exemplo, os discursos pronunciados por Getúlio Vargas de 1930-1937, têm como base os seguintes assuntos: classe operária, comunismo, ordem, harmonia, o perigo da democracia, a missão das

corporações militares e a inexistência da luta de classes no seio da sociedade brasileira.

A análise das ideologias propagadas ao exército pelo Ministério da Guerra tem por base os seguintes documentos: Boletim do ministro da Guerra ao exército no dia 11 de dezembro de 1935; Nota do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra ao exército do dia 19 de maio de 1937; Carta do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, ao ministro da Justiça, J. C. de Macedo Soares no dia 26 de junho de 1937; Nota de Eurico Gaspar Dutra no dia 10 de novembro de 1937,

sobre o golpe de Estado e o discurso do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.

O Boletim do ministro da Guerra da 1ª Região Militar, Eurico Gaspar Dutra, do dia 11 de dezembro de 1935, justifica a repressão dos integrantes do levante militar na Praia Vermelha em 1935 liderados por Luis Carlos Prestes; Dutra disse que foi um movimento extremista e por este motivo o exército agiu com grande violência. O ministro Gaspar Dutra parabenizou o exército por ter cumprido o seu dever. A missão do exército era ser o mantenedor da ordem, segundo Dutra.

A Nota do ministro Eurico Gaspar Dutra ao exército do dia 19 de maio de 1937, ressaltou o perigo das “influências estranhas”<sup>17</sup> dentro do exército. O exército, segundo Dutra, não poderia sair da “estrada reta do dever”, pois as corporações militares simbolizavam a “coesão” e a “fraternidade entre os brasileiros”.

---

<sup>17</sup> O comunismo seria as influências estranhas, nas palavras de Eurico Gaspar Dutra.



A carta enviada ao ministro da Justiça J.C. de Macedo Soares por Eurico Gaspar Dutra no dia 26 de junho de 1937, solicitou uma maior repressão aos comunistas e de todos os opositores ao regime Vargas. Eurico Gaspar Dutra, afirmou, nesta carta, que as leis deveriam ser mais rígidas para que o exército tivesse uma maior atuação repressora.

A Nota do dia 10 de novembro de 1937 explicita o apoio ao golpe de Estado arquitetado pelo Ministério da Guerra de Getúlio Vargas e reforça que o exército era o defensor desse regime político, assim a repressão aos opositores do governo era justificada pela elevada missão do exército em manter a ordem estabelecida.

Os documentos que foram utilizados para a análise de como as criações estatais e do Ministério da Guerra do regime Vargas influenciaram na construção do ideário de repulsa ao comunismo, são: Ata da reunião no Ministério da Guerra do dia 28 de setembro de 1937, Solicitação feita pelos ministros militares no dia 29 de setembro de 1937 a Getúlio Vargas para decretar a comoção intestina grave; Comunicado oficial da Casa Militar da Presidência da República distribuído à imprensa pelo Departamento de Propaganda, publicado em todos os jornais do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1937; Decreto Legislativo nº 117 de 2 de outubro de 1937, diário do ministro da Guerra no dia 20 de outubro de 1937, discurso-manifesto de Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937 e o Decreto-Lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937.

Na ata da reunião no Ministério da Guerra do dia 28 de setembro de 1937 e na solicitação feita pelo Ministério da Guerra em 29 de setembro de 1937 ao presidente Getúlio Vargas, os generais: Eurico G. Dutra, P. Góes Monteiro, Firmino Antônio Borba, Deschamps Cavalcanti,

A. Coelho Neto e Newton Cavalcanti, afirmaram que a ameaça comunista se encontrava em todos os lugares, e que a repressão deveria ser maior. O exército, segundo eles, tinha que possuir uma grande “energia” para a repressão efetiva ao comunismo que era “a ferida aberta” na sociedade brasileira.

O Comunicado oficial da Casa Militar da Presidência da República do dia 30 de setembro de 1937 é o pronunciamento do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar, que afirmou que o Comintern dava instruções aos seus agentes comunistas no Brasil.

O Decreto Legislativo nº 117 de 2 de outubro de 1937 autorizou ao presidente da república Getúlio Vargas a equiparar o estado de guerra por 90 dias, a comoção intestina grave, com finalidade de reprimir o perigo comunista.

O diário do ministro da Guerra, Eurico G. Dutra no dia 20 de outubro de 1937, tem os detalhes de como seria desencadeado o movimento que levou ao golpe de Estado. Dutra no seu diário neste dia relatou que a causa do golpe seria o plano hipotético comunista intitulado “Plano Cohen”.

No discurso-manifesto no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas justificou o golpe de Estado, dado por ele, com o intuito de proteger a sociedade brasileira dos partidos políticos que poderiam implantar o caos na sociedade. Além disso, afirmou que o Brasil passava por um grande perigo, pois, segundo ele, o comunismo poderia acabar com todas as instituições e implantar a desordem.

O Decreto-Lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937 dissolveu os partidos políticos. A justificativa desta dissolução foi que estes partidos eram nocivos à tranqüilidade pública. A democracia é apresentada como uma invenção das idéias subversivas.

A afirmação de inexistência de luta de classes feita pelo governo Vargas foi analisada com base nos seguintes documentos: discurso-manifesto de Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937. Este discurso é emblemático enquanto expressão da intencionalidade dos grupos dominantes de que a ordem tinha sido estabelecida com a

“revolução de 1930” e que as classes obreira e empresarial viviam em plena harmonia.

A análise da documentação nos possibilitou a organização desta dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Organização e Administração das Forças Armadas no Brasil*”, no item 1.1. “*Os Primórdios da História Militar no Brasil*”, foi analisada a formação e evolução das Forças Armadas desde o século XVI até a Proclamação da República em 1889. No item 1.2 “A participação do alto oficialato na vida política brasileira (1889 a 1920)” a discussão se deu acerca da tomada do poder político pelo alto oficialato e a autoridade militar no cenário político brasileiro.

No segundo Capítulo intitulado “A afirmação da ‘Segurança Nacional’ das Forças Armadas, no item 2.1. “Alto Oficialato versus Oligarquias: A Luta pelo Poder (1920-1934)”, foi discutida a intenção das oligarquias que ocupavam a presidência da República em diminuir o poder político exercido pelo alto oficialato que ocupava a pasta da Guerra

e da Marinha. No item 2.2. “A noção de Soberania Nacional dos militares”, analisamos o relatório escrito pelo então ministro da Guerra Góes Monteiro. No relatório percebemos o que o ministro entendia por Soberania Nacional e como alcançá-la efetivamente.

No Capítulo 3 intitulado “Os fundamentos do discurso militar: A ‘criação’ do inimigo nacional”, no item 3.1. “A Intentona Comunista: Repressão às forças contrárias ao governo”, analisamos a participação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) na propagação do comunismo e como foi engendrado um levante militar em 1935 que ficou conhecido como a “Intentona Comunista”. No item 3.2. “Articulação do Plano Cohen:

A ameaça comunista”, foi discutido o ideário de repulsa ao comunismo propagado pelo Ministério da Guerra de Getúlio Vargas. Os altos oficiais pregavam que o comunismo era o “germe da desagregação”, uma ameaça terrível que impediria a democracia e o progresso no Brasil, conquistas, segundo o Ministério da Guerra, do governo Vargas. A partir de 1937 ocorreram desentendimentos entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Justiça, pois o ministro Eurico Gaspar Dutra queria que as leis fossem mais severas e a repressão contra os comunistas fosse maior. Desta forma, o “inimigo” do desenvolvimento do país passou a ser o comunismo, segundo os altos chefes militares.

## **CAPÍTULO I**

### **ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO**

### **BRASIL**

#### **1.1. Os Primórdios da História Militar no Brasil**

Considerando a necessidade da historiografia resgatar a dinâmica processual que gesta determinadas características nas formações históricas, se faz necessária a análise da formação das Forças Armadas no Brasil, ou seja, o seu processo de implantação e as funções sociais que desempenha.

Os primeiros “soldados” chegaram ao Brasil com o governador-geral Tomé de Souza em 1548 com o intuito de controlar os domínios da Coroa Portuguesa.

A preocupação em salvaguardar a terra conquistada por Portugal, da ambição de outras nações europeias, fez com que o governador-geral estabelecesse um regimento que visava suprir a escassez de homens para a proteção da “nova terra”. Desta forma, o regimento de 1548 estipulava o recrutamento entre os moradores que auxiliariam os soldados.

Outra iniciativa tomada pela Coroa Portuguesa foi armar a população das colônias. O “alvará das armas” de 1569 tornava obrigatória a posse de armas pelos homens livres. Na tentativa de organizar esses homens que auxiliavam os soldados, foi criado pela Coroa o *Regimento Geral das Ordenanças* de 1570. O serviço das ordenanças organizava a população segundo o corte social existente.

A nobreza era contra o recrutamento e não queria participar das ordenanças, mesmo em seus escalões mais elevados:

No Brasil, com uma hierarquia social que se forjava na presença determinante do escravismo, o corte social proposto pelas ordenanças era uma oportunidade justamente de afirmação social e de construção dessas diferenças entre os homens livres. (PUNTONI, 2004, p.45)<sup>18</sup>

As ordenanças abarcavam muitos indígenas, pois estes eram exímios conhecedores da terra e já tinham familiaridade com a arte da guerra. Como a presença do indígena era *sine qua non* na força auxiliar de defesa da terra, em 1611 uma lei criou as chamadas Companhias para o recrutamento dos indígenas. O posto de dirigente das Companhias era ocupado por pessoas abastadas indicadas pelo governador-geral, que deviam fazer o juramento de fidelidade à Coroa Portuguesa, o que possibilitou maior dominação da população indígena.

Ao longo de todo este período, o critério para o preenchimento de cargos superiores nas ordenanças não era calcado nos conhecimentos especializados ou técnicos. Somente no reinado de Dom Pedro II é que ocorre uma paulatina formação do exército profissional que sofreu influências de estrangeiros como o Conde D'Eu, francês. Este momento representou a profissionalização e um grande aumento do contingente do exército brasileiro.

---

<sup>18</sup> PUNTONI, Pedro. "A arte da guerra: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)" In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

No entanto, os primórdios da formação do exército brasileiro têm sido indicados pelos autores na época em que Dom João organizou o seu novo gabinete<sup>19</sup> em terra brasileira, no qual, para a pasta dos Negócios estrangeiros e da Guerra foi designado D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que se tornou praticamente o primeiro ministro da Guerra no Brasil. Esta pasta abrangia também as atribuições referentes aos negócios estrangeiros do Reino. No entanto, até a chegada da Corte Portuguesa no Brasil, a administração do exército ficava centrada na metrópole:

A citação de Oliveira Lima deixa explícita a precariedade das tropas no Brasil: Os soldados faziam exercício somente uma vez por mês e, além de andar sempre em atraso o pagamento dos soldados, eram tão mal remunerados que precisavam, para se poderem manter e às famílias, trabalhar noutros misteres, dividindo os seus lucros com os oficiais, os quais, a troco da espórtula, fechavam os olhos à vil irregularidade de serem, os soldados do Rei ao mesmo tempo sapateiros, pescadores, etc.(LOPES,TORRES, 1947, p.33)<sup>20</sup>

Essa situação era realmente preocupante para D. João que contava com a possibilidade de uma efetiva defesa por parte das forças armadas em caso de perigo e risco de invasão, particularmente em decorrência da conjuntura europeia às voltas com o “des-equilíbrio” entre aquelas nações, cuja solução só será encetada no Congresso de Viena em 1815.

---

<sup>19</sup> Negócios do Reino – D. Fernando José de Portugal e Castro (depois marquês de Aguiar). - Negócios estrangeiros e da Guerra – D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares). - Negócios da Marinha e Ultramar – D. João Rodrigues de Sá e Menezes (Visconde, depois Conde de Anadia)

O Conde de Linhares, como Ministro da Guerra e dos negócios estrangeiros, tinha a árdua tarefa de resolver o problema da precariedade técnica e material das tropas brasileiras. Sua primeira atitude foi a criação em 1808 do Arquivo Militar do Brasil<sup>21</sup> e, logo em seguida, em 1811, a Academia Real Militar, com a função de desenvolver o estudo das ciências exatas e naturais e também de engenharia militar. Sua atuação foi bastante intensa, tendo ainda desenvolvida a artilharia, o corpo da Brigada Real do Brasil e reorganizado a Legião de Tropas.

A preocupação com armamentos para as tropas impulsionou a fabricação de munições e armas, o que levou, em 1808, à criação da Fábrica Real de Pólvora no Brasil.

Embora o Reinado de D. João VI tenha representado uma gradual organização das forças armadas no país que se gestava, continuou não sendo exigida formação militar para o titular da pasta e por este motivo ela foi ocupada por civis, senadores e deputados, sendo raramente ocupada por um militar. Tanto era assim que, de 1808 a 1822, a pasta da Guerra e dos negócios estrangeiros foi ocupada por portugueses, com exceção do Conde de Palmela que era italiano<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Oliveira Lima In: LOPES, Theodorico, TORRES, Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil* (1808-1946). Rio de Janeiro. S.E., 1947.

<sup>21</sup> “órgão anexo às repartições da Guerra, Marinha e Fazenda, e onde deviam ser conservados mapas e cartas, tanto das costas do país como do continente em geral e de todos os domínios ultramarinos, tudo dentro de um sistema rigoroso de aferição de autenticidade e exatidão. Cabia ainda a essa repartição providenciar sobre o levantamento de um manual topográfico e geodésio, plantas de fortificações e defesas do litoral, projetos sobre estradas e navegação de portos e rios.” (LOPES, TORRES, 1947, p.34)

<sup>22</sup> Conde de Linhares (D. Rodrigo de S. Coutinho) nasceu em Chaves – Tras-os-Montes, Portugal (Decreto:03/11/1808). - Conde das Galveas (D. João de A. M. e Castro) nasceu em Lisboa – Portugal (Decreto: 25/01/1812). - Marquês de Aguiar (D. Fernando J. P. de Castro) nasceu em Lisboa (Decreto: 19/01/1814). Conde da Barca (D. Antônio de Araújo Azevedo) nasceu em Portugal (Decreto: 30/12/1817). João Paulo Bezerra nasceu em Portugal (Decreto: 19/01/1814). Tomaz Antônio de Vila Nova Portugal, nasceu em Tomar ((Decreto: 30/11/1817). Conde de Palmela (D. Pedro de Souza Holstein) nasceu em Turim



A primeira vez em que aparece a pasta exclusiva da Guerra é na Constituição elaborada pelas Cortes e outorgada por D. João pouco antes de voltar a Portugal.<sup>23</sup> Será na época em que José Bonifácio de Andrada e Silva chefiou o gabinete como primeiro ministro, que surge o primeiro brasileiro a ocupar esta pasta na qualidade de ministro da Guerra - Nóbrega de Souza Coutinho. No entanto, acusado de ter idéias republicanas, acabou sendo deportado.

No período da Regência, anterior à maioridade de Pedro de Alcântara e a sua posse do trono, foi criada a Guarda Nacional em substituição às ordenanças e milícias, cuja importância, segundo os historiadores ligados à tradição militar, será decisiva para a organização da oposição deste setor no interior do próprio governo imperial, conforme veremos adiante.

No reinado de D. Pedro I persistiu o problema militar da organização das tropas e de sua aparelhagem. Além disso, as tropas mistas fomentavam desentendimentos: tropas portuguesas sempre prontas para atender os interesses de Portugal e tropas nativas que aspiravam à independência do Brasil.

Para responder à pressão de Portugal e atender às necessidades internas de pacificação do país, às voltas com idéias separatistas, este Imperador considerou razoável, na convocação da Assembléia Constituinte, organizar a Marinha de Guerra,

---

– Itália (Decreto: 27/12/1820).Silvestre P. Ferreira (Diretor da Secretaria da Guerra) nasceu em Lisboa (Decreto: 19/01/1814).

23 Esta Constituição alterava a composição do Ministério, que passa a ser constituído pela pasta do Reino e Negócios Estrangeiros, assumida pelo Conde dos Arcos; pela da Fazenda (Conde de Louzã); pela da Marinha (Almirante Manuel Antônio Farinha) e pela da Guerra, com o Marechal de campo Carlos Frederico de Caula.

determinando também que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor sem a sua aprovação e obrigando as tropas de Portugal a voltarem para o reino. Este último episódio marca a criação de um exército totalmente composto por brasileiros, ou seja, sem a presença das tropas portuguesas.

Depois de propagada a independência do Brasil<sup>24</sup>, foram efetuadas algumas mudanças, tanto na estrutura desta organização, quanto para resolver o problema da preparação dos militares. Conforme Lopes e Torres o Exército passa a ser composto por uma

Infantaria, cujo contingente era formado por um Batalhão de caçadores do imperador, com o efetivo de 735 homens e dividido em seis companhias; três batalhões de granadeiros e 27 caçadores, compondo-se estes de 717 homens, em seis companhias. Uma Cavalaria, com sete regimentos a oito companhias cada um e com um efetivo de 620 homens. Duas companhias formavam um esquadrão. Uma Artilharia com doze corpos de posição e cinco montados, tendo a composição variável, de acordo com o ponto que guarneciam.(LOPES,TORRES, 1947, p.52-53)

A estrutura ganha uma dimensão nacional, com uma hierarquia composta apenas por militares de carreira, a criação de unidades de forças distribuídas entre as províncias e/ou nos lugares estratégicos ao que se considerava de segurança para o país, e a re-nomeação dos títulos de governadores das armas das províncias substituídos, em Junho

---

<sup>24</sup> Após 1822 os primeiros países que reconheceram a independência do Brasil foram os Estados Unidos e o México. Portugal exigiu do Brasil o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas para reconhecer a independência de sua ex-colônia. Sem este dinheiro, D. Pedro recorreu a um empréstimo da Inglaterra. O povo mais pobre sequer acompanhou ou entendeu o significado da independência. A estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual. A elite agrária, que deu suporte a D. Pedro I, foi a camada que mais se beneficiou.

de 1830, pelo de comandantes das armas. A primeira lei de fixação de forças, datada de 24 de Novembro de 1830, definia e dimensionava sua composição:

(...) oficiais do Estado Maior General e do Exército de 1ª e 2ª linhas, do corpo de engenheiros e das repartições existentes; 12.000 praças de pret, além dos inferiores, tambores, pífanos, cornetas e trombetas correspondentes aos corpos das três armas existentes; duas companhias de artífices do trem de artilharia, de 100 praças cada uma; corpos de polícia já existentes, das divisões do Rio Doce, em Minas Gerais, e da companhia de pedestre de Mato Grosso. LOPES, TORRES, 1947, p.52-53)

Portanto, a formação militar no Brasil, sua organização e administração, ocorreu efetivamente no Reinado de D. Pedro I após a independência do Brasil.

A oposição contra a política autoritária de D. Pedro I não cessara desde a Confederação do Equador. Os críticos questionavam, por exemplo, a opressão representada pelo Poder Moderador - instituído pela Constituição outorgada de 1824 - e o predomínio do Partido Português junto ao imperador, situação que contrariava muitos interesses. Somavam-se ainda problemas econômicos e financeiros. Alguns remontavam aos primórdios da emancipação, gerados pela retirada do ouro depositado nos cofres do Banco do Brasil, em 1821, por D. João VI, o que se agrava com as dificuldades na consolidação do recém-criado Estado, como as medidas para o reconhecimento no exterior da emancipação política e a instalação do aparelho estatal em todo o território. A guerra contra as *Províncias Unidas* do Rio da Prata também aguçara a crise com gastos militares significativos, sustentados

---

por novos empréstimos externos, pois esta demandou a contratação de tropas do exterior para que as fileiras do exército

fossem completadas, além do recrutamento compulsório da população por meio da força e da opressão.

A insatisfação dos setores que até então apoiavam D. Pedro I crescia, assim como no exército. O gabinete liberal formado pelo governo, no entanto, não conseguiu apaziguar o descontentamento da população, resultando em sua queda, com o agravamento da crise. Em meio às manifestações destes mesmos segmentos que exigiam a reintegração do gabinete liberal, encontrava-se a tropa do exército. Em 1831, após a abdicação de D. Pedro e em face à minoridade do filho, que daria continuidade ao império, assume interinamente o liberal José Bonifácio, também tutor e mentor da criança.

A Guarda Nacional que, segundo os historiadores ligados à tradição militar, representou uma organização das mais eficazes para a defesa, tendo atuado inclusive em guerras estrangeiras, amplia o poder deste segmento do aparato governamental e de sua influência na correlação de forças políticas ante a continuidade da fragilidade da burguesia que se mantinha agrária e subordinada aos interesses internacionais, em particular ingleses, agravando nossa dependência ao imperialismo que se consolidava mundialmente.

Observa-se assim um processo de militarização do país, com este segmento consolidando internamente sua institucionalidade de defesa da ordem, de forma cada vez mais ampla, conforme se verifica nos objetivos

definidos para as forças armadas, ou seja, a Guarda Nacional: Defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do império (embora não do Imperador). Neste sentido,

assim como tinham a incumbência de auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas, à semelhança do que pregava o código de Napoleão para as forças armadas, deveriam atuar internamente, interferindo para conservar e restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública. Com tais funções e atribuições, o preceito de que deveriam ser subservientes às leis conferia seu caráter liberal.

O Reinado de D. Pedro II, que assume o poder em 1840, trouxe significativas mudanças no Exército, a começar pela sua reestruturação, de que resultou um aumento considerável no contingente armado, que foi fixado em 19.853 militares divididos em: Marechal do Exército, tenentes-gerais, marechais de campo, brigadeiros, coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães, tenentes, alferes, primeiros-tenentes e segundos-tenentes. A tropa ficou organizada em: oito batalhões de fuzileiros, oito batalhões de caçadores, três regimentos de cavalaria, quatro batalhões de artilharia a pé, um corpo de artilharia a cavalo, quatro companhias de artífices, um corpo fixo do Piauí, um corpo fixo de Goiás, dois corpos fixos de Mato Grosso, cinco corpos de cavalaria e um corpo de sapadores.

Neste cenário, enquanto no país observa-se uma ausência quase integral de centros de formação humanista ou liberal, os militares ganham seu espaço de reflexão que na Europa era conferido às Universidades e aos sistemas educacionais. A Escola Militar foi

reorganizada criando-se um observatório e aulas sobre o estudo da forma e dimensões da Terra e ciências jurídicas, legislação militar, ciências sociais e administração.

No entanto, a aparelhagem continuava escassa, observando-se apenas a substituição, de forma paliativa, de antigas espingardas por duas mil e duzentas carabinas Minié.

Será com a Guerra contra o Paraguai<sup>25</sup> no governo de D. Pedro II que ocorre a consolidação do Exército, remodelado em 1866 pelo

---

<sup>25</sup> Em 1811 o Paraguai declarou sua independência do Vice-Reinado do Prata e passou a ocupar um território cujo único acesso para o Atlântico eram as vias fluviais da bacia do Prata. O Paraguai ficou isolado geograficamente e decidiu também se isolar politicamente em um período que o Brasil e a Argentina realizavam intenso intercâmbio comercial com a Europa. De 1814 a 1840 durante a ditadura de José Gaspar Rodrigues Francia, o Paraguai não obteve mais relações diplomáticas e comerciais com todos os países, exceto o Brasil. Além disso, proibiu a imigração e a emigração e buscou ser auto-suficiente por intermédio de uma base econômica voltada para a agricultura e indústria artesanal. Com a morte de José Gaspar Rodrigues Francia em 1840, assumiu o poder no Paraguai Carlos Antônio Lopes, que não aceitava a política do seu antecessor e realizou várias alterações. O Paraguai voltou-se para o comércio exterior e passou a receber assistência técnica da Alemanha para desenvolver a agricultura e modernizar o seu Exército. A Argentina nunca reconheceu a independência do Paraguai e o ditador argentino Juan Manuel Rosas vai frustrar os planos paraguaios de desenvolver o comércio com o estrangeiro. Rosas vai se empenhar para reintegrar o Paraguai a seus domínios. Para isto, promoveu incursões militares contra o território paraguaio, que foram mal sucedidas, e propôs um bloqueio econômico àquele país fechando a bacia do Prata. Em 1862 faleceu Carlos Antônio Lopes e o poder foi entregue a seu filho Francisco Solano Lopes. Solano Lopes percebeu logo no início do seu governo, a hostilidade entre Brasil e Paraguai por questões de fronteira. Várias vezes as tropas imperiais da província de Mato Grosso invadiram o território paraguaio, provocando choques armados. Havia competição entre Brasil e Paraguai pelos mercados de erva-mate: “as disputas, sob o ângulo do governo brasileiro, tinham um conteúdo predominantemente geopolítico (fronteiras, livre navegação dos rios)” (FAUSTO, 2001, p. 212.). Solano Lopes para acabar com o isolamento do Paraguai fez uma aliança com os blancos, facção composta por proprietários rurais que não aceitavam os avanços das novas potências européias no Uruguai, então no poder no Uruguai que eram os adversários de Bartolomé Mitre presidente da Argentina que apoiou os colorados que ligavam-se aos comerciantes e as potências européias. Lopes alegou a necessidade de defender os colorados, mandou suas tropas invadiram o território brasileiro (Rio Grande do Sul, e argentino, em Corrientes). No dia 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai firmaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o plano expansionista de Solano Lopes. O Tratado da Tríplice Aliança explicitava: *O governo de sua Majestade o Imperador do Brasil, o governo da República Argentina e o governo da República Oriental do Uruguai; os dois primeiros em guerra contra o governo da República do Paraguai por lha ter declarado de fato, e o terceiro em estado de hostilidade e vendo ameaçada a sua segurança interna pelo dito governo, o qual violou a fé pública, tratados solenes e os usos internacionais das nações civilizadas e cometeu atos injustificáveis depois de haver perturbado as relações com os seus vizinhos pelos maiores abusos tentados; Persuadidos de que a paz, a segurança e a prosperidade de suas respectivas*

Marquês de Caxias, embora ao longo deste conflito, os problemas de recrutamento, abastecimento, pagamento de soldos e mesmo permanência sem deserção persistiram. Ao término desta Guerra, o tratado de aliança celebrado em Buenos Aires, entre os países aliados, fixava os princípios de uma paz “defensiva e ofensiva” contra o Paraguai, o que praticamente indicava a permanência de um estado de guerra contra este país. Observa-se neste tratado pela primeira vez, a fixação da obrigatoriedade das despesas do Exército integrarem o que poderíamos denominar de orçamento público, além de ampliar significativamente e definitivamente o contingente militar, já que em seu artigo 4º definia:

Art. 4º - A ordem e economia militar dos exércitos aliados dependerão unicamente de seus próprios chefes. As despesas do soldo, subsistência, munições de guerra, armamento, vestuário e meios de mobilização das tropas aliadas serão feitas à custa dos respectivos Estados. (MORAES, 1974, p. 140)<sup>26</sup>

O Brasil não precisava assinar este tratado para se defender, pois contava com efetivos militares e recursos financeiros suficientes para salvaguardar o Império contra as forças paraguaias, além da ajuda fundamental dos escravos cedidos pelos seus senhores. No entanto, o Império colocou à disposição da aliança 70 mil homens; a Argentina, 11 mil; o Uruguai, apenas 2 850. Sem contar que toda a esquadra aliada

---

*nações tornam-se impossíveis enquanto existir o atual governo do Paraguai e de que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desaparecer aquele governo, respeitando-se a soberana independência e integridade territorial da República do Paraguai.*

<sup>26</sup> Tratado da Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – 1º de maio de 1865.

pertencia à própria esquadra brasileira, pois o Uruguai não tinha navios de guerra e a Argentina apresentou apenas um pequeno barco.

Assim a consolidação efetiva do Exército no Brasil se deu na Guerra do Paraguai, pois até aquele momento as forças armadas sempre haviam sofrido com as baixas em seus efetivos e também com um corpo profissional reduzido de oficiais e um contingente de soldados pouco treinados.

Conforme consta no documento assinado pelo então ministro da Guerra, Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 20 de janeiro de 1865, ao ser declarada a guerra, ele procurou Caxias para pedir-lhe conselhos acerca da formação do Exército para a contenda que se aproximava:

O governo imperial deseja ouvir a opinião de V. Exa. A respeito dos seguintes quesitos:

1º - A que número de praças das diferentes armas deveremos elevar o nosso exército em relação à guerra com o Estado do Paraguai?

2º - Quais são os recursos de que devemos lançar mão para esse exército se possa organizar com presteza?

3º - Qual o melhor plano de campanha a adotar-se para assegurar o triunfo de nossas armas?

4º - Se acha conveniente que os corpos que vão chegando das províncias do norte sigam imediatamente a se reunirem ao exército em operações, ou se convém antes demorá-los na Corte para serem convenientemente exercitados.

Além destes quatro quesitos, espero que V.Exa. me comunicará qualquer idéia sua que possa interessar nossos preparativos de guerra, quer em relação ao ataque, quer em relação à defesa de alguns pontos na nossa fronteira. (MORAES, 1974, p. 145)

Caxias respondeu ao ministro da Guerra com as seguintes recomendações:



Respondendo aos quesitos que V. Exa. Me fez a honra de propor em seu aviso de 20 do corrente, cumpre-me dizer:

Quanto ao 1º. É minha opinião que o nosso exército deve ser elevado, quanto antes, a 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e 5 mil de artilharia; devendo-se desta força empregar 45 mil, das três armas, em operações contra o Paraguai, ficando 5 mil como reserva nas províncias de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Quanto ao 2º. Parece-me que o mais eficaz e certo é recorrer à guarda

nacional de todo o Império, tirando dela em proporção de sua força, as praças de pré que forem precisas para completar os corpos de 1ª linha, que deverão ser elevados ao número marcado no plano que já tive a honra de remeter a V. Exa.; criando-se, além disso, corpos provisórios de voluntários da pátria da mesma força e organização, nos quais se poderão admitir oficiais da guarda nacional, com exceção dos majores, ajudantes e quartéis-mestres, que deverão ser tirados dos de 1ª linha, que ali irão servir, por comissão nesses pontos, como instrutores.

Quanto ao 3º. Julgo que convém dividir o exército em três colunas, ou corpos de exército, devendo o principal marchar pelo Passo da Pátria, no Paraná, pela estrada mais próxima e paralela ao rio Paraguai, em direção a Humaitá, e daí a Assunção (...)

Quanto ao 4º. Cumpre-me observar a V. Exa. que, estando os corpos muito mal instruídos e precisando de fardamentos, armamento, equipamentos novos, para poderem entrar em operações de guerra, convirá muito que sejam aqui demorados, enquanto adquirem a indispensável instrução, principalmente os novos recrutas que se lhes forem incorporando, pois que em operações de campanha não há tempo nem meios de poder ensinar a paisanos, que, não estando ainda habituados a esses trabalhos, muito o estranharão, e não poderão, talvez, suportar as marchas contínuas, e ao mesmo tempo o afadigoso ensino dos primeiros rudimentos militares". (MORAES, 1974, pp. 145-146)

Como se observa, o contingente militar que integrou as forças armadas na guerra do Paraguai foi formado, inicialmente, pelos integrantes da “guarda nacional de todo o Império”, o que incluía os

corpos policiais, que deveriam ser rapidamente treinados para a guerra. Ora, se antes não havia treinamento, as forças que cuidavam da segurança interna do país, passam a incorporar à sua ação de “proteção da população”, os preceitos militares de defesa da segurança nacional. Por outro lado, outro fator será decisivo nesta guerra: a separação entre os oficiais que participam diretamente da guerra e os que aqui permanecem, passando os primeiros a serem reconhecidos como “os componentes do exército” e os segundos, os “outros”, conforme veremos a seguir.

A necessidade de regularização do abastecimento de provisões e material bélico efetuada por Caxias antes de atacar Humaitá, aumentaram com o fato do Brasil ter ficado sozinho no conflito com o Paraguai depois do afastamento da Argentina para enfrentar problemas internos, em 1868.<sup>27</sup>

Assim fortalecido, o exército brasileiro ganhou mais autonomia depois da guerra contra o Paraguai, suas críticas contra o Império se intensificaram e a partir de 1887 os militares começaram a se organizar para defenderem os seus interesses, ou seja, enfraquecer a monarquia e ampliar sua participação na política do país.

A fundação do Clube Militar em junho de 1887 expressa essa organização sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca que também participara da Guerra do Paraguai e era muito respeitado pelos militares.

---

<sup>27</sup> Pouco depois Caxias retirou-se do comando por ter ficado muito doente e foi substituído pelo Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel, herdeira do trono. Após vários combates, o exército paraguaio foi derrotado pelas tropas brasileiras e Solano Lopes foi assassinado por soldados brasileiros em 1º de março de 1870.

Se inicialmente as reclamações dos militares eram relativas às suas funções, como: não aceitar que o exército fosse utilizado para capturar escravos fugidos, ou ter que pedir autorização ao ministro da Guerra para contrair matrimônio, gradualmente sua reivindicação principal passou a ser a de uma participação maior do Exército no cenário político do país, já que tinha sido o Exército que vencera a guerra e não a elite branca que compunha a Guarda Nacional. (FAUSTO, 2001, p. 216.)

O descontentamento militar e a propaganda republicana liderada pela burguesia agrária insatisfeita com a perda de sua mão de obra gratuita e com o não ressarcimento de seus prejuízos cresciam assim como o reconhecimento do Marechal como líder do primeiro golpe militar que se aproximava. Nesta composição, a intimação do Marechal Deodoro da Fonseca ao imperador em um discurso de 16 de novembro de 1889, expressa este primeiro movimento de emancipação política desta burguesia, capitaneado pelos militares, conforme se pode observar no pronunciamento do Marechal:

O esbulho dos direitos dessas duas classes [o Exército e a Armada], que em todas as épocas tem sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da pátria, e a intenção manifesta nos atos de vossos ministros e confessada na sua imprensa de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo por elementos de compreensão oficial, que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal (...). Em face dessa situação, pesa-nos dizer-vos-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres (...), que o Governo Provisório espera de vosso patriotismo o sacrifício de deixar o território brasileiro com a vossa família. No mais breve tempo possível. Para esse fim, se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do

Estado, proporcionando para isso o Governo Provisório um navio com a guarnição militar precisa<sup>28</sup>

Assim, o exército, imbuído do direito da “defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da pátria” assume a função de “dissolver e aniquilar”, em nome dos “ministros” e conforme a vontade social “confessada na sua imprensa” as forças que impediam a implantação da “democracia liberal”.

Após a partida de D. Pedro<sup>29</sup> os militares liderados por Deodoro da Fonseca proclamam a República no dia 15 de novembro de 1889 sem a participação popular, como lembra o historiador Murilo de Carvalho: “E o povo assistiu tudo bestializado”<sup>30</sup>.

Ora, tal contingente integra a estrutura do governo, e dadas as características ainda agrárias de nossa sociedade, configura-se a organização de um poder que adquire cada vez mais visibilidade no cenário político nacional. Assim, desde o momento em que se consolidava a aliança entre a burguesia agrária e o poder monárquico até a sua ruptura com a República, observa-se o movimento conservador de nosso desenvolvimento que consolida uma dinâmica que vai se perpetuar neste país: a aliança da burguesia com os militares para

---

<sup>28</sup> “O Brasil em Jornal” (suplemento de nov.1889), *Diário de Notícias*, nov. 1958, p.9.

<sup>29</sup> Isolado, o Imperador pronuncia-se “Em vista da representação que me foi entregue hoje às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com minha família para a Europa amanhã. Deixando esta Pátria”, in: “O Brasil em Jornal” (suplemento de nov.1889), *Diário de Notícias*, nov. 1958, p.9. D. Pedro II se encontrava muito doente, sofria de diabetes, e debilitado como estava não podia enfrentar a crise que se instalara: a elite do café não o perdoava por ter permitido a abolição dos escravos em 1888 com isso o imperador perdeu sua base de apoio principal.

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

proceder às reformas “pelo alto”, isto é, isolando e controlando as forças sociais que, no caso brasileiro, advinham de um sistema escravocrata dos mais excludentes e em uma condição conjuntural de alterações drásticas em termos de sua mobilidade social, dada a recém extinção deste regime. Neste cenário que não nos compete aqui resgatar dos autores que já o analisaram de forma profunda, o que se manifesta enquanto força a apoiar este conservadorismo são as forças armadas.

Esta evidência do crescente poder militar no cenário brasileiro tem levado os historiadores a debaterem sobre a posição que ocupam os militares no interior da correção de forças sociais, ou seja, se constituem ou não enquanto uma classe á parte na sociedade. Não nos cabe neste momento adentrar a este debate dado que fugiria aos nossos objetivos, mas previamente consideramos que tal abordagem deve levar em conta, não apenas a intencionalidade manifesta por estes militares, por meio da ideologia que propagam, mas a função social que passam a cumprir na sociedade, isto é, a que interesses atendem, ou seja, que segmento ou classe social sua preponderância na política beneficia.

## **1.2. A participação do alto oficialato na vida política do Brasil (1889 a 1920)**

O Governo Provisório foi organizado sob a chefia de Manuel Deodoro da Fonseca que no dia 15 de novembro de 1889, baixa seu Decreto nº 1: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma

de governo da nação brasileira a República Federativa”. Constituído o primeiro gabinete da República<sup>31</sup>, a grande preocupação

foi dar legitimidade ao golpe com a criação dos “símbolos” que passariam a representar a nação assim “implantada”.

A primeira discussão a ser colocada em pauta foi a decisão de qual seria a nossa bandeira e hino, concordando-se com sua instituição no dia 19 de novembro de 1889 e, conforme CARVALHO:

Não há surpresa, portanto, no fato de que a disputa em torno desses dois símbolos tenha sido mais intensa, embora de menor duração. Ela revela com nitidez algumas clivagens existentes entre os republicanos e também permite enriquecer a discussão anterior sobre as condições que facilitam ou dificultam a manipulação do imaginário coletivo. No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. (CARVALHO, 2004, pp.109-110.)

Para além da análise do autor, o que nos chama a atenção é que a escolha dos símbolos oficiais da “pátria” denotam, mais do que “a vitória de uma facção positivista”, a aliança da burguesia republicana com as forças monárquicas, evidenciando-se assim, na simbologia, não o ideário da tradição, mas a correlação de forças sob a qual se ergue a recém nascida república. Nesta conjuntura o preceito liberal de plena liberdade de cultos religiosos, consolidado na carta, ao invés de expressar os

---

<sup>31</sup> Fazenda – Conselheiro Rui Barbosa; Interior – Aristides Lobo; Justiça – Campos Sales; Exterior – Quintino Bocaiúva; Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Demétrio Ribeiro; Marinha – Eduardo Wandenkolk; Guerra – tenente-coronel Benjamin Constant Botelho.

preceitos liberais em sua forma mais ampla, adquire o significado de uma concessão à uma população ainda dominada pelo misticismo e distante da racionalidade iluminista que gesta as idéias republicanas na Europa industrializada. A abolição da prisão perpétua, outro preceito constitucional, também destituído de seu caráter liberal, apenas nos chama a atenção para a sua existência no Império, nos

trazendo uma faceta a mais do teor autoritário que caracterizou esse período, embora nem sempre assim analisado pelos autores.

A preocupação de que as forças armadas fossem identificadas com a nação, ou seja, que fossem o porta-voz da República, se manifesta na continuidade dos decretos e leis que são aprovadas na seqüência. Por exemplo, pelo Decreto nº 21, o ministro da Guerra general Benjamin Constant, aprova as alterações no uniforme do Exército, modificando o anteriormente adotado no Império. Buscava algo que expressasse, segundo ele, a “identidade nacional”.

Nesta linha, nada mais coerente que o próximo passo fosse a recompensa pelos serviços prestados, o que veio no aumento do soldo dos oficiais do Exército elevado pelo Decreto nº 113-A de 31 de dezembro de 1889, justificado pelo Marechal Deodoro da Fonseca nos seguintes termos:

Que todas as classes remuneradas pelo Estado, a que menor retribuição auferem é a classe militar, que sendo a garantia de paz e ordem, base essencial do progresso, concorre diretamente para o desenvolvimento das indústrias e para o acrescentamento das riquezas públicas, além de ser

---

a única que se prende à Pátria por um compromisso, em que consagra para defesa da sua integridade e honra; que, surdo às justas queixas e findados clamores, o governo sob o antigo regime, quando as classes militares pareciam as classes deserdadas, ao mesmo tempo que tratava de cercear-lhes um a um todos os direitos garantidos na lei, deixava substituir uma antiga tabela de vencimento reconhecidamente exígua, que nivela o oficial do Exército, do

qual se exigem habilitações científicas, ao funcionário civil de ínfima categoria.”<sup>32</sup>

Após a promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, a presença dos militares no comando da nação foi corroborada, na primeira eleição censitária do país, pela burguesia ainda frágil para assumir a liderança desta “nação”, permanecendo Deodoro da Fonseca como presidente da República, enquanto Floriano Peixoto ocupava a vice-presidência. Quanto aos civis, integrantes do primeiro gabinete da República, estes não conseguiram ultrapassar suas divergências intestinas tendo se desentendido e todos abandonado seus cargos no dia 20 de janeiro de 1891.

O caráter autoritário do governo se manifestou logo a seguir. Quando a burguesia que tinha acesso ao poder, embora conservadora, pois representada apenas pelos latifundiários e por alguns profissionais liberais pouco consistentes em suas formulações ilustradas, iniciou discussões visando fixar limites ao poder executivo, o presidente, após

---

<sup>32</sup> Presidente Marechal Deodoro da Fonseca In: LOPES, Theodorico e TORRES, Gentil. *Organização e Administração do Ministério da Guerra*, 1994, p.14.



vários atritos com o Congresso, o dissolveu no dia 3 de novembro de 1891.

A dissolução do Congresso intensificou as agitações contra o Marechal Deodoro da Fonseca que tentou justificar o golpe por intermédio de um manifesto dirigido aos brasileiros:

Brasileiros! A situação em que se acha a nossa cara Pátria é difícil e suprema. Para salvar as instituições republicanas, assumo perante a Nação a responsabilidade do ato que

acabo de praticar, dissolvendo o Congresso. (...) Os inimigos da pátria tentam francamente a destruição das instituições. A sua arma é o desespero de todas as classes, o descrédito das nossas finanças. Sofre o povo a carestia da vida e não longe estarão a miséria e a fome. Sofrem o comércio e as classes produtoras do país, devoradas por sindicatos. Quanto mais exuberante é a agricultura, tanto mais a fraude esteriliza sua seiva vital. Temos prósperas rendas públicas, o tesouro está munido dos recursos necessários para fazer face a todos os compromissos, e entretanto nos apresentam no mundo como uma nação arruinada e sem crédito. (...) Para evitar todos esses males, resolvo, como disse, dissolver uma assembléia que só poderá acarretar ainda maiores desgraças.<sup>33</sup>

Colocava-se assim o exército como o guardião da nação contra ela própria, pois considerava os congressistas os inimigos da pátria, que denegriam a imagem do país e denunciavam a condição de miserabilidade em que se encontrava a população. Considerava ainda como inimigos os sindicatos que devoravam o comércio e as classes produtoras do país. Além disso, reafirmava a vocação agrária do país, conforme o ideário da burguesia agrária, ou seja, a agricultura, cuja “seiva vital” estava se corroendo pela corrupção. Revelar toda a

---

<sup>33</sup> Documento: “O álbum dos presidentes”, transcrito da edição do *Jornal do Brasil* de 5.11.1891, p.9.

imanência deste discurso nos levaria a analisar um conjunto complexo de nexos que explicitam a concretude social naquele período, compondo sua dinâmica, no entanto, registro apenas as evidências relativas à correlação de forças que se faziam representar no então fechado Congresso, os interesses que as forças armadas defendem, o problema da corrupção que já se instaura como inerente ao desenvolvimento do capitalismo, mesmo que tardio como o nosso, a consolidação da

dependência ante a propalada necessidade de ampliarmos nossas dívidas para fazer frente às necessidades internas.

As forças Armadas, neste sentido, se colocam como as construtoras da nação, pois elas seriam o próprio reflexo do que o nosso povo teria que cultivar, ou seja, o caráter coletivo, a ordem, o cumprimento do dever e a disciplina.

Em meio às agitações que continuam no dia 23 de novembro de 1891 Deodoro renuncia à presidência da República, nos seguintes termos:

Brasileiros! Ao sol de 15 de novembro de 1889, dei-vos com meus companheiros uma pátria livre e descortinei-lhe novos e grandiosos horizontes, dignificando-a e engrandecendo-a aos olhos dos povos todos do mundo. Esse acontecimento de elevadíssimo quilate patriótico, aplaudido pela nação, fazendo-a entrar em nova fase na altura de seus destinos históricos, é para mim e será sempre motivo do mais nobre e justo orgulho. Circunstâncias extraordinárias, para as quais não concorri, perante Deus o declaro, encaminhavam os fatos a uma situação excepcional e não prevista. Julguei conjurar tão temerosa crise, pela dissolução do Congresso,

medida que muito me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo.<sup>34</sup>

Apesar de sua saída, o poder dos militares se mantém com o marechal Manuel Floriano Peixoto assumindo como presidente da República e não por acaso convida para compor o terceiro gabinete da República, como ministro da Guerra que assume também a pasta Instrução Pública, Correios e Telégrafos; o líder da insurreição

republicana<sup>35</sup> e considerado o “fundador da República Brasileira”, General de Brigada, Benjamin Constant<sup>36</sup>.

Muito debilitado por causa das baixas ocorridas na Guerra do Paraguai, o exército precisava urgentemente de reformas, tanto no setor administrativo-financeiro, como na formação e treinamento das tropas e a assunção de Benjamin Constant foi aclamado pelo contingente militar por expressar a possibilidade de, mais uma vez, atender às demandas da categoria. Por outro lado, sua nomeação foi bem vista pelos membros da

---

<sup>34</sup> Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico, Lata 331, Pasta 33.

<sup>35</sup> “O golpe de 1889 foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então “proclamada” sempre esteve, em alguma medida, marcada por esse sinal de nascença (ou, para muitos, pecado original). Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estiveram praticamente ausentes da conspiração. O golpe republicano foi sem dúvida militar, em sua organização e execução. No entanto, ele foi fruto da ação de apenas *alguns* militares. Quase não houve participação da Marinha, nem de indivíduos situados na base da hierarquia militar (as “praças”, como os soldados ou sargentos). Mas isso não significa que o movimento foi promovido por oficiais situados no topo da hierarquia. Dos generais, apenas Deodoro da Fonseca esteve presente. Os oficiais superiores podiam ser contados nos dedos, e o que mais se destacou entre eles não exercia posição de comando de tropa: trata-se do tenente-coronel Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar!”. [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/ProclamacaoRepublica.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/ProclamacaoRepublica.htm)

<sup>36</sup> Este idealista que, em 1852 ingressara no Exército e que foi professor, astrônomo, doutor em matemática e ciências físicas, militar e seguidor do pensamento positivista de Augusto Comte, fundador do Clube Militar, instituto que gestará, até meados de 1950, a ideologia da segurança nacional, levou à jovem oficialidade o pensamento republicano e os ideais positivistas, mas morreu na mais absoluta miséria, após ter sido transformado em mito no meio militar da época. <http://www.unificado.com.br/calendario/01/benjamin.htm>.

burguesia agrária que o viam como defensor da república sem rupturas, dado o lema que suas filhas bordaram na bandeira nacional, o que foi também corroborado pelos “ilustrados” urbanos, pois, afinal, era um positivista. Vamos observar a fala entusiástica do jornalista Costa Rego na comemoração do centenário do nascimento de Constant:

A República – da qual, por lei, o consideram fundador, foi para todos o resultado de um golpe. Não foi para ele senão a consequência de um apostolado. Ele a proclamara, inúmeros anos antes, dentro de seu coração. O que mais exprime o referido centenário não é o advento de um regime novo, nem a força de um herói feliz, nem o êxito de um fato a inscrever na História. A meu ver, ele significa o triunfo incontestável da cultura, porque

Benjamin Constant Botelho de Magalhães não conspirou: professou... Não tinha cúmplices; teve discípulos. Comemorar o centenário de seu nascimento é recordar-lhe a vida é erguer os espíritos aos exemplos de que a mesma está repleta, e esses exemplos levam à preparação humanista do indivíduo. Na Escola Politécnica, na Escola Militar, na Escola Normal, na grande escola, em suma, que foi sua existência de homem público, ele não preparou rebeldes: levantou consciências.<sup>37</sup>

O “herói” Benjamin Constant ficou apenas quatro meses no Ministério da Guerra, mas durante este período o exército foi reorganizado, fixando-se um efetivo militar de 24.877 praças, e, mais uma vez, a expansão do ensino militar. Destaca-se nesta informação, para além da expressão da importância deste ideólogo para a formação de uma dada ideologia que aproxima ainda mais o pensamento militar das aspirações da burguesia em expansão, mas ainda frágil porque dependente da produção agrária e do capital internacional, a percepção de que a República caracterizou-se como um “golpe”. Não temos aqui

---

<sup>37</sup> REGO, Costa. In: LOPES, Theodorico e TORRES, Gentil. *Organização e Administração do Ministério da Guerra*, 1994, p.46.

condições de analisar com mais profundidade esta afirmação, que demandaria identificar se foi considerada um golpe em relação à monarquia – o que denota um pensamento conservador-, ou se o foi em relação à implantação da ordem liberal capitaneada pela burguesia e não pelos militares. De qualquer forma fica a anotação, pois ela representa mais um indicador para nossa análise sobre a participação dos militares na política neste período.

No Governo do presidente Prudente de Moraes, a partir de 1894, observa-se que o aparelhamento militar continua a crescer, juntamente com a máquina administrativa que lhe dá cada vez mais autonomia<sup>38</sup>. Nesta nova configuração passam a cuidar não apenas de seus misteres próprios, mas também a assumir o controle de suas próprias contas públicas, isto é, o dinheiro público investido neste contingente é de controle do próprio contingente. Isto em um momento em que, pelos preceitos liberais, o controle sobre as contas públicas e sobre os investimentos ou dos gastos efetuados com recursos advindos dos impostos deveria ser afeto à administração pública em geral. Pode-se dizer que, ao possibilitar que este aparato governamental ficasse isento de controle fiscal, toda despesa efetuada pelas forças armadas passam a entrar na alíquota de “fundos perdidos”.

Apesar do ideário que os formava nas academias militares como os líderes nacionais capazes de dar as diretrizes ao país, as revoltas que ocorrem no interior desta corporação e que vêm a público demonstram,

---

38 Sua administração era integrada pelos seguintes órgãos: Secretaria da Guerra (estabelecia todas as ordens que eram confiadas ao ministro da Guerra); Estado-Maior; Intendência Geral da Guerra (fornecia material para o pessoal do exército como armamentos, transporte e uniformes); Direção Geral de Engenharia (instrução técnica do exército); Direção Geral de Artilharia (Estudo e preparação de artilharia e demais

na realidade, que internamente, disputavam maior espaço de seu próprio segmento no cenário político nacional. É o caso, por exemplo, do movimento que ficou conhecido como *Revolta da Fortaleza de Santa Cruz*<sup>39</sup> ocorrido em 19 de janeiro de 1892, liderado pela marinha contra a política de Floriano Peixoto e desencadeada pelo segundo sargento Silvino de Macedo.

O governo da república só passará às mãos de um civil a partir de 1894, quando assume a presidência o paulista integrante do partido liberal Prudente José de Moraes Barros<sup>40</sup> que governará até 1898. Em seu discurso de posse se enunciam os preceitos que evidenciam o continuísmo: o “regime de paz e de ordem, de liberdade e de progresso, sob o império da justiça e das leis” e a dinâmica da ordem pública, ou seja, as mudanças sem ruptura com a institucionalidade anterior, reconhecidamente capitaneada pelos militares:

Assumindo hoje a presidência da República, obedeço à resolução da soberania nacional, solenemente enunciada pelo escrutínio de 1º de março.

Aceitando este elevado cargo (...), especialmente na atual situação, submeto-me a imperioso dever patriótico e não pouparei esforços nem sacrifícios para corresponder à extraordinária prova de confiança de meus concidadãos,

---

armamentos necessários); Direção Geral de Saúde (Enfermarias, hospitais, material de higiene e saúde); Contadoria Geral da Guerra (Fiscalização e pagamento de despesas realizadas pelo ministério da Guerra).

<sup>39</sup> Agregando jovens oficiais e até monarquistas, o movimento era liderado pelos almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Melo, ex-ministro da Marinha e candidato preterido à sucessão de Floriano. Refletindo o descontentamento da Marinha com o pequeno espaço político que ocupava em relação ao Exército, a rebelião obtém escasso apoio no Rio de Janeiro. Os revoltosos dirigem-se então para o sul, e alguns efetivos desembarcam em Desterro (atual Florianópolis), onde tentam, sem sucesso, articular-se com os rebeldes federalistas gaúchos. Com navios adquiridos no exterior, Floriano derrotaria a Revolta da Armada em março de 1894.

<sup>40</sup> “O governo de Prudente de Moraes (15/11/1894 - 15/11/1898) não foi um governo pacífico. A oposição dos florianistas, a reorganização do Partido Monarquista, as medidas antiinflacionárias do governo, a queda do preço do café no mercado internacional, além do movimento sertanejo de Canudos, tornaram frágil o governo do Pacificador, parecendo ameaçar a ordem republicana”. <http://www.republicaonline.org.br>.

manifestada de modo inequívoco no pleito eleitoral mais notável da vida nacional. (...) a forma republicana, tal como está consagrada na Constituição de 24 de fevereiro, é indubitavelmente a que tem que reger para sempre os destinos do Brasil, porque é no seu admirável mecanismo que está a mais segura garantia da harmonia permanente entre a unidade nacional e a vitalidade e expansão das forças locais. A República está, pois, firmada na consciência nacional; lançou raízes tão fundas que jamais será daí arrancada.

Ao passo que a Monarquia caiu sem a menor resistência, não obstante haver dominado o país durante setenta anos com o seu regime centralizador, a República, apesar de sua curta e perturbada existência, (...) venceu a poderosa [resistência] restauradora, porque tinha a seu lado a opinião nacional manifestada pelo consenso dos Estados, que, havendo experimentado a influência benéfica da autonomia que lhes deu o novo regime, não se sujeitarão jamais a

retrogradar à condição de províncias sem recursos (...) Felizmente, graças à atitude patriótica, pertinaz e energética de marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da nação, parece estar encerrado em nossa pátria o período das agitações, dos pronunciamentos [militares] e das revoltas (...). Nesta situação, exige o patriotismo que todos os brasileiros, especialmente os depositários do poder público, contribuam com seus esforços dedicados e perseverantes para conseguir que a República seja o que deve ser, o regime de paz e de ordem, de liberdade e de progresso, sob o império da justiça e da lei<sup>41</sup>

Ora, é paradoxal falar de progresso e liberdade se o caráter reacionário de cafeicultores no poder persistia numa república que sequer chega a ser liberal.

O Estado Bonapartista possui relativa autonomia que concentra em um representante político um poder despótico. Desta forma, a sustentabilidade das relações sociais deixa de ser consistente e a articulação entre sociedade e governo é desestruturada. O domínio das

---

<sup>41</sup> Arquivo Nacional, Catálogo do Fundo, Prudente de Moraes.

classes dominantes no governo é assegurado pela burocracia estatal como elucidou Karl Marx:

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio.<sup>42</sup>

A burocracia passa a ser uma categoria política na medida que ela, como categoria estatal, pode ocupar um espaço relevante no bloco que compõe o poder concernente as relações de força.

É explícito no pronunciamento do presidente Prudente de Moraes que seu “pesado fardo” era o de pacificar as revoltas que assolavam o território que se pretendia nacional, conciliar os inúmeros segmentos inconciliáveis da política de um novo regime (a República). Portanto, Prudente de Moraes buscava reencaminhar os blocos de poder segundo a ordem instituída no país após 1889: “os militares de volta aos quartéis, os industriais de volta às indústrias e os cafeicultores, enfim, no poder”. (KOIFMAN, 2002, p.70.). Representava a ascensão da oligarquia cafeicultora ao poder nacional, após um período em que essa oligarquia mantinha-se dominando apenas o legislativo e, incapaz de conciliar os interesses nacionais, ao fim de seu governo decreta o estado de sítio

---

<sup>42</sup> MARX, K. - "O 18 Brumário de Luis Bonaparte". In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.p.402.



para o Distrito Federal (Rio de Janeiro e Niterói) conseguindo assim livrar-se dos opositoristas mais incômodos.<sup>43</sup>

A conciliação “pelo alto”, excludente da articulação com os trabalhadores, que neste momento, articula a burguesia sob a batuta de seu segmento agrário, representado pelo presidente, se revela na necessidade deste demonstrar seu apreço pelas forças militares, como revela a carta enviada ao paulista político Bernardino Campos:

Estou encontrando espaços para combinar um ministério de pessoal competente e que não signifique hostilidade ao Marechal [Floriano], que continua irascível. Pretendia não incluir no governo gente de São Paulo e da Bahia, mas parece-me que não conseguirei realizar essa pretensão,

especialmente porque terei a necessidade de impor ao [paulista] Rodrigues Alves o sacrifício da pasta da Fazenda, por ser o homem que inspira confiança a todos, a mim mais do que aos outros – e até é muito considerado pelo marechal. (SILVA; CARNEIRO, 1983, p.65)

Esta carta revela o temor do presidente Prudente de Moraes concernente aos chamados “florianistas” pertencentes ao Partido Federal Republicano (PFR), partido este “que lutava contra o poder civil, agitando os quartéis e tramando para a volta de um regime forte e centralizado” (KOIFMAN, 2002, p.86). O poder dos militares no quadro político do país era evidente no início da República e mudar esse quadro poderia representar uma ameaça para Prudente de Moraes. Destaca-se também neste documento, a relação de Floriano com os paulistas cafeicultores, pois, conforme declara com pesar, “*terei a necessidade de impor ao [paulista] Rodrigues Alves o sacrifício da pasta da Fazenda, por ser o*

---

<sup>43</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Prudente\\_de\\_Morais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Prudente_de_Morais).

*homem que inspira confiança a todos, a mim mais do que aos outros – e até é muito considerado pelo marechal*’. Cedeu ainda às reivindicações dos militares, entregando o ministério da Guerra ao Marechal Bernardo Vasques, pasta que, segundo estes, necessitava ser reorganizada, por serem consideradas antiquadas perante os progressos da ciência militar na Europa; preocupação que advinha desde o período de Floriano.

O que se observa no governo de Prudente de Moraes é que o exército, além de manter as atribuições iniciais de incorporar a polícia e de manter a ordem interna, ganhará uma estrutura semelhante às forças armadas européias que se preparam a uma segunda grande guerra mundial. Baseado nos estudos efetuado pelo General-de-

Brigada João Vicente de Castro, enviado por Floriano à Europa, no período de Prudente de Moraes, mediante as reivindicações do então ministro da Guerra Marechal Bernardo Vasques<sup>44</sup>, cria-se, a 24 de outubro de 1896, o Estado-Maior do Exército, pela Lei nº 403, cujo encargo principal era o de preparar o Exército para a defesa da Pátria.

Segundo o artigo 2º da Lei nº 403, este órgão passou a centralizar a coordenação e definição de diretrizes, especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção

---

<sup>44</sup> Em um conjunto de documentos o General-de-Brigada João Vicente de Castro reclamava sobre a organização antiquada que não correspondia mais às necessidades das organizações militares modernas, pedindo a criação da Repartição do Chefe do Estado-Maior do Exército e da Intendência-Geral da Guerra, conforme um destes documentos: “À Repartição do Chefe do Estado-Maior deve caber o trabalho de organização e regulamentação dos diversos serviços de um exército e de tudo o que concerne e possa interessar às operações de guerra; e, como é fácil verificar-se do respectivo regulamento, nenhum desses importantes serviços entra na incumbência da Repartição do Ajudante-General, limitada a trabalhos de mero expediente”. Marechal Bernardo Vasques apud Francisco de Paula e Azevedo Ponde, p.54.

e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concernia à instrução e disciplina das tropas. O Estado-Maior do Exército tinha sob suas ordens, para execução de todo o serviço, o respectivo corpo (parágrafo único). Compunha-se de um gabinete e de quatro seções (art. 3º). Observa-se que, entre as atribuições da primeira seção se destaca o estudo estatístico e histórico dos exércitos nacional e estrangeiro, especialmente os americanos e tudo quanto possa interessar à mobilização e concentração das forças militares. Organização de paz e de guerra, recrutamento, instrução-geral, teórica e prática, tática e estratégia, serviço de estado-maior, missões militares, direção da revista militar e publicações.

A 2ª seção com a atribuição de estudar os teatros prováveis de operações de guerra, organização de planos de campanha, meios de defesa do País, grandes exércitos e campos de manobras, mobilizações e serviços de retaguarda.

A 3ª seção, para organização da carta geral da República, mapas geográficos e topográficos das fronteiras e estatística militar; levantamentos geodésicos e topográficos de operações militares; planos de viação, estradas em geral, linhas estratégicas; criptografia, semáforos, aerostação, pombos correio.

A 4ª Seção, para codificação e consolidação da legislação militar, administração, economia, disciplina, justiça militar, licenças etc., publicação do almanaque, registro militar dos oficiais e assentamentos dos generais e oficiais de estado-maior, informações, revistas militares e técnicas, Arquivo do Exército.

Embora alguns autores considerem que no governo de Prudente de Moraes, uma a uma foram abandonadas as medidas inovadoras encetadas por Floriano Peixoto<sup>45</sup>, o conjunto da documentação analisada indica que, exatamente por necessitar do apoio do exército, atendeu a todas as reivindicações do ministro Bernardo Vasques, inclusive a criação da Revista do Exército pelo Decreto nº 433, de 4 de julho de 1891. Essa revista, publicada mensalmente a cargo da Comissão Técnica Militar, era destinada a propagar as táticas militares e resenhas sobre o que havia de mais relevante nas revistas estrangeiras. Após a extinção da Comissão Técnica Militar Consultiva, a direção e publicação da Revista do Exército passaram a ser funções

do Estado-Maior do Exército. Tal iniciativa representou uma tentativa para “modernizar” a organização das repartições e administração do exército brasileiro, segundo os moldes estrangeiros de guerra.

A permanente ameaça de um golpe militar embasada no descontentamento popular decorrente da atávica crise econômica e no conservadorismo do Partido Monarquista que buscava se reorganizar, ao que se acresciam parcelas dos setores médios da população descontente com o governo de um presidente civil<sup>46</sup> se expressa na imprensa que ridiculariza, inclusive, suas precárias condições de saúde, as quais provocaram seu afastamento e sua substituição pelo médico liberal baiano Manuel Vitorino:

Foi um cálculo? Sim, foi um cálculo.  
Mas que deu um resultado tão fino,

---

<sup>45</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Prudente\\_de\\_Morais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Prudente_de_Morais);

<sup>46</sup> <http://www.arquivonacional.gov.br/memoria>;

que da noite pro dia nós vimos  
No Palácio o Manuel Vitorino.<sup>47</sup>

As idéias de Manuel Vitorino já vinham, desde o início da república, sendo consideradas muito progressistas e, como típico liberal, era defensor, por um lado da universalização da educação e do emprego de métodos avançados para o desenvolvimento do ensino, mas, ao mesmo tempo, não teve dúvidas ao tomar as decisões que levaram o exército brasileiro a efetuar sua primeira grande investida contra as demandas sociais da população brasileira, representada no movimento de Canudos:

Euclides, que assistiu ao final da guerra como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*, concluiu que a Guerra de Canudos tinha sido um erro histórico. Segundo o escritor, em vez de soldados, o governo republicano deveria ter enviado "mestres escolas" para educar a população de Canudos no caminho do progresso e da civilização, ou seja, as autoridades militares e civis erraram e abusaram do poder ao reprimir pela força uma população que deveria, pelo contrário, ser integrada ao Estado-nação. Euclides da Cunha chamou a atenção para o desconhecimento total em que viviam as elites com relação às populações dispersas pelo território.<sup>48</sup>

Como se observa, as demandas sociais passam a ser consideradas um problema de segurança nacional e como tal devem ser combatidas por um exército preparado para enfrentar guerras que "colocam em perigo a nação". O Estado ultrapassa seu caráter

---

<sup>47</sup> LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: A República do Catete*. Petrópolis: Vozes/Casa de Rui Barbosa, 1989. p.18. O verso faz referencia ao afastamento do presidente para extração de cálculo na bexiga.

<sup>48</sup> "Centro de Comunicação Social do Exército". <http://www.vivabrazil.com/guerrade.htm>.

bonapartista, com os militares cumprindo a função de massacrem os miseráveis que não interessam mais à nova ordem capitalista que se industrializa, sem romper sua subordinação com o campo, demonstrando a autocracia burguesa que o institucionaliza:

O jagunço é sagaz, acostumado a esta natureza, conhecedor do terreno, perito atirador e bem instruído em sua tática particular", dirá o general Artur Oscar em sua parte sobre o ataque de 18 de julho. Dele, ainda, estas palavras sobre o valor militar dos guerreiros da caatinga, com que fechou a parte sobre o assalto de 1º outubro, dirigida ao Ministro da Guerra: "É para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas *tão inadmissíveis*."<sup>49</sup> (grifo nosso)

São palavras de alguns dos generais que comandaram este massacre e expressam sua visão sobre as demandas sociais e a função social que o exército passa a cumprir, agora sob o comando da burguesia.



Refeição na Chamada Bateria do Perigo, a norte de Canudos. Ao fundo, trajo escuro e chapéu de couro, o 2º Tenente Frutuoso Mendes, do 4º Regimento de Artilharia. Notar, à direita, a presença de "jaguncinhos". [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/img/mtg.jpg](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/img/mtg.jpg)

Góes Monteiro no seu relatório em 1934 quando era ministro da Guerra do governo Vargas, tentou mostrar que na História política do Brasil as forças armadas sempre desempenharam um papel mais complexo do que o próprio Estado/governo, exaltando a investida do exército contra Canudos, do qual lamenta apenas as perdas dos militares nesta guerra.

Em meio a estes tipos de ações contra a população vai se formatando a real função social do exército brasileiro, não de defesa de sua população ou da garantia de suas manifestações para a expressão de suas necessidades sociais, mas de defesa de uma ordem que mantenha a dinâmica conforme os interesses das forças conservadoras no comando da nação. Enquanto tal massacre se perpetua, continuam as querelas entre os segmentos da burguesia que disputavam o poder político. Assim é que, após retornar ao governo, Prudente de Moraes, ante a crescente impopularidade, decretará estado de sítio detonado por um atentado contra a sua vida, no qual é assassinado um de seus ministros militares. Acusados os florianistas, o presidente decretou o fechamento do Clube Militar que os abarcava, mitigou a força de seus adversários com prisões e mortes e inclusive denunciou Manuel Vitorino como participante do complô, desbaratando assim o segmento que poderíamos denominar de genuinamente liberal da burguesia, reforçando as forças conservadoras.

Nestas circunstâncias, como não poderia deixar de ser, seu sucessor foi mais uma vez, um fazendeiro cafeicultor, José Manoel de Campos Salles, eleito presidente da República no dia 15 de novembro de 1898. Este recebeu o tesouro do Estado em péssima situação financeira e conforme suas próprias palavras: “Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar de suas finanças”<sup>50</sup>.

Procedendo a uma austera reforma financeira que, entre outras coisas, criou impostos e elevou taxas que já existiam, este presidente também se dedicou a alcançar uma possível estabilidade e conseguir a “paz política” entre os segmentos da burguesia, para o que, ampliou o espaço de atuação dos deputados e senadores, cooptando correligionários, com a garantia da aprovação de projetos de lei ou emendas parlamentares, tão à moda até os dias de hoje no cenário político brasileiro. A consequência desse plano foi: “o enfraquecimento dos partidos, a formação de grupos fechados no poder (...), a configuração de um quadro eleitoral completamente fraudulento e cínico (...) e o crescimento político de Minas Gerais e São Paulo”. (KOIFMAN, 2002, p.103.)

A ordenação do Estado “pelo alto”, do qual continua excluída qualquer possibilidade de participação dos trabalhadores ou de segmentos médios que se expandiam nas cidades em crescimento, terá continuidade na configuração do período que ficou denominado como República do Café com Leite, em alusão as oligarquias (cafeeira de São Paulo e pecuária de Minas Gerais) que vão preencher o quadro político

---

<sup>50</sup> Trecho do discurso de Campos Salles extraído de GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Salles: Política e Finanças 1889-1902*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.



do país e que vão, permanentemente tentar sufocar as outras forças sociais locais.

Nesta ordenação as forças armadas do país, continuam a se fortalecer administrativamente, para poder cumprir sua real missão, agora com a regulamentação de uma Intendência Geral da Guerra, que havia sido criada concomitantemente ao Estado-Maior do Exército pela Lei nº 403 em 24 de outubro de 1896, sendo o ministro da Guerra nomeado, o general João Nepomuceno de Medeiros Mallet. É interessante que, paralelamente à organização de um aparelho estatal que não consegue cumprir a maior parte de suas funções, até por falta de legislação adequada, o exército seja praticamente o único setor, além

da criação de impostos e taxas, seja regulamentado paulatinamente e com precisão, e cujas leis são, de fato, aplicadas. Pois era necessário que o segmento da burguesia na presidência, mantivesse este aparato para coibir as demandas sociais e refrear uma dinâmica que poderia ferir os seus interesses, desobrigando-a a se aliar aos outros segmentos sociais. A função social para a qual se preparava o exército, a ver esta regulamentação, era de enfrentamento de uma guerra. Contra quem, não se sabia, embora o momento histórico fosse o período de entre guerras mundiais.

O Decreto nº 3.193 que regulamentava a Intendência Geral da Guerra, aprovado pelo presidente Campos Salles no dia 19 de janeiro de 1899, tendo como modelo a administração européia, informava:

Cap. I – Art. 1º - A Intendência Geral da Guerra tem por fim assegurar aos corpos de tropas, às fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento do material

necessário à subsistência e acomodação do pessoal do Exército, todo o fardamento, equipamento, arreamento, correame, armamento, munição e demais material de guerra e de transporte, bem assim a necessária cavahada.

Artigo 2º - A intendência se comporá do gabinete e quatro seções. Incumbe as seções:

Primeira – I – aquisição , conservação, distribuição, fiscalização do material do Exército e do que disser respeito a próprios nacionais a cargo do Ministério da Guerra; II – serviço de marcha, aquartelamento, acantonamento e acampamento; III – serviço postal do exército em operações, iluminação de quartéis e outros estabelecimentos militares; IV – Coudelarias e remontas.

Segunda – I – Distribuição do armamento, equipamento, arreamento, correame, utensílios e munições; II – Carga e descarga, consumo; III – Reunião de dados estatísticos e de tudo que interesse ao serviço militar em operações de guerra.

Terceira – I – Viveres e forragem; II – Transporte do material do Exército, requisição, lançamentos e contribuições de guerra; III

– Reunião de dados estatísticos e de tudo que interesse ao serviço militar em operações de guerra.

Quarta – Guarda em depósito de todo o material de guerra, munições e fardamentos de reservas e a carga geral desse material.

Cap II – Das atribuições dos empregados – Artigo 4º - O intendente-geral é a primeira autoridade da repartição e como tal o principal responsável pela boa marcha dos serviços sob sua direção, para o que solicitará do Ministro da Guerra, com quem se entenderá diretamente, todas as providências que julgar necessárias à completa execução do disposto neste regulamento.

A conformação autocrática que o comando do Estado vai conferindo à nação se manifesta em várias áreas, conforme se pode observar das prioridades apontadas pelo próximo presidente, Francisco de Paula Rodrigues Alves que, em sua primeira mensagem ao Congresso, revela as ações prioritárias do seu governo:

Reina calma no terreno político. Chegou o momento do trabalho e da ação, a começar pelo Rio de Janeiro, que será modernizado. As suas ruas estreitas, os morros, as praças

mesquinhas e a falta de higiene que dominavam a capital da República vão desaparecer. As epidemias e endemias, como a febre amarela, peste bubônica, cólera, varíola e malária, que dificultam a imigração e afetam o comércio com os estrangeiros, serão vigorosamente combatidas.<sup>51</sup>

Conforme vários autores já o apontaram, a principal preocupação no saneamento do Rio de Janeiro, que fora a higienização urbana, teve como modelo a ostentação das modernas capitais estrangeiras, alargando-se e ampliando-se ruas, construídos bulevares e praças. Por outro lado, casas modestas e cortiços foram demolidos e várias famílias ficaram desabrigadas. Muitas dessas famílias foram para a periferia ocupar os morros ampliando-se as favelas. O centro da cidade passou a ser ocupado pela elite que buscava a sofisticação das butiques e cafés que lá havia, incorporando-se ao termo higienização a exclusão social que, agora se dá pelo afastamento do pobres das vistas da burguesia. (D'AMARAL, 1974, p. 62)<sup>52</sup>

O presidente Rodrigues Alves escolheu o marechal Francisco de Paula Argolo para ser seu ministro da Guerra que, logo nos primórdios de sua administração, criticou severamente a organização do Exército:

Infelizmente ainda não chegamos a compenetrar-nos dos graves perigos a que se expõe uma nação que confia a garantia do seu território e o reconhecimento dos seus direitos unicamente aos princípios da jurisprudência internacional e da eficácia das notas diplomáticas (...) A primeira medida que se impõe, aquela que mais esforço exige, pois tem que vencer preconceitos e modificar, até

---

<sup>51</sup> Rodrigues Alves In: MORAES, Osmário de. Os presidentes do Brasil. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1995. p.51.

<sup>52</sup> D'AMARAL, Márcio Tavares. Rodrigues Alves. São Paulo: Editora Três, 1974.

certo ponto, a índole do nosso povo, mas da qual depende a dignificação da profissão militar, é tornar uma realidade o serviço militar obrigatório (...) Uma das causas que mais profundamente afetam o organismo do nosso Exército, enfraquecendo-o, é a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar. O paisano matricula-se na escola preparatória, aí demora-se três, dois e até um ano apenas, conforme o número de matérias de que a tenha exame; passa para Escola Militar do Brasil, onde no fim de dois anos é nomeado alferes-aluno, e no fim de cinco sai bacharel em matemática e ciências físicas e engenheiro militar. Durante todo o tempo escolar, goza de regalias que o colocam em condições excepcionais (...) e, findo o curso, leva um ano a praticar em comissões de construção de estradas de ferro, linhas telegráficas, etc. Terminado este período de seis anos, no mínimo tem se formado um oficial inteiramente estranho à verdadeira profissão militar, sem o

hábito de disciplina e subordinação (...) e por todos os meios procura esquivar-se a uma vida cujos misteres considera pouco compatíveis com o seu preparo teórico e o seu título científico (Relatório de 1904).<sup>53</sup>

Embora o documento indique que os principais problemas, para a corporação, era o da falta de disciplina, o privilegiamento das oligarquias que afastava estes oficiais de um controle que tornasse mais efetiva sua formação e seu treinamento, observa-se um outro aspecto que demonstra, mais uma vez, as funções que este segmento do governo acaba por cumprir. Neste sentido merece destaque que, além da formação militar, recebiam os jovens uma formação profissional que, além dos aspectos teóricos, abrangia a capacitação para aplicar a *matemática, as ciências físicas e engenheiro militar*, o que, se ponderado ante a evidência da falta de escolas superiores ou técnicas que grassava o país à época, significava serem estas pessoas, potencialmente, as

melhores qualificadas para as profissões que exigiam tais conhecimentos e que hoje corresponderiam à aquelas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de engenharia.

A necessidade de escoamento dos produtos agrícolas para os principais portos do país, assim como o crescimento urbano que acompanhava o insipiente desenvolvimento subordinado e dependente dos produtos industrializados, assim como as pressões internacionais, levam a próxima gestão política, com Afonso Augusto Moreira Pena na presidência, a dar continuidade ao plano de

administração de Rodrigues Alves, agora com ênfase nas redes de estradas de ferro e no sistema de telegrafia, enquanto o Exército continua a demandar mais material e uma solução para o que considerava um baixo efetivo que, segundo eles, nem contava com um quadro de reservas em casos de necessidade.

O subterfúgio para a carência de pessoal foi o serviço militar obrigatório que passou ser chamado de “lei do sorteio”, o que representou uma grande renovação já que antes o Exército tinha que contar com voluntários:

Todos os governos republicanos sentiam a necessidade de reorganizar o Exército, o que se verifica pela leitura dos relatórios dos Ministros da Guerra; contudo, os corpos continuavam a ser os mesmos do Império, com efetivos reduzidíssimos à espera de voluntários que não apareciam, apesar das vantagens oferecidas; e sem material de mobilização, alguns até sem armamento, e vivendo independentes, sem o menor laço de solidariedade, a não

---

<sup>53</sup> Marechal Francisco de Paula Argolo In: PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. pp. 88-89.

ser a subordinação comum aos comandantes de distrito (PAULA, PONDÉ, 1994, p.101.)

Assim, pela Lei nº 1.860, de 14 de janeiro de 1908, regula-se o alistamento, o sorteio e garante-se um efetivo permanente, como mão de obra gratuita ao Exército, que será extraída das parcelas mais pobres da população:

I – Da obrigação do serviço militar. Art. 1º - “Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 a de 44 anos completos, é obrigado ao serviço militar, na forma do artigo 83 da Constituição da República e de acordo com as prescrições desta lei”.

Em 1910, quando assume a presidência, mais uma vez, um representante do exército, na pessoa do Marechal Hermes da Fonseca que havia sido ministro da Guerra na gestão anterior, reafirmam-se com o próximo ministro da Guerra (Emídio Dantas Barreto), os preceitos da “ordem, da disciplina e da integridade nacional”, além, é evidente da finalidade desta instituição:

Em face do movimento militar que vai atualmente pelo mundo, não é fácil o trabalho que me coube no vosso governo. As violentas guerras pelejadas de 1870 para cá na Europa, na Ásia e na África, ampliaram notavelmente, por ensinamentos valiosos, o campo de ação militar, onde quer se cogitar de serviços que imprimam à força pública um cunho decidido de supremacia institucional. Assim, os serviços de guerra, hoje, exigem aptidões excepcionais, competências provadas e essa veemente fé que se gera do patriotismo e da confiança nos elementos de força. Esta provém, nos exércitos regulares, também de elementos bem

ordenados que constituem uma engrenagem simples, de fácil andamento. Daí resulta que tudo precisa de ser aparelhado com método e unidade de vistas (...) uma orientação segura, sem outras preocupações que não sejam da ordem, da disciplina e da integridade nacional.<sup>54</sup>

Visando o cumprimento destes preceitos, Barreto realizou várias alterações em regulamentos dos institutos de ensino militar e determinou que a Escola de Guerra funcionasse na Escola de Artilharia e engenharia, enquanto preparava, mais uma vez, as forças armadas para conterem as agitações populares que açodavam o país, principalmente nos centros urbanos, onde a emergência de trabalhadores que demandavam direitos trabalhistas se chocava com a prática de uma burguesia que não lhes admitia sequer o direito ao salário.

Enquanto o exército continuava a se preparar para a guerra, agora real, porque desencadeada pelo assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria, em Sarajevo, em julho de 1914, ante a qual o Brasil, por intermédio de seu presidente militar, se posiciona inicialmente com “rigorosa neutralidade”, internamente, com o país envolto numa grave crise, instaura-se um estado de sítio, no meio do qual é eleito o primeiro profissional liberal para a presidência, o advogado e procurador da justiça, Wenceslau Braz Pereira Gomes. Este terá que contar com, além da crise de importação provocada pela guerra, uma gripe que matou milhares de pessoas nos centros urbanos, demonstrando que as medidas de saneamento anteriores não foram assim tão eficazes e as greves dos operários, unificados pelas

---

<sup>54</sup> General Emídio Dantas Barreto In: PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.142.

dificuldades de verem reconhecidos seus mínimos direitos trabalhistas, inclusive os já conquistados nos países mais industrializados, de onde provinha a maior parte da mão de obra operária.

A proposta do ministro José Caetano de Faria, que adentrou rememorando os riscos da guerra internacional foi atender às necessidades orçamentárias que não permitiam dar efetivo a algumas unidades, ou seja, era necessário incorporar reservistas o que significava demanda por mais recursos orçamentários. E na defesa desta idéia, servia como exemplo que não deveria ser seguido, o da Rússia contra o Japão, conforme informava seu relatório,

Duas considerações fundamentais me servem de base: a primeira é que o efetivo de um Exército deve ser tal que permita, sem destruir a coesão da tropa, incorporar reservistas em número bastante para que a primeira linha tenha força suficiente para opor-se às primeiras operações do adversário, em caso de guerra, impedindo, assim, a violação do território da Pátria; a segunda, que o Exército no tempo de paz deve ser constituído de modo a passar ao pé de guerra pela inserção de reservistas, sem a criação de unidades ou órgãos novos. Esta é uma fórmula clássica cujo desprezo constituiu uma das razões principais do insucesso da Rússia contra o Japão.<sup>55</sup>

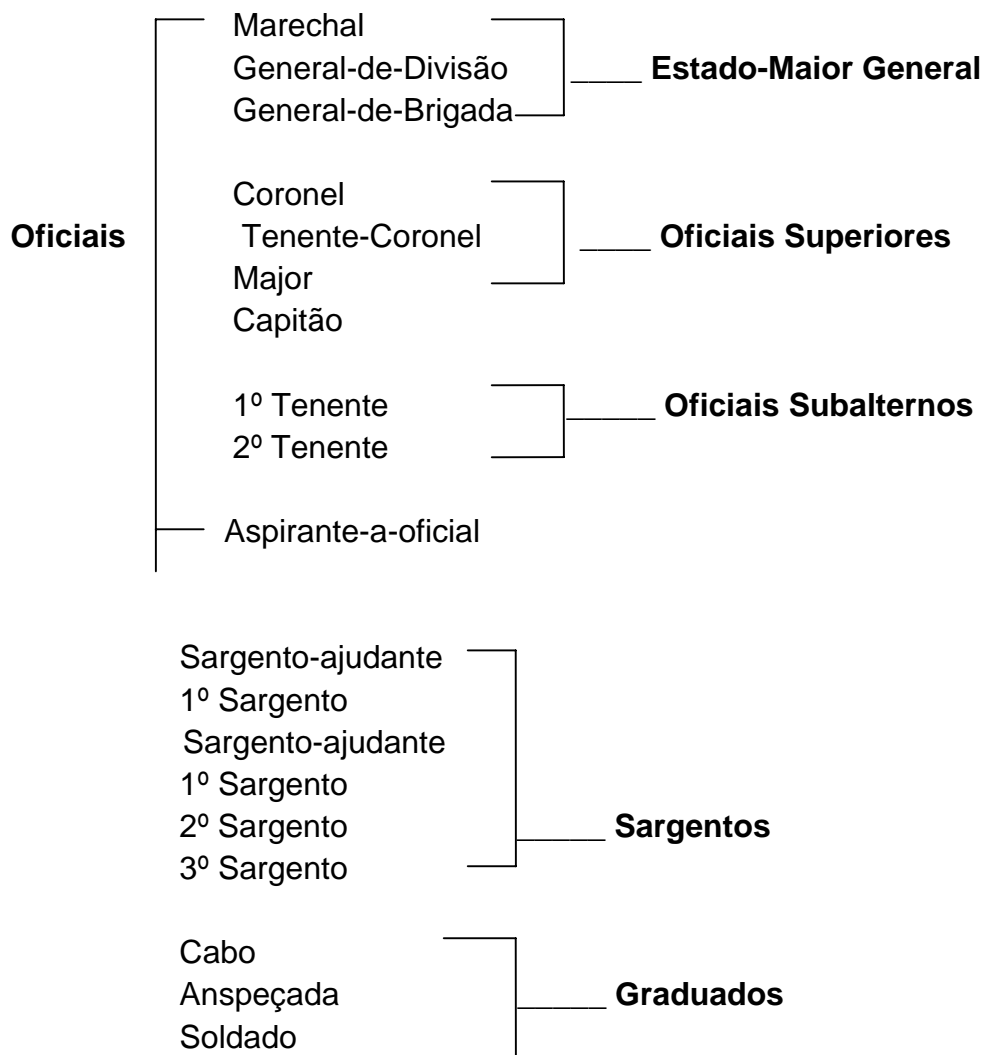
Assim, segundo ele, a necessidade do serviço obrigatório se justificava porque a guerra deixara de ser uma luta entre exércitos para tornar-se uma luta entre grupos de nações, o que exigia que o Exército

---

<sup>55</sup> Caetano de Faria In: PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.156.



fosse a nação armada. Visando atingir a meta da “nação armada” mas, vejamos bem, não o povo armado, é remodelada a hierarquia militar que fica com os seguintes graus hierárquicos, segundo o artigo 23 Do Decreto nº 11.497 de 23 de fevereiro de 1915:



O processo político na década de 1920 foi engendrado pelas alterações na estrutura sócio-econômica do Brasil<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Este tópico será discutido na primeira parte do segundo capítulo para a compreensão do processo que desencadeou a chamada “Revolução de 30”.

No entanto, o distanciamento entre o oficialato e a soldadesca, que aí se expressa à semelhança do caráter elitista vigente em nossa sociedade, decorrente da brutal e atávica concentração de rendas, resulta em freqüentes amotinamentos. Diferentemente dos oficiais que eram recrutados entre os membros das “melhores e mais influentes famílias”, a soldadesca era recrutada entre os mais excluídos socialmente. Enquanto a elite freqüentava as acadêmicas e centros de formação que gestaram a Academia Militar, onde recebiam formação para assumirem a função de líderes políticos e enquanto discutiam “a nação”, a soldadesca recebia apenas uma insipiente alfabetização, paralelamente a um rigoroso aprendizado de disciplina e subordinação. O caráter autocrático da burguesia e sua articulação com o exército, também se refletia no trato dos oficiais com seus subordinados. São conhecidas desde estes primórdios as humilhações e verdadeiras sevícias a que eram submetidos tais soldados.

## **CAPÍTULO II**

### **A AFIRMAÇÃO DA “SEGURANÇA NACIONAL” DAS FORÇAS**

#### **ARMADAS**

##### **2.1. Alto Oficialato versus Oligarquias: A Luta pelo Poder (1920-1934).**

Assumindo a presidência o liberal advogado e senador Epitácio Pessoa<sup>57</sup> este buscou diminuir o poder dos militares no cenário político brasileiro nomeando, pela primeira vez, civis para o Ministério da Guerra

---

<sup>57</sup> A articulação dos segmentos oligárquicos que o indicaram foi de tal ordem que este foi eleito sem sequer estar no Brasil, tendo-lhe sido comunicado que deveria deixar a França para assumir a presidência.

e da Marinha, o que gerou descontentamento dos militares, que passaram a promover agitações nos quartéis de todo o país.

Apesar de aconselhado pelo almirante Gomes Pereira que argumentava, não sem razão, que este fator poderia gerar graves conflitos entre os militares e o seu governo, Epitácio Pessoa persistiu na sua decisão, mantendo João Pandiá Calógeras na Pasta da Guerra enquanto afirmava:

Amanhã, a imprensa publicará a nomeação de um civil para a pasta da Marinha; a Armada – digo mal, os indisciplinados da Armada que tomem a responsabilidade de perturbar a ordem constitucional da República pelo fato de não querer o Presidente, no uso incontestável do seu incontestável direito, reconhecer-lhes título de propriedade sobre uma das pastas do governo. Resistirei e veremos por quem se pronuncia a Nação.<sup>58</sup>

Ora, é explícito o prélio que foi instalado pelo presidente que representava as oligarquias e afrontava o alto oficialato. Calógeras, em meio às críticas dos militares por um civil ter sido escolhido como ministro da Guerra, tomou algumas iniciativas para amenizar as agitações das casernas. Uma delas foi tentar expandir o serviço militar pela aprovação da lei que exigia a caderneta de reservista para o exercício de qualquer cargo público ou função remunerada pelos cofres federais.

Tal lei expressa, mais uma vez, o teor que é conferido ao Estado, se a analisamos do ponto de vista da correlação de forças sociais. Pois se todo jovem passa a ser obrigado a prestar serviços militares, por um

---

<sup>58</sup>João Pandiá Calógeras In: PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.204.

período importante de sua juventude, ele estará submetido à disciplinarização e à ideologização das casernas. É necessário assinalarmos que em 1922, em meio a greves e inúmeras agitações reivindicatórias, os operários, até então majoritariamente anarquistas, fundam o Partido Comunista Brasileiro que vai passar a dar as diretrizes de suas lutas a partir daí, apesar das divergências que continuaram a existir no interior desta categoria social. Tal fato veio a constituir em mais uma grande preocupação para as oligarquias, açodada por suas disputas internas pelo controle do poder político e da máquina governamental, para atender a seus interesses privados.

De mais, do ponto de vista do ministro da guerra, apesar das oposições que enfrentará, este somente aprova projetos que haviam sido propostos pelos seus antecessores militares, esperando, com isto, satisfazer o alto oficialato do Exército, pois temia represálias. Em relatório o ministro elencou as medidas tomadas por ele:

Eram indispensáveis quartéis, enfermarias e hospitais, campos de instrução, depósitos, paióis e internados. Nos quadros apresentados, verifica-se ter sido notável o trabalho em construção, reparações e aquisições de prédios e terrenos. Criações de enfermarias em pavilhões isolados de cada quartel das unidades de edifício isolado, para o Serviço de Saúde, atendendo a todas as exigências da técnica sanitária (...) e da mesma forma, foram inúmeras as construções, reparações e aquisições para os arsenais e fábricas. No Arsenal de Guerra do Rio, com a missão técnica francesa, foram feitos os trabalhos para forjamento de projetis de 75 m/m, a fusão de projetis de ferro fundido; modificação nas áreas de moldejar para moldes e para malhos, adições de ligas corretivas. Cadernos de encargos para a recepção, laboratórios experimentais para as verificações químicas e físicas. A “fonte acerada”,

vulgarizada para o preparo de projetis, na época, foi obtida em condições aceitáveis, com matéria-prima nacional; e o aço de convertedor normalmente produzido e moldado de acordo com a técnica; além disso, foi instalado um forno elétrico, usinagem de granadas e tratamento térmico.<sup>59</sup>

Será ainda no governo de Epitácio Pessoa que um sentimento antioligárquico começou a ser propagado por parcelas do Exército, principalmente pelos tenentes. A historiografia sobre o movimento tenentista<sup>60</sup> é vasta e conflitante, isto é, observa-se significativas

divergências entre os estudiosos, tanto na análise dos fatores que gestaram este movimento, quanto sobre os desdobramentos advindos deste movimento. Como não se trata aqui de analisá-las, embora este movimento nos pudesse revelar aspectos significativos da lógica que move as forças armadas no país, resgatamos apenas a evidência de que essa resistência dos tenentes continha uma “essência florianista” que ainda buscava um governo forte, centralizado e com a isenção das oligarquias no poder.

Várias rebeliões militares lideradas pelos tenentes vão eclodir. A primeira rebelião foi o Levante do Forte de Copacabana em 1922, revolta

---

<sup>59</sup>Relatório do ministro João Pandiá Calógeras In: PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.156. p. 206.

<sup>60</sup> Só a indicação dos principais movimentos tenentistas da década de 1920 (o dos 18 do Forte, os levantes de 1924, e a Coluna Prestes) nos dão a percepção da complexidade que cerca estes confrontos no cenário nacional. CARVALHO, Horácio Martins de, *O Tenentismo*, SP, Difel, 1975. MALTA, Octávio, *Os Tenentes na Revolução Brasileira*, RJ, Civilização Brasileira, 1969. BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992. MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: Da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes*. São Paulo, Siciliano, 1991.

que ficou conhecida como “Os 18 do Forte”. Na lógica do exército essas rebeliões tenentistas teriam ocorrido porque havia um número muito grande de tenentes sendo as promoções dentro do Exército muito lentas, com demora de mais de uma década para um segundo-tenente se tornar um capitão. Ressalta-se que se pretendiam derrubar o governo. No entanto, não disseram qual era o tipo de governo que desejavam implantar no país e afirma-se também que não tinham claro qual era seu ideário, pois, entre outras reformas, defendiam o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte.

O alto oficialato do Exército combateu esses movimentos tenentistas, pois defendia a profissionalização e a legalidade. Além disso, temia que a ação dos tenentes pudesse enfraquecer e dividir o Exército, além do risco que passou a representar a Coluna Prestes.

Às voltas com os tenentes, os oficiais de alta patente que também não apoiavam que as oligarquias governassem sem a presença dos militares se fragilizaram, pois não queriam envolver os tenentes nesta luta, temendo que esses oficiais subalternos viessem a tomar o poder político<sup>61</sup>.

Em meio à crise com os tenentes, o governo federal interveio na sucessão estadual de Pernambuco recebendo duras críticas do marechal Hermes da Fonseca, o que levou o presidente a ordenar sua prisão e o fechamento do Clube Militar.

---

<sup>61</sup> MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: Da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes*. São Paulo, Siciliano, 1991.

Vários levantes militares ocorrem por causa da prisão de Hermes da Fonseca. Na capital federal, levantaram-se o forte de Copacabana, guarnições da Vila Militar, o forte do Vigia, a Escola Militar do Realengo e o 1º Batalhão de Engenharia; em Niterói, membros da Marinha e do Exército; em Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar, comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. No Rio de Janeiro, o movimento foi comandado pelos "tenentes", uma vez que a maioria da alta oficialidade se recusou a participar do levante.

O ministro da Guerra Pandiá Calógeras tentou obter a rendição dos envolvidos nos levantes, entretanto os rebeldes do forte de Copacabana continuaram disparando seus canhões. As forças legalistas revidaram e o forte foi bombardeado, o que fez com que os rebelados, ante a impossibilidade de continuar no movimento, abandonassem o forte e marchassem pela avenida Atlântica de encontro às forças legalistas:

Conhecidos como os 18 do Forte - embora haja controvérsias quanto a seu número, pois os depoimentos dos sobreviventes e as notícias da imprensa da época não

coincidem -, os participantes da marcha travaram tiroteio com as forças legais. Os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram com graves ferimentos. Entre os mortos, estavam os tenentes Mário Carpenter e Newton Prado.<sup>62</sup>

A campanha para a sucessão presidencial de 1921 é uma das mais expressivas sobre o crescimento do poder dos militares na política e de suas tentativas de voltarem a assumir o comando do Estado. Pode-se considerar que os militares se aproveitam da ampliação da fragilidade da



burguesia permanentemente dividida em sua disputa pelo governo. Esta fragilidade se manifesta agora pela entrada em cena de mais um segmento, que são os industriários emergentes, o que provoca, além de outros fatores conjunturais, a ruptura entre antigos aliados: as oligarquias rurais representadas pelos mineiros vinculados à criação de gado e as oligarquias cafeicultoras, agora associadas aos industriários emergentes. Explicitamente os militares lançam o nome de Nilo Peçanha contra o candidato situacionista, Artur Bernardes, desencadeando, fato que praticamente obriga a burguesia a lançar um movimento de disputa por votos em todo o território nacional, capitaneada por Rui Barbosa e que ficou conhecida como a “campanha civilista”. Os militares manifestavam seu caráter golpista, como se pudessem comandar sem o apoio de algum segmento social, ao lançar uma falsa carta, atribuída ao candidato dos civilistas, onde constava que este teria dito que o marechal Hermes da Fonseca era um “sargentão sem compostura”. A carta, publicada pelo jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, supostamente teria sido

enviada por Artur Bernardes ao líder político mineiro Raul Soares onde constava entre outras coisas:

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina (...)<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> <http://www.cpdoc.fgv.org.br>

<sup>63</sup> Trecho da suposta carta de Artur Bernardes In: FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.306.

O caráter bonapartista mais uma vez se manifestava, pois estavam dadas as condições para uma nova conspiração militar, o que foi abortado pelos setores burgueses, pois no dia 1º de março de 1922, dois falsários assumiram a autoria das cartas, declarando que o objetivo dessa ação era colocar as Forças Armadas contra a candidatura de Bernardes. A carta dirigida por este candidato ao oficialato demonstra que os militares também estavam divididos, já que foi o Clube militar quem encabeçou o inquérito cotejador da veracidade da carta:

Exmos. Srs. General Barbosa Lima e Dr. Simões Corrêa

Terminada a espinhosa tarefa que aceitastes junto à Comissão de Sindicância do Clube Militar, incumbida do exame da carta falsa a mim atribuída, venho apresentar-vos os agradecimentos que vos devo pela dedicação, inteligência e patriotismo, que puseste em seu desempenho, durante o tempo em que, convencidos da sinceridade de propósitos daquela Comissão, acreditastes na imparcialidade e elevação de sua conduta e, em meu nome, lhe prestastes assistência e colaboração efetivas. O inqualificável episódio passará inevitavelmente à história política do nosso país e retratará não só os homens nele envolvidos, como a degradação da nossa cultura.

A mim resta o consolo de haver nele procedido como um homem de honra, que não recusou o seu concurso à

descoberta da verdade, segundo o insuspeito testemunho do ilustre General Gomes de Castro e o vosso próprio testemunho. Em tudo isso, o que é mais para lamentar é vermos desaparecer na voragem do lodaçal muitos de nossos políticos, alguns responsáveis pela fundação da República, que pregavam como um regime de moralidade e justiça.

A consciência brasileira, porém, que não se deixa facilmente iludir, julgará os homens consoante o papel de cada um e há de fazer-nos a justiça que as paixões do momento pretendem sonegar-nos.

Aceitai a segurança do meu profundo reconhecimento e os protestos da minha mais alta consideração. Artur Bernardes<sup>64</sup>.

Nesta conjuntura nada mais coerente que demonstra o caráter autocrático da burguesa, que Artur Bernardes assumisse a presidência em 15 de novembro de 1922, sob um novo estado de sítio, decretado por ocasião do levante de julho, com isto as oligarquias divididas conseguiam “matar dois coelhos com uma cajadada só”, como diz o dito popular, já que, por um lado, combatia os operários, perseguia suas organizações partidárias<sup>65</sup> e censurava a imprensa, tudo com o apoio do exército, conseguindo, com isto, garantir que este continuasse a atender aos seus interesses. Ao mesmo tempo, ampliava a divisão entre os militares, fragilizando os divergentes, de que são exemplos, as acusações contra os integrantes dos levantes militares de 1922, de terem promovido um golpe de Estado.

As agitações que ocorrem neste período manifestam esta recomposição de equilíbrio de forças, com as relações entre o Exército e o governo federal ainda fragilizada, de que são exemplos, a rebelião militar em São Paulo, em 1924, na qual os revoltosos ocupam os quartéis da Força Pública, a Estrada de Ferro Sorocabana e do Brás, as estações da Luz e vários pontos da cidade, instalando um governo provisório chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes. As forças rebeladas foram reprimidas pelas forças do governo e decidiram abandonar a capital do Estado rumando para o interior.

---

<sup>64</sup> <http://www.cebela.org.br>. Trechos da carta de Artur Bernardes a membros da comissão de sindicância do Clube Militar incumbida de examinar a veracidade das cartas a ele atribuídas, 1921. Belo Horizonte (MG).

<sup>65</sup> Em 1924 eclodem novos levantes militares e pouco mais tarde forma-se a Coluna Prestes.

Outras rebeliões militares já haviam eclodido no Amazonas, em Sergipe e em Mato Grosso, em apoio ao levante de São Paulo, para a surpresa dos revoltosos paulistas que desconheciam tais acontecimentos. As forças rebeladas juntaram-se aos paulistas em Foz do Iguaçu e em 1925 formou-se, desta forma, o contingente que iniciou a marcha da chamada Coluna Prestes, cuja 1ª Divisão Revolucionária era comandada pelo general Miguel Costa, tendo como chefe do estado-maior o coronel Luís Carlos Prestes que percorreu cerca de 25.000 quilômetros em quase dois anos.

No interior das forças armadas veiculavam-se propostas que se estenderão até a década de 30, visando acabar com as cisões internas e recuperar a unidade do exército e sua capacidade de intervir no cenário político do país, como fizera até então e da qual se sentiam afastados pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922).

O tenente-coronel Góes Monteiro e Bertoldo Klinger formularam a concepção de que a intervenção no cenário político do país não deveria ser realizada por um grupo oligárquico ou uma facção, mas sim pela própria instituição militar, isto é, segundo eles, o Exército e a Marinha,

como instituições nacionais, tinham o dever de intervir na vida política brasileira em caso de grave ameaça à organização nacional.

Em 1930 a indicação do paulista Júlio Prestes como candidato do governo para a presidência, consolida o rompimento do esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo conhecido como "política do café com leite", segundo o qual, para o novo quadriênio, o candidato oficial devia ser mineiro. A indicação de Washington Luis

causou insatisfação dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Júlio Prestes, candidato governista, venceu as eleições de março de 1930, derrotando a candidatura de Getúlio Vargas que recebera o apoio da Aliança Liberal<sup>66</sup>. A rearticulação da oposição proporcionou o golpe militar de 1930, pois os correligionários dos candidatos derrotados pertencentes à “Aliança Liberal” – Getúlio Vargas e João Pessoa, presidente da Paraíba, que disputaram a Presidência e a Vice-Presidência concomitantemente – articularam um movimento de oposição, cujo objetivo era impedir a posse de Júlio Prestes e derrubar o governo de Washington Luis.

A morte de João Pessoa em 26 de julho de 1930, embora sem conotação política, foi utilizada como pretexto para a propagação das conspirações contra Washington Luis que passou a ser acusado como mandante do “crime”.

Em meio a várias manifestações o General Tasso Fragoso - que havia se desentendido com Washington Luis quando ocupara a chefia do Estado Maior naquele governo, em conversa reservada com os outros conspiradores, pronunciou a sua posição perante o movimento oposicionista:

Se (...) em vez de um mero levante militar, como os que já vimos nos últimos tempos, sobreviver uma revolução em todo o País, só

---

<sup>66</sup> Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

posso assegurar que não ficarei neutro, mas tomarei a atitude que o meu patriotismo me indicar<sup>67</sup>.

O articulador principal do movimento que colocou Getúlio no poder foi um general, o Menna Barreto que, juntamente com o alto oficialato que participou da elaboração do “plano revolucionário” decidiu não avisar a data para toda a oficialidade, pois isto poderia causar vários levantes militares e populares<sup>68</sup>. Menna Barreto temia que a “revolução” tomasse “caminhos indesejados” e defendia que a mobilização devia partir dos oficiais mais graduados e não do baixo oficialato<sup>69</sup>.

A “revolução” foi efetivamente deflagrada no dia 3 de outubro, conforme programado. Getúlio Vargas discursou no Rio Grande do Sul intitulado-se “delegado da revolução”. Neste discurso, Getúlio Vargas tentou mostrar quais eram os princípios da Aliança Liberal com a “revolução”. Em vários momentos, Getúlio ratifica que o movimento é pacífico e que os envolvidos no mesmo pregavam a ordem e a lei. Ele se pronuncia a favor da democracia e do sufrágio universal. O objetivo principal do “movimento revolucionário”, segundo Vargas, era “readquirir

---

<sup>67</sup> SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 374.

<sup>68</sup> **General** é um termo geral que indica qualquer uma das patentes militares que usam o termo **general**, normalmente caracterizando a classe mais elevada de oficiais do Exército, os oficiais generais. Normalmente, a patente propriamente dita é especificada por um termo composto. No Exército Brasileiro, por exemplo, são usadas as patentes de General de Brigada, General de Divisão e General de Exército, citadas aqui em ordem crescente de poder. Apesar de historicamente ser uma patente do Exército, General também é usada na maior parte das Forças Aéreas. Nas marinhas do mundo, a patente equivalente é Almirante. Um "Oficial General" se refere a um oficial militar que tem qualquer patente de General. A patente de General começou a aparecer por volta da época da organização dos exércitos profissionais no século XVII. No começo, foi adicionado um adjetivo aos nomes existentes de patentes, formando General Coronel, General Capitão, General Tenente e General Sargento Maior. Esses títulos foram usados para distinguir os mais importantes oficiais do governante e geralmente envolvia uma certa quantidade de negociação acerca da precedência.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/General>

<sup>69</sup> BARRETO, João de Deus Noronha Menna. *Ainda os Menna Barreto*, 1919-1969. Rio de Janeiro: s./ed., 1971, pp. 461-462.

a liberdade para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional”:

(...) Jamais acenei para a Revolução, nem sequer proferi uma palavra de ameaça. Sempre que as contingências da luta me forçaram a falar ao público, apelei para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo, a fim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeasse a desordem material. Entreguei ao povo a decisão de contenda, e este, cansado de sofrer, rebelou-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer. Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional. Amparados no apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros, que maior confiança inspiram dentro e fora do País, contando com a simpatia das forças armadas e a cooperação de sua melhor parte, fortes pela justiça e pelas armas, esperamos que a Nação reentre na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para evitar a perda inútil de vidas e de bens, abreviar a volta do País à normalidade e a instauração de um regime de paz, de harmonia e tranqüilidade, sob a égide da lei.<sup>70</sup>

Getúlio Vargas e o tenente-coronel Góes Monteiro no dia 3 de outubro lideraram diversas ações militares, enquanto ocorriam os levantes no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Nordeste.

Menna Barreto, no Rio de Janeiro, buscou a colaboração da Marinha de Guerra e recolheu assinaturas do alto oficialato para um

manifesto de ameaça e intimidação ao presidente Washington Luis que lhe foi entregue no dia 24 de outubro de 1930:

Exmo. Sr. Presidente da República

A nação em armas, de norte a sul, irmãos contra irmãos, pais contra filhos, já retalhada, ensangüentada, anseia por um

---

<sup>70</sup> <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>.

sinal que faça cessar a luta inglória, que faça voltar a Paz aos espíritos, que derive para uma benéfica reconstrução urgente as energias desencadeadas para a destruição. As forças armadas, permanentes, têm sido manejadas como argumento único para resolver o problema político e só têm conseguido causar feridas, luto e ruínas. O descontentamento nacional sempre subsiste e cresce, porque o vencido não pode convencer-se de quem teve mais força tinha mais razão, o mesmo resultado reproduzir-se-á como desfecho da guerra civil atual, a mais vultuosa que já se viu no país. A salvação pública, a integridade da nação, o decoro do Brasil e até mesmo a glória de V. Exa. instam, urgem e imperiosamente comandam a V.Exa. que entregue os destinos do Brasil no atual momento aos seus generais de Terra e Mar. Tem V.Exa. o prazo de meia hora, a contar de recebimento desta, para comunicar ao portador a sua resolução e, sendo favorável, como toda Nação livre o deseja, deixará o poder com todas as honras e garantias<sup>71</sup>.

Este episódio foi semelhante à Proclamação da República depois que o marechal Deodoro da Fonseca intimidou D. Pedro II com uma carta, o que indica o quanto o alto oficialato, desde o início da República no Brasil, possuía autoridade para tomar decisões com este teor político.

Menna Barreto e os outros integrantes do movimento de oposição ao governo, prometeram que o presidente teria “todas as honras e garantias” assim que deixasse o poder, no entanto, Washington Luis foi humilhado pelo alto oficialato.

Os generais Menna Barreto e Tasso Fragoso e outros altos oficiais se dirigiram ao Palácio Guanabara e exigiram serem recebidos pelo presidente. Washington Luis os recebeu a pedido dos seus ministros. Tasso Fragoso declarou que os oficiais lhe assegurariam a vida e que a Junta Militar Governativa estava formada e exigia a sua renúncia e o

---

<sup>71</sup> Este texto foi publicado na primeira página do jornal da noite;cf. Hélio Silva, 1930, pp. 365-366.



ameaçava: “a fim de evitar mais derramamento de sangue” (SILVA, 1966, p.387). Os oficiais temiam que o movimento tomasse proporções incontroláveis, pois havia vários civis e militares do baixo oficialato que aderiram ao movimento e pretendiam agir com violência se o presidente não renunciasse. Preocupados com a resistência do presidente, convocaram o arcebispo do Rio de Janeiro Sebastião Leme da Silveira Cintra para convencer Washington Luís a deixar o poder, pois eles, os generais, não queriam usar a força para obrigá-lo a renunciar, ante o qual renunciou sendo, a seguir, preso.

Para o alto oficialato conseguir controlar cada vez mais o cenário político do Brasil era necessário fortalecer e centralizar o poder executivo. A intenção era suprimir o regionalismo e todo movimento considerado subversivo ao governo para atingir uma suposta unidade nacional, ou seja, destruir os interesses particulares em favor dos coletivos. Daí deriva toda a crítica acerca do liberalismo avaliado pelos militares como o inimigo do interesse público, posto que, desde 1889 até o governo de Washington Luiz mantinham-se o regionalismo, o latifúndio e a agroexportação, ou seja, o semicolonialismo ainda imperava no país. Portanto, era necessário um governo forte o que na visão do alto oficialato representa um estado centralizador, que concentra todos os poderes, que intervém na economia e em outros âmbitos da vida social.

Getúlio Vargas não havia ainda chegado ao Rio de Janeiro quando o presidente foi deposto, assumindo interinamente, uma Junta Governativa formada pelos generais Isaías de Noronha, Tasso Fragoso e Menna Barreto, enquanto solicitavam a presença de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro com urgência. Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro

no dia 30 de outubro de 1930 e discutiu com os generais que formavam a Junta Governativa o “programa revolucionário” e foi, somente após a aceitação integral que os generais empossaram Getúlio Dornelles Vargas no dia 3 de novembro.

As incoerências entre as reais intenções do alto oficialato quando deflagrada a “revolução” e o que Getúlio Vargas disse no seu pronunciamento na sua posse eram aparentes. Como já foi discutido, o alto oficialato que formou a Junta Governativa não queria a participação dos militares de baixa patente e nem da população, pois temiam que o movimento seguisse por “caminhos indesejados”, segundo o general Menna Barreto.

Para Vargas um Estado democrático é aquele isento de conflitos, além de se apoiar da defesa dos militares contra os movimentos que questionam essa inexistência de lutas de classe. Ora, uma nação irmanada onde todos os interesses são coletivos não precisa de conflitos. Para Vargas um Estado democrático precisa ter ordem e isto significa para ele, de acordo com a análise de seus discursos, subserviência e disciplina. Era essa suposta harmonia que Vargas tenta passar em seus discursos:

No fundo e na forma, a Revolução escapou, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo,

sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador – a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grande e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos(...)

Senhores da Junta Governativa:

Assumo, provisoriamente, o Governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e

do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestaste à Nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria<sup>72</sup>.

Em 1931 os objetivos do governo provisório foram apresentados em banquete oferecido pelo alto oficialato das classes armadas à Getúlio Vargas. Os objetivos elencados pelo presidente eram: a organização do trabalho, a moralidade administrativa, aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual e “o pleno gozo das liberdades públicas e privadas sob a égide da lei e a garantia da justiça”.<sup>73</sup>

Getúlio Vargas teve ainda que enfrentar a resistência dos políticos paulistas contra o seu governo provisório, principalmente daqueles que pertenciam ao Partido Republicano Paulista (PRP) que não aceitavam a “Revolução de 1930”, nomeando para intervir no Estado, o tenente João Alberto, que era nordestino, o que desencadeou uma grande propaganda contra o governo<sup>74</sup>.

A reação paulista analisada pelos lemas desta propaganda: “São Paulo conquistado!”; “São Paulo dominado por gente estranha!”, “Convocação imediata da Constituinte!”; “Tudo pela Constituição!” dá

---

<sup>72</sup> <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>.

<sup>73</sup> <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>.

<sup>74</sup> A Intervenção Militar de 1889 resultara nas primeiras cassações de mandatos parlamentares no Brasil, as de todos os deputados gerais e provinciais e de todos os senadores, além de todos os vereadores; a da Revolução da Aliança Liberal em 1930 outro tanto, também com o Estado Novo em 1937. Esta foi sempre uma linha consistente no Senado, mesmo entre os senadores mais conservadores e desde os tempos da monarquia, como se viu na clara, afirmativa, até ostensiva definição do Visconde de Sousa Franco no Senado em 12 de setembro de 1869: “não há hoje ditadura que sirva; pode ocorrer a interesses momentâneos, pode servir a caprichos, mas os interesses públicos padecem consideravelmente com a repetição de golpes de Estado, com o emprego de meios ditatoriais”. SILVEIRA MARTINS, Gaspar. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara do Deputados, 1979, v. 14 dos Perfis Parlamentares, p. 428.

margem a uma dupla interpretação: fora a gente estranha, podia se referir tanto ao fato de ser nordestino, quanto ao fato de ser um militar na terra dos civilistas.

As agitações não cessaram entre os paulistas. Os integrantes do Partido Democrático (PD) uniram-se aos membros do PRP, mesmo com toda a rivalidade que existiam entre ambos e formaram a chamada “Frente única”<sup>75</sup>.

Getúlio Vargas, temendo a deflagração do movimento de oposição ao seu governo pelos paulistas, leu um manifesto em sessão solene na Câmara dos Deputados no dia 14 de maio de 1932:

Ainda não chegou o momento dos juízos definitivos sobre a revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfecho. A História aguardará do tempo, para o seu veredictum, que seja encerrado o vasto e completo inquérito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões (...) De mim, direi que, quando, ante os atropelos e desmandos do Governo deposto, a Revolução se impôs como única solução digna para o país, sempre me recusei a lançar meu Estado, de

cujos destinos me incumbia à defesa, num movimento isolado, sem o apoio e a solidariedade das outras circunscrições federativas. Para comprovar tal asserção, bastar-me-ia invocar o testemunho de todos os elementos civis ou militares que me ouviram e auxiliaram nessas horas incertas e atribuladas. Sempre pensei e atuei para que a Revolução tivesse o cunho e a extensão de um movimento nacional. E assim ocorreu. Julgada inevitável a reação

---

<sup>75</sup> O manifesto de lançamento da FUP foi redigido por Francisco Morato, representando o PD, e Altino Arantes, representando o PRP. Os dois partidos exigiam a devolução da autonomia política a São Paulo, com a nomeação de um interventor paulista e civil, e a reconstitucionalização do país, já que Vargas governava discricionariamente desde sua posse. A união entre as duas agremiações se dava apenas em cima dessa plataforma específica, mantendo ambas sua autonomia programática e organizacional. A aliança desde o início recebeu o apoio das grandes entidades de classe do patronato paulista, como a Associação Comercial. [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/html/anos30-37/ev\\_frente\\_unica.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/anos30-37/ev_frente_unica.htm)

armada pelos governos de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul e ajustada a necessária convergência de esforços recíprocos, em torno deles se articularam as formações revolucionárias dos outros Estados. No trabalho de preparo e organização de planos e forças, desempenharam papel salientíssimo pela experiência e pela abnegação os diversos elementos militares que se incorporam o movimento. Parte precípua no desenvolvimento da campanha coube à propaganda cívica promovida pela Aliança Liberal, constantemente estimulada pelos atos de provocação e violência dos partidos dos poderes dominantes. A Revolução não foi, todavia, nem militarista nem civilista ou regionalista: foi nacional, brasileira. Ninguém, portanto, ousará invocar direitos, em relação a ela, para lhe imprimir rumos exclusivistas.<sup>76</sup>

Getúlio Vargas revela neste trecho do seu discurso que o golpe que depôs Washington Luiz não teria caráter exclusivista, mas fica explícita a intenção em envolver somente o alto oficialato das forças armadas que representado pelos generais Tasso Fragoso, Menna Barreto e Isaías Noronha arquitetaram o golpe de 1930. Percebemos que Vargas afirma que essa era a vontade de toda a nação: “Para comprovar tal asserção, bastar-me-ia invocar o testemunho de todos os elementos civis ou militares que me ouviram e auxiliaram nessas horas incertas e atribuladas”. Vargas, mais uma vez, ratifica que o golpe não atendia interesses particulares e sim interesses coletivos: “A Revolução não foi, todavia, nem militarista nem civilista ou regionalista: foi nacional, brasileira. Ninguém, portanto, ousará invocar direitos, em relação a ela, para lhe imprimir rumos exclusivistas.” No entanto, observamos, por intermédio deste discurso, uma nítida correlação de forças entre Getúlio e o alto oficialato na construção de uma autarquia, ou seja, o objetivo de romper com a fragmentação do poder representada pelo regionalismo para a centralização dos poderes executivos. Os militares, segundo

Vargas, tinham um papel *sine qua non* na construção de um Estado forte e centralizado, porque eles eram a “única força nacional organizada” e, desta forma, almejavam a organização nacional contra a desordem criada pelos partidos e o caráter regional dos mesmos.

O movimento paulista contra o governo federal iniciado em 9 de julho de 1932 reivindicava o respeito à constitucionalização do país, mas não contou com a adesão das oligarquias dos outros Estados, e, fragilizado, não pode fazer frente ao forte contingente militar liderado pelos generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger, destacados pelo governo federal para reprimir a grande rebelião dos paulistas.

Tratava-se agora de unir as oligarquias regionais assim como apaziguar as forças militares, para que seguissem em seu papel de sustentação ao regime, cujo segmento burguês se achava representado por Getúlio. Assim, Vargas para conciliar as diversas tendências no interior da burguesia e minimizar as críticas do alto oficialato legalista que não via com simpatia a participação política dos tenentes “mais à esquerda”, Getúlio convoca uma Constituinte, que deveria substituir a de 1891.

As opiniões acerca da nova Constituição divergiam<sup>77</sup>. De um lado o governo e os militares e do outro as oligarquias e a Igreja Católica. Para os primeiros a Constituição deveria incorporar o conjunto de mudanças

---

<sup>76</sup> [http://www.geocities.com/getulio\\_vargas\\_br/opcional.html](http://www.geocities.com/getulio_vargas_br/opcional.html).

<sup>77</sup> O Código Eleitoral de 1932 havia engendrado novos procedimentos: o voto feminino, a Justiça Eleitoral e o voto secreto.

no campo político, econômico e social que já vinham sendo executadas. As oligarquias defendiam a autonomia dos Estados. A Igreja Católica pregava a maior intervenção na vida política do país em detrimento das outras áreas, pois segundo ela o governo precisava se fortalecer primeiro para atender a economia e as questões sociais.

Getúlio Vargas não queria perder o controle nas discussões sobre o conteúdo da nova Constituição. Assim, criou a Comissão Constitucional que elaborou sob sua supervisão um anteprojeto que foi entregue aos constituintes, enquanto criava o Regimento Interno da Constituinte para impor regras sobre o funcionamento da Assembléia.

Essas atitudes tomadas por Getúlio Vargas revelam seu intento em centralizar e concentrar os poderes do executivo e intervir na economia e em outros âmbitos da vida social. Esse seria um “Estado forte”, segundo Vargas<sup>78</sup>.

Depois de muitas discussões e desentendimentos a nova Constituição foi promulgada no dia 16 de julho de 1934 e, segundo ela:

A importância dos estados foi assegurada pela vitória do princípio federalista. Ao mesmo tempo, ampliou-se o poder da União nos novos capítulos referentes à ordem econômica e social. As minas, jazidas minerais e quedas d'água deveriam ser nacionalizadas, assim como os bancos de

---

<sup>78</sup> Abibliografia sobre Getúlio é extensa e não cabe aqui adentrar a todos os aspectos que têm sido discutidos pelos autores, até porque já há alguns balanços historiográficos sobre as diferentes abordagens dos autores, como por exemplo o texto de FREITAS, Marcos Cesar de (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, SP. Contexto, 1988. Também CARDOSO, Ciro Flamarion (org.), *Domínios da História*, RJ., Campus, 1997.

depósito e as empresas de seguro. No plano da política social foram aprovadas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a criação da Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas e descanso semanal.<sup>79</sup>

Com as mudanças ditadas por esta Constituição os Estados ganharam relevância pelo federalismo.

Mas era também necessário que o preceito da “fraternidade” abarcasse também um outro segmento que se fortalecia neste desequilíbrio entre as forças dominantes, embora este não tivesse sido convidado para opinar ou declarar suas necessidades constitucionais: eram os operários que se constituíam enquanto classe e como tal se manifestavam com força cada vez maior. Por isto era necessário quebrar este fortalecimento e a estratégia utilizada foi tornar os sindicatos “autônomos” e plurais, ou seja, as ações sindicais não eram mais executadas em um sindicato único por categoria profissional, promovendo-se o que ficou conhecido como a fragmentação do sindicalismo.

A nova Constituição estabeleceu que a primeira eleição presidencial seria indireta, daí que os membros da Assembléia Nacional

Constituinte elegem Getúlio Vargas para governar até 1938. Na seqüência as outras eleições deveriam ser pelo voto direto.

Mas, para os fins que impunham ao desenvolvimento do capitalismo, tal situação não era suficiente, pois era necessário atentar ao seguinte paradoxo. De um lado, defender a ordem liberal e moderna e por outro, fortalecer o Estado/governo na intervenção



econômica e social, para fazer frente às agitações populares cujas demandas sociais que não seriam atendidas.

A rejeição do presidente concernente à nova Carta Magna é notada num breve diálogo entre ele e o Consultor Geral da República, Levi Carneiro quando a Assembléia Nacional, incorporada, foi cumprimentá-lo:

Vargas: - “Estava habituado a escrever em papel sem pauta. Agora tenho de obedecer ao riscado”. Levi, irônico: - “Não será papel pautado, presidente, mas quadriculado”<sup>80</sup>.

Getúlio Vargas prognosticou assim, quem seria o primeiro revisionista da Constituição de 1934.

## **2.2. A noção de Soberania Nacional dos militares**

Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi nomeado ministro da Guerra em 1934. Ele cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre depois de participar de estudos preparatório no Rio de Janeiro. Em 1922 ele lutou contra o levante tenentista do Forte de Copacabana, ocasião que se colocou ao lado da legalidade. Ele também assessorou o governo gaúcho no combate aos rebeldes federalistas que haviam se insurgido no estado.

Góes Monteiro sempre reprimiu os movimentos que considerava “subversivos”, desta forma, sugeriu que fossem criados os corpos provisórios, a brigada militar controlada pelo governo do Rio Grande do

---

<sup>79</sup> <http://www.cpdoc.fgv.org.br>.

<sup>80</sup> VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Getúlio Vargas (1883-1954). São Paulo: Editora Três, 1974, p.97.

Sul, que viria ter grande importância em episódios posteriores da história do país.

Monteiro participou também da repressão ao levante tenentista deflagrado em 1924, em São Paulo, e à Coluna Prestes, o exército guerrilheiro que combateu o governo de Artur Bernardes percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

Em 1930 Góes Monteiro assumiu o comando militar do movimento para depor Washington Luís. Desde esse episódio ele passou a desfrutar de grande privilégio no governo Vargas integrando o chamado Gabinete Negro, pequeno grupo que se reunia quase diariamente com o presidente Vargas, influenciando nos passos iniciais do novo regime.

Podemos perceber que a gestão do Góes nestes cargos expressa a dificultosa correlação de forças em que se verifica a recomposição das oligarquias e do papel do exército. Como ministro da Guerra enfrentou diversas disputas políticas. Ele pensou até em se eleger indiretamente à presidência da república, no entanto, suas expectativas foram malogradas, posto que seu nome não foi apoiado pelos parlamentares. Getúlio Vargas continuou com o mandato constitucional.

Em 1935 Góes Monteiro entregou o seu relatório de duzentas e trinta e seis páginas dividido em três partes ao deixar o cargo de Ministro da Guerra.

Como já foi verificado todos os ministros da Guerra entregavam um relatório no término de sua atuação com o intuito de elencarem as ações que favoreceram o país e as “classes armadas”<sup>81</sup>.

Neste relatório encontra-se uma retrospectiva do que, segundo ele, teria sido a soberania nacional desde a proclamação da república. Ele aponta as “falhas” dentro das forças armadas e diz que os movimentos contrários ao alto oficialato foram gerados pelos próprios altos oficiais.

Este relatório é relevante, pois apresenta os problemas relacionados à indisciplina dos oficiais de baixas patentes, a participação efetiva dos altos oficiais das forças armadas, principalmente do Exército, no cenário político brasileiro; e deixa explícita a insatisfação do alto oficialato concernente a atuação dos representantes da nação.

Já na introdução ele afirma que na sua gestão teve a oportunidade de: “estudar e solucionar problemas, que interessam, de maneira capital, ao prestígio e eficiência das instituições militares”. (MONTEIRO, 1934, p.3)<sup>82</sup>, ou seja, ele faz uma reflexão sobre os levantes militares e a insubordinação.

Para ele o germe de toda a indisciplina das forças armadas que impossibilitava ainda o projeto da soberania nacional foi a implantação das cátedras de Filosofia e principalmente da Política Positiva pelos

próprios altos oficiais no curso técnico profissional nos institutos de ensino militar:

Da conseqüência dessa aplicação paradoxal, que provocava o desvio pronunciado dos militares para fora da zona natural

---

<sup>81</sup> Expressão utilizada pelo ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

<sup>82</sup> Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas em maio de 1935. Documento digitalizado por brazilianistas no site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>

da atividade profissional, precisamente porque as doutrinas dessa natureza são essencialmente incompatíveis com as instituições militares vigentes, o Exército, até hoje, não se livrou inteiramente.

O regulamento em questão feito por positivistas, - que esqueciam “a incompatibilidade entre o espírito militar e o científico” proclamada por Auguste Comte, não atendia à realidade, da instrução militar. (MONTEIRO, 1934, p.10.)

A incompatibilidade entre o espírito militar e o científico citado por Góes Monteiro representa o perigo da implantação de um pensamento puramente científico e, portanto, racional que gera críticas e questionamentos das ordens que partem do alto oficialato o que causa desprezo ao lastro de toda instrução militar que é a subordinação. Ele critica o racionalismo exacerbado que fora responsável por pensamentos e ações subversivas às instruções militares dos altos oficiais. Diz que os militares passaram a discutir “a posse do poder e outros interesses contraditórios com os da Segurança Nacional”.(Idem)

A base da discussão de Góes Monteiro não é a indisciplina das “classes armadas” e sim a Segurança Nacional<sup>83</sup> em sua plenitude. Afirma que as forças armadas foram desprezadas até o presente momento (1934) e que muito se exige delas, mas poucos recursos são destinados para a execução de um efetivo projeto de Segurança Nacional.

O ministro da Guerra diz qual é, segundo ele, função do Ministério da Guerra:

---

<sup>83</sup> MEDEIROS, Jarbas, *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945*, RJ, FGV, 1978. LIVEIRA, Lucia Lippi e outros, *Estado Novo, Ideologia e Poder*, RJ, Zahar, 1982.

(...) salvaguardar os direitos e justas aspirações do exército, que, como defensor, que é, da integridade pátria e garantia suprema dos poderes constitucionais, da ordem e da lei, precisa ter igualmente assegurados os recursos, sem os quais não poderá agir, nos momentos necessários, com a eficácia e presteza desejadas.(MONTEIRO, 1934, p.4)

Ele exige que sejam destinados mais recursos para as forças armadas, porque deixa claro que o Estado/governo delas depende para se manter no poder, ou seja, a repressão dos movimentos sociais contrários ao governo é relevante para que o discurso totalitário possa propagar a idéia de ordem e coesão.

Friedrich Engels disse qual seria o poder fundamental do capitalismo: "o bonapartismo é a religião da burguesia". Assim, o totalitarismo é a base do poder. O golpe militar de 1930 e o governo Vargas representa um momento de crise do poder burguês liberal e essa crise desencadeia a construção das formas do poder totalitário engendrado pelo trabalho político capitalista.

Góes Monteiro fez uma análise da participação dos altos oficiais na manutenção do Estado/governo. Cita as vitórias do Exército sobre os movimentos sociais que demonstram um perigo que poderia, segundo ele, subverter a ordem e destruir à nação:

Éramos o único poder firme, onde se quebrava a onda violenta dos pronunciamentos, que resistia ao sopro,

desencadeado, dos ventos de todas as anarquias, revoltas, motins e tiranias. (MONTEIRO, 1934, p.5)

Góes Monteiro narra a intervenção do Exército Brasileiro na Argentina, Paraguay e Uruguai com o intento de libertá-los em nome dos

mais “alevantados princípios da justiça”. No entanto, faz uma ressalva dizendo que em nenhum momento o Exército Brasileiro teve a intenção de conquistar outros territórios. Afirma que este é o “honroso legado que a República não pode repudiar”.

O ministro afirma que a queda do Império foi o desfecho da denominada “questão militar”. Para ele o Império caiu porque o Imperador não soube dar valor às “classes armadas” que eram a garantia da autoridade do Império. Afirma que depois que o Imperador, os ministros e parlamentares, passaram a repudiar as “classes armadas” sofreram “a surpresa da crudelíssima desilusão, vendo a reação triunfante da aludida classe, precisamente em nome da liberdade de pensamento”. O ministro Góes Monteiro ratifica, mais uma vez, a força das “classes armadas”. Na fala a seguir fica explícita a intenção do mesmo em exaltá-las como as responsáveis pelo fim na monarquia no Brasil:

De acordo com a prontidão e firmeza do espírito militar, não se fizeram esperar os sucessivos golpes de Estado, exigindo a demissão do ministro da Coroa, mandando fechar as portas das Câmaras Legislativas e comunicando, finalmente ao imperador, atônito, a queda do regime monárquico em nosso país.

Podemos perceber uma certa ameaça na fala de Góes Monteiro, ou seja, ele afirma que sem as classes armadas o governo não tem sustentação. Portanto, o governo precisa atender as reivindicações dos altos oficiais que representam as classes armadas para permanecer no poder sem o perigo de um golpe militar.

Góes Monteiro afirma que os causadores principais do pronunciamento da Proclamação da República foram, o Exército e a Armada e que, dessa forma, caberia aos chefes dos mesmos o governo da República – teria sido uma questão de justiça, segundo ele.

Para ele as “classes armadas” não receberam a devida atenção dos constituintes de 1891 que repudiavam as guerras de conquista e, desta forma, não viam a necessidade de recrutar mais pessoas para o Exército e nem investir em armamento. Góes Monteiro chamou isso de “Abandono da Política da Realidade”, ou seja, para ele essa decisão dos constituintes não levou em consideração a “necessidade política na retificação de fronteiras, reivindicação de nacionalidade e na própria garantia da paz futura”. (MONTEIRO, 1934, p.9)

A “política da realidade”, segundo Monteiro era aparelhar melhor as forças armadas para a repressão maior dos movimentos que, segundo ele, criavam desordem no seio da sociedade brasileira. Além disso, havia a discussão de quem deveria governar no início da república, os militares ou civis. Para ele o governo deveria ser dos militares, pois foram os mesmos que expulsaram a família real e proclamaram a república no Brasil. Assim, a “política da realidade” seria reconhecer a importância das classes armadas nessa conjuntura e valorizá-las atendendo as suas reivindicações e investir em armamentos para que esta pudesse se fortalecer e salvaguardar a nação de qualquer perigo.

Em nenhum momento do relatório o ministro da Guerra diz que as “classes armadas” lutaram para sanar as mazelas sofridas pela maioria da população e sim em manter a ordem que para ele significa combater os movimentos sociais:

A instrução irregular dos soldados e da maioria dos oficiais, não iniciados no serviço em campanha, cooperou grandemente para o maior sacrifício de vidas, nas operações contra os fanáticos de Canudos.

Calou profundamente na opinião pública o fato do governo pensar, naqueles sombrios dias de luto e de dor, em reduzir ainda mais o efetivo orçamentário do Exército. O pensamento, que todos sabiam oriundo de uma injustificável suspeição do governo, determinou a demissão do Ministério da Guerra e as agitações populares, - em virtude das quais o drama de Canudos teve epílogo fora do sertão baiano. (MONTEIRO, 1934, p. 13)

Podemos perceber que o ministro acusa o Estado/governo dos “insucessos” e diz, nas entrelinhas, que “as classes armadas” representadas pelos seus altos oficiais participaram efetivamente do cenário político do Brasil.

Getúlio Vargas representava o líder carismático desse Estado que se configurara. Neste sentido Vargas desconsidera as regras consensuais do agir democrático, é o sintoma do produtivismo totalitário de um governo que procurou centralizar tudo e culpar o liberalismo pela desordem social. O poder bonapartista só avança se ele se inscrever no ramo militar do aparelho de Estado. A intenção é extrair das forças armadas a identidade social como categoria nacional da administração do Estado. Assim, a “corporação” militar deve esquecer as regras constitucionais de uma república democrática e trabalhar para um senhor político autoritário.

Segundo o ministro Góes Monteiro as forças armadas também foram as causadoras na construção de estradas e rodovias no Brasil. Isto porque o Estado/governo não se interessava por isso, mais uma vez ele cita o “abandono da política da realidade”. Ele afirma que foram os



representantes do Exército do 3º Congresso de Estradas e Rodagens, promovido pelo automóvel Club do Brasil, que exigiram o investimento do governo nessa área. É interessante observar que as reivindicações feitas por esses altos oficiais do Exército, no tocante a construção de estradas de ferro e rodovias, em nenhum momento incluiu as melhorias que isso representaria para a população ou mesmo para o desenvolvimento do comércio e sim no tocante a defesa nacional. Vejamos essas reivindicações que foram citadas pelo ministro em seu relatório:

A solução do problema rodoviário interessa, sobretudo, o da defesa nacional. As estradas de rodagem, para o Exército, representam o mesmo papel das estradas de ferro, porque sem transportes rápidos e de grande capacidade, sem facilidade de comunicações não se pode manter a vida do complexo mecanismo constituído pelos exércitos modernos. Obrigam-nos as necessidades vitais do Exército a utilizar todos os meios de transportes, desde a estrada de ferro às menores viaturas. (MONTEIRO, 1934, p. 17)

Góes Monteiro cita essas reivindicações e afirma que depois delas o Ministério da Guerra auxiliou a construção de estradas consideradas de interesse estratégico para o Estado Maior do Exército. Ao citar esse exemplo o ministro exultante diz que não poderia deixar de narrar a participação e a “evolução do Exército no período republicano” com o intuito de tornar o Brasil soberano.

Góes Monteiro critica o liberalismo e a partidarismo e diz que eles causaram a livre concorrência, o individualismo, os interesses particulares e isso sustentava ainda o padrão agroexportador e a

situação semicolonial do país. Portanto, até o momento não havia uma estrutura cristalizada e sim a possibilidade de investir em algo diferente do “falido liberalismo” para o desenvolvimento do país.

O ministro da Guerra disse que o partidarismo foi um elemento de desagregação no seio das forças armadas, isto porque, muitos militares exaltavam seus partidos, mas se esqueciam da sua real função que é a defesa nacional:

A luta das facções políticas jamais deixou de procurar envolver e arrastar elementos do Exército para o terreno sáfaro de suas conveniências, nunca deixou de pensar, no exclusivo proveito dos interesses partidários, em abalá-lo em seus fundamentos, enfraquecê-lo e até destruí-lo. Na ausência, que é deveras lamentável, de uma idéia ou objetivo político nacional, que exprima a força de todos os filhos de nossa terra, avultam, no conflito perene suscitado pela concorrência dos apetites facciosos, as tendências derrotistas e os sintomas alarmantes de desagregação e desunião. (MONTEIRO, 1934, p.20)

O ministro se mostra totalmente contra a política nacional em relação ao partidarismo e também condena a ausência de um objetivo político nacional, no entanto, em seu relatório não revela se ele possuía um plano de governo quando tentou se eleger indiretamente à presidência da república.

Ao acusar o partidarismo Góes Monteiro tenta torná-lo um inimigo das forças armadas, principalmente do Exército. Esta é mais uma tentativa de consolidar a função social dos militares. Ele afirma que as idéias partidaristas afastaram muitos militares da “estrada reta do seu dever” como se eles fossem frágeis marionetes nas mãos dos políticos.

Ele critica, mais uma vez, a interferência da política positiva no seio do Exército que engendrou a insubordinação de muitos militares:

Não se me afigura lícito deixar de apontar à nação essas manobras invisíveis, porque são planejadas nas trevas, dos contumazes agentes provocadores, que, em virtude de circunstâncias notoriamente propícias ao jogo de políticos inescrupulosos, visam mais uma vez, com o fim criminoso de atirar o Exército ao caos de pronunciamentos fatais, de humilhá-lo e desmoralizá-lo, lançar a confusão, a intriga, a fermentação e a desconfiança no meio militar. Eles não dormem. São o gênio do mal, que, não satisfeito com os destroços do passado, prepara as causas de novas e maiores ruínas. (MONTEIRO, 1934, p. 21)

Percebemos que os “inimigos” criados pelos altos oficiais das forças armadas nunca saíram de dentro das corporações militares, mas sempre é um elemento externo que vem para destruir a harmonia, a união e a subordinação das “classes armadas”. Neste caso o “inimigo” criado foi o partidarismo.

Góes Monteiro coloca o Exército como o reflexo da nação brasileira, ou seja, se o Exército vai bem a nação também e vice versa. O Exército, segundo ele, é que sustenta a nação.

O partidarismo, segundo o ministro, tentou afastar as forças armadas da soberania nacional, no entanto, entregou o “bastão da soberania a uma multidão composta, em sua maioria, de indivíduos falhos de educação racional” (MONTEIRO, 1934, p.22), o que, desencadeou as queixas que ele cita neste relatório.

Góes Monteiro vitimiza em vários momentos o Exército. Ele afirma que o alto oficialato tem a missão de afastar o Exército das “influências

facciosas, tão deprimentes para a disciplina”: “O Exército, entre nós, é o fantasma dos elementos exploradores, quer sejam do governo, quer sejam da oposição. Por isso todos conspiram contra ele”. (Idem)

Podemos perceber ao ler o relatório de Góes Monteiro que ele entende disciplina como a base do sucesso das forças armadas, ou seja, é a subserviência total aos altos oficiais e é o único elemento que pode evitar a participação dos militares de baixa patente em rebeliões.

Ele revela que é paradoxal o governo ficar contra o Exército, porque o mesmo, por intermédio do serviço militar:

desenvolve as qualidades físicas e morais, habituando o homem ao domínio de si mesmo, exercitando a sua intelectualidade no sentido da ordem e de um ideal comum, transforma a capacidade de defesa em capital nacional, não podendo ser, portanto, nocivo às forças econômicas do país(...) (MONTEIRO, 1934, p. 27)

Claro está que a real função do Exército, segundo o ministro, é formar homens que não questionam sua realidade e nem as normas. Desta forma, não haveria o perigo de movimentos contrários ao governo. A manutenção da ordem engendrada pela passividade resultaria no desenvolvimento econômico tranqüilo para o país.

A intenção de Góes Monteiro em estender a educação militar para todos é de propagar esse ideário de coesão e subserviência, essa era a função da formação educacional militar. Assim, o ideário de irmandade e inexistência de conflitos seria reafirmado para os jovens e isso evitaria a

crítica ao governo que seria visto como o representante dos interesses coletivos.

O ministro Góes Monteiro critica igualmente a educação nacional que, segundo ele, tem como base o modelo estrangeiro. Ele afirma que a educação regular nas escolas tinha que ser semelhante à educação do ensino militar, isto porque, o excesso de questionamentos colocava

em perigo o sentimento de nacionalidade do jovem. Ele condena os livros utilizados pelas escolas públicas e alguns professores que não exaltavam os feitos do Exército e nem os “heróis” da pátria:

As páginas históricas, que retraçam, exalçando, os feitos inolvidáveis de que foram capazes a bravura, abnegação, o amor da pátria e, principalmente, o espírito de sacrifício de nossos maiores, não são apreciadas por todos os brasileiros. Não se lhes deparam como ar que devemos respirar constantemente, como prova da fé com que nos devemos lançar, sem perda de tempo, na conquista de novos horizontes. (MONTEIRO, 1934, p.39)

Afirma o ministro que a escola pública deve abandonar o regime da igualdade da educação em massa para ambos os sexos. Ele endossa a tese defendida por E. Morn de que “o verdadeiro feminismo da mulher consiste em aprender, desde os primeiros anos a arte de ser bela, não para desenvolver presunção pueril, mas para a realização de um fim augusto, qual o de aperfeiçoar a alma e o corpo da raça a que pertence” (MONTEIRO, 1934, p. 45-46). Portanto, cabe à mulher a continuidade da espécie e ao homem vencer “as pugnas da concorrência da vida”.

O menino, segundo ele, precisa receber uma educação severa para se tornar forte porque só “os fortes, moral e intelectualmente falando” vencem. Essa educação forma homens capazes de: “resistir as influências deletérias das corrupções sociais, enfrentar resolutamente, o

tumulto da existência, haurir nas glórias de nossa História o acendrado amor da pátria” (MONTEIRO, 1934, p. 46)

Góes Monteiro incita o Governo a criar escolas para adultos, em que, obrigatoriamente, jovens de 14 a 17 anos que tivessem interrompido os seus estudos primários ou que não fizeram na ocasião oportuna, seriam matriculados obrigatoriamente:

Nessas escolas, além de outras matérias, eles aprenderão a história de nosso país e receberão noções de educação moral e cívica, explicando-se-lhes a importância do espírito de sacrifício pessoal para o bem da coletividade e as relações que existem entre os indivíduos e o Estado.

Preferir o bem público ao interesse particular, eis o maior dos deveres do homem. Para bem avaliá-lo e melhor cumpri-lo, o homem tem que desprezar os motivos sensíveis das ações humanas e procurar ser escravo do bem moral, isto é, da honestidade, da justiça, da moralidade, da lei e do dever, que deve ser cumprido independentemente de qualquer interesse e gosto, e até mesmo contra o gosto e interesse próprios. (MONTEIRO, 1934, p.46)

Altivo, o ministro em tom autoritário diz que se essas providências dependessem somente do Ministério da Guerra já no dia seguinte todos os jornais teriam que publicar as “verdadeiras intenções” do Exército e do Governo que, segundo ele, são as “legítimas aspirações nacionais”: a ordem e o progresso do país.

Podemos afirmar que o nacionalismo, segundo os documentos analisados, é entendido como sacrifício pessoal para atender as vicissitudes coletivas propagadas pelo governo, coesão e centralização políticas, organização econômica e educação subserviente.

Ele afirma que todas as idéias contrárias ao “engrandecimento do Brasil” e de seus “heróis” deveriam ser severamente combatidas. Essas idéias, segundo o ministro, se concentravam nas grandes capitais: “onde a vida de prazeres e a divulgação de teorias otimistas concorrem de um modo assustador para o enfraquecimento dos laços de unidade pátria”. (MONTEIRO, 1934, p.39)

Ele revela que sem esse sentimento patriótico a defesa nacional inexistiria e, da mesma forma, a soberania do país.

Góes Monteiro coloca o Exército à disposição de Getúlio Vargas para que ambos pudessem alcançar o mesmo objetivo no tocante à construção de uma identidade nacional, de um sentimento patriótico:

O Governo, na campanha contra as idéias que se opunham ao engrandecimento do Brasil e conservação de nossas honrosas tradições, terá no Exército um precioso meio para corrigir os erros que tanto nos acabrunham. Considerando que o Exército não é senão o reflexo do desenvolvimento harmônico de todas as forças vivas da nação, das quais depende diretamente a sua eficiência, o Governo, que procurar dotá-lo de todo o necessário, concorrerá, ipso facto, para estimular a prosperidade de todas as demais atividades nacionais. (MONTEIRO, 1934, p. 40)

A intenção maior que se revela é mostrar o Exército como exemplo de ordem, harmonia e disciplina. Assim como a sociedade deveria ser, segundo o ministro Góes Monteiro.

Podemos relacionar esse discurso de Góes Monteiro com o de Getúlio Vargas pronunciado em 14 de maio de 1932 concernente à harmonia entre as classes e, portanto, a inexistência de conflitos. Além disso, ambos afirmam que o exemplo de harmonia, coesão e ordem para a nação eram os militares: “Considerando que o Exército não é senão o

reflexo do desenvolvimento harmônico de todas as forças vivas da nação, das quais depende diretamente a sua eficiência, o Governo, que procurar dotá-lo de todo o necessário, concorrerá, ipso facto, para estimular a prosperidade de todas as demais atividades nacionais”.

Essa será a afirmação também do próximo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra que junto com Getúlio Vargas vai propagar uma sociedade harmônica com a inexistência total de luta de classes. Assim podia o Exército e o Governo negar as reivindicações dos movimentos sociais e puni-los severamente por propagarem idéias contrárias ao “engrandecimento do Brasil”.

“Engrandecer o Brasil” seria, segundo o ministro, missão do Exército. Assim, o Governo teria que dar visibilidade maior a essa instituição que tem uma “missão” tão nobre como esta.

O ministro afirma em seu relatório que o Governo deveria obrigar a imprensa a divulgar os feitos militares e, além disso, proibi-la de propagar os ideais subversivos a essa grande “missão do Exército”. A imprensa, segundo ele, deveria omitir informações sobre os movimentos operários ou movimentos de militares revoltosos:

(...) Na cruzada da regeneração nacional, a imprensa tem que ser mobilizada como a nossa 6ª arma, encarregada de fazer a vanguarda, ou, em outros termos, de desbravar o caminho que o nosso povo palmilhará.

No desempenho de tão grande missão, que só ela pode receber em virtude dos meios de que dispõe, a imprensa agirá no sentido de fortalecer o caráter de nossa mocidade, banindo das colunas de seus jornais teorias perniciosas aos interesses nacionais, que devem ser a sua máxima preocupação.



Formará, assim, um ambiente de opiniões sadias, proveitosas e patrióticas, que fatalmente exercerá benéfica influência no ânimo do povo, orientado quanto aos deveres de que não se deve esquivar. Como órgão de publicidade, cuja necessidade ninguém contesta, a imprensa não pode se afastar do seu papel precípuo, que consiste precisamente em despertar a energia e o espírito de sacrifício, que o Estado tem direito de exigir de todos os brasileiros validos (...) (MONTEIRO, 1934, p. 42-43)

Fica explícita a intenção do ministro em propagar a inexistência de luta de classes e construir a “função social” do Exército em manter a ordem e a harmonia. Desta forma, o objetivo era construir a imagem de um Brasil passivo, tranqüilo e que não possuía grandes problemas. Pois do contrário à função do Exército em manter a ordem seria questionada diante de tantos movimentos sociais que eclodiam no país e que eram divulgados pela imprensa. Afirma que o papel da imprensa é ser um “sincero auxiliar” do Governo que o deve apoiar na “solução de boas causas”.

Revela que o modelo de Governo que o Brasil deve ter é um Governo “forte e bem inspirado”, para o qual tenha a “inspiração da soberania nacional”. Esse governo, segundo o ministro, deveria: “(...) empolgar, instantemente, a imaginação popular (...) para esmagar de vez as inquietações oriundas da alma de um povo não consagrado aos seus altos misteres”. (MONTEIRO, 1934, p.44)

Neste trecho o ministro ratifica que o Governo deve ser “bem inspirado” pelo Ministério da Guerra e que ambos deveriam propagar os feitos dos chamados “heróis da pátria brasileira” para que o povo reconhecesse a necessidade de se consagrar aos seus “altos misteres” confiando neles plenamente. Mais uma vez, o ministro entende que a

população brasileira é passiva e que necessita dos exemplos “heróicos” dos “grandes militares” para se apegar.

Podemos perceber que o modelo de educação indicado pelo ministro como perfeito não tem como lastro a crítica e o livre pensamento, elementos considerados muito perigosos por ele. O interesse era formar homens incapazes de questionar as ordens e normas e de lutarem exclusivamente pelos interesses do Estado/governo, interesses esses considerados por ele como interesses coletivos. Portanto, o interesse maior dessas escolas seria formar “mártires” prontos para se sacrificarem pela pátria: “explicando-se-lhes a importância do espírito de sacrifício pessoal para o bem da coletividade e as relações que existem entre os indivíduos e o Estado” (Idem)

Para a divulgação desses “feitos heróicos, segundo ele, o Governo necessitaria da ajuda de outra “arma” poderosíssima que é a educação militar, pois ela oferece tudo o que um Governo autoritário e centralizador poderia esperar da população, ou seja, a subordinação:

A instrução militar forma a personalidade, desvenda o país aos seus filhos, educa, ilustra, disciplina, desperta sentimentos patrióticos, faz, em síntese, com que o homem adquira um critério independente.

Por essa escola deve passar a mocidade das grandes cidades (...) No capítulo do serviço militar, encontrará o Governo as sugestões que se me afiguraram dignas de sua atenção e que, uma vez postas em prática, como espero que o sejam, permitirão a incorporação anual do maior número possível de cidadãos (...) A resistência, porém, desaparecerá com as providências complementares, entre as quais avulta a referente às escolas de instrução pública. (MONTEIRO, 1934, p.44)

Neste subitem analisamos a Primeira Parte do relatório escrito pelo ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ou seja, quarenta e oito páginas que mostram como, segundo o ministro, a Soberania Nacional seria efetivamente alcançada em nosso país.

Na segunda e terceira parte deste relatório o ministro aponta as melhorias realizadas pelo Ministério da Guerra nas forças armadas como, por exemplo, a administração, o comando das tropas, as regiões militares, a justiça militar, os hospitais militares, etc.

Podemos notar, por intermédio da análise deste relatório, o quanto o Ministério da Guerra participou nas decisões políticas do país. Em vários momentos percebemos a altivez e autoridade do ministro em indicar ao governo as medidas que devia tomar.

### CAPÍTULO III

#### OS FUNDAMENTOS DO DISCURSO MILITAR: “A ‘CRIAÇÃO’ DO INIMIGO NACIONAL”

Vários movimentos, tanto de classe quanto políticos, que ocorrem no período anterior à ditadura varguista consolidam a relação entre este governo e as forças militares. Tais movimentos são de várias ordens, mas têm em comum o fato de que corroboram para a centralização do poder no governo federal e neutralizam ou dizimam as forças de oposição. Observa-se que, neste caminhar, não importa quem eram os amigos iniciais que apoiaram a ascensão de Vargas à presidência em 1930. Importa agora quem o apóia neste projeto.

Neste sentido, os militares que advogavam o ideário centralizador se sentem confortáveis com as tendências autoritárias manifestas por Vargas e pelos segmentos burgueses que o apóiam e não titubeiam em neutralizar os que passam a ser considerados inimigos. Inimigos não do presidente, ou do alto oficialato centralista. Mas, conforme divulgam, inimigos da “pátria”, pois esta será a justificativa para as perseguições e os cerceamentos que advirão nos anos seguintes. Dentre os considerados “inimigos da pátria”, que unem o discurso dos militares ao de Vargas encontramos, por um lado, os comunistas, ou seja, os integrantes de qualquer movimento operário ou de trabalhadores que reivindicasse além do que o governo queria lhes “dar”; e, por outro, os militares que não partilhavam dos ideais centralistas, ou seja, os federalistas.

### **3.1. “A Intentona Comunista”: Repressão às forças contrárias ao governo.**

O alto oficialato das Forças Armadas e Getúlio Vargas aproveitaram esse movimento para divulgarem o suposto “perigo comunista”. As Forças Armadas vão reprimir ainda mais os movimentos sociais depois da Intentona Comunista com o intuito de “exterminar” do seio da sociedade brasileira as idéias “subversivas”, ou seja, contrárias à centralização e autoritarismo que constituíam as características do governo na época. Esta análise foi feita a partir de documentos selecionados do período de 1935 a 1936, sobre os quais falaremos abaixo.

Vários estudos têm analisado os discursos de Vargas enfatizando sua ideologia conservadora (FARIA, 1988; RAGO, 1992), sua dubiedade em relação aos trabalhadores e à sociedade civil (VECENTINI, 1997), suas políticas de desenvolvimento (FONSECA, 1989; FARIA, 2001), suas leis trabalhistas, a cooptação dos trabalhadores e a subordinação dos sindicatos (ANTUNES, 1988; CARONE, 1982) a criação dos órgãos de segurança pública, a instituição da censura (CARNEIRO, 1988; 1997) e as perseguições, apenas para citar alguns.

No entanto, são poucos os estudos que abordam, a partir destes discursos e outros documentos, os discursos do exército, veiculada tanto pelos integrantes das forças armadas que o sustentam, quanto pelo próprio Getúlio. Mesmo o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da FGV) que hoje disponibiliza uma série de estudos e documentos sobre este período não enfatiza tal questão.

A afirmação da segurança e desenvolvimento nacional pela qual o exército é o exemplo da coesão e da ordem imprime uma marca nesse regime e adquire significância maior, principalmente se considerarmos a divisão que se verifica no seu interior, que advém de períodos anteriores ao getulhismo, que distingue, por exemplo, “tenentes” de “generais e marechais”.

A *Intentona Comunista* é um dos acontecimentos que nos permite discutir as características que engendraram esta articulação entre as forças armadas e o governo getulista.

O paulatino desenvolvimento econômico a partir dos anos 20 no Brasil fez com que grupos que não eram inseridos na economia agrário-exportadora aspirassem alavancar o Brasil para ser uma nação forte com influência internacional. Esses grupos eram formados por profissionais liberais e principalmente por jovens militares que buscavam ter participação política. Almejavam industrializar cada vez mais o Brasil, pois, para eles, a industrialização representava a supressão do atraso que seria fruto dos privilégios de alguns setores como os agraristas. Após o embate de 32, as alianças com os grupos industrialistas fizeram-se mais fáceis, pois vários dos privilégios alcançados pela burguesia cafeicultora paulista canalizaram recursos para o desenvolvimento industriário que o Estado experimentava e em particular a cidade de São Paulo e suas cercanias.

Apesar deste movimento, conforme análise de Vianna, este período se manifesta pelas seguintes características:

Autoritarismo patriarcalista, consolidação do latifúndio, aversão a qualquer reforma nas relações agrárias, medo e desprezo pela classe operária, uma burguesia ignorante das práticas do capitalismo liberal, um Estado pesado e ineficiente compunham o complicado quadro social da época (VIANNA, 1992, p.24)<sup>84</sup>

Isto porque, continha ela, os próprios grupos que reivindicavam mudanças e que se beneficiavam com a desigualdade social e, desta forma, a “modernização” do Brasil não poderia ser gerada pela destruição dessa estrutura. A intenção, portanto, era manter a classe operária e os trabalhadores do campo longe desse ideário de luta para “modernizar” o Brasil, para não colocar em perigo a estrutura fundiária, pois suas reivindicações poderiam radicalizar, isto é, levar a uma radicalização desta “modernidade”. Neste sentido, tanto a burguesia quanto o alto oficialato das forças armadas concordavam: era necessário que as mudanças fossem lentas e paliativas, o que significava, entre outras coisas, negar a presença da população na participação de movimentos que poderiam destruir tais privilégios:

(...) a ‘crise da República Velha’ teve uma solução parcial e contraditória: reformas e remanejamentos políticos limitados, soluções conciliatórias e sempre e cúpula, cuja expressão foi a Revolução de 1930. As transformações posteriores ao movimento foram lentas, parciais e incompletas, porque sempre encaminhadas pelos grupos dominantes. Os tenentes incorporavam a essas mudanças, além de seus anseios vagamente industrializantes e marcadamente moralistas, um nacionalismo exaltado que conjugava um vago antiimperialismo com propostas políticas autoritárias e desprezo pelas formas de democracia. (VIANNA, 1992, p.24)

---

<sup>84</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

Instaura-se assim a correlação de forças que garante a continuidade do desenvolvimento industrial cujas bases vinham se desenvolvendo a partir de 1930 e se inicia o processo de renovação do parque tecnológico sob o jugo ditatorial, pelo alto, com os trabalhadores do campo excluídos de quaisquer benefícios ou direitos trabalhistas e os operários “pacificados”.

Neste contexto divulga-se o ideário da “inexistência de luta de classes” tanto por Getúlio Vargas quanto pelos altos oficiais das Forças Armadas. O operário tinha que ser convencido que o patrão era seu amigo e que a harmonia era a base da relação entre ambos. Para a difusão desse ideário o Estado/governo não podia permitir a eclosão de movimentos que desmentiam essa inexistência de luta de classes:

(...) a política seguida combinou alternadamente repressão violenta e cooptação, mediante concessões econômicas parciais e manipulações ideológicas controladas pelo Estado, tendo no anticomunismo um de seus principais componentes. (VIANNA,1992, p.25)

É neste contexto que emerge a organização política de âmbito nacional, a Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>85</sup> fundada oficialmente

---

<sup>85</sup> A ANL tinha como objetivo combater o fascismo e o imperialismo. Desde o início da década de 1930, surgiram em diversos países frentes populares compostas por diferentes correntes políticas que sentiam a necessidade de uma atuação unificada para deter o avanço do nazi-fascismo. Também no Brasil, em reação ao crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), formaram-se pequenas frentes antifascistas que reuniam comunistas, socialistas. Dessas reuniões surgiu a ANL, cujo primeiro manifesto público foi lido na Câmara Federal em janeiro de 1935. O programa básico da organização, divulgado em fevereiro, tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo. No mês de março, constituiu-se o diretório nacional provisório da ANL, composto, entre outros, por Herculino Cascardo (presidente), Amoreti Osório (vice-presidente), Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Benjamim Soares Cabello e Manuel Venâncio Campos da Paz. No final do mês, a ANL foi oficialmente lançada em solenidade na capital federal à qual compareceram milhares de pessoas. Na ocasião, Luís Carlos Prestes, que se encontrava na União Soviética, foi aclamado presidente de



em 1935 e que foi, segundo alguns autores, o primeiro movimento de massas de caráter nacional. Em apenas três meses formou 1.600 núcleos, principalmente nas grandes cidades. Só no Rio de Janeiro inscreveram-se mais de 50 mil pessoas. Congregava operários, estudantes, militares de baixa patente e membros da classe média. Seu rápido crescimento assustou as classes dominantes. No entanto:

A maioria do bloco que fundou a ANL em 1935 não questionava o regime político de Vargas, desejando apenas regenerá-lo, colocar nos eixos da Revolução de 30 que, segundo eles, tinha sido traída e desvirtuada (VIANNA, 1992, p.26)

---

honra da organização. Prestes, que nessa época já aderira ao comunismo, desfrutava de enorme prestígio devido ao seu papel de líder da Coluna Prestes, que na década anterior havia tentado derrubar o governo federal pelas armas. Nos meses seguintes, calcula-se que dezenas de milhares de cidadãos filiaram-se formalmente à ANL, embora o número exato dessas filiações jamais tenha sido conhecido. Houve adesões importantes, como as de Miguel Costa, Maurício de Lacerda e Abguar Bastos. Diversas personalidades, mesmo sem se filiar, mostraram-se simpáticas à Aliança, como os ex-interventores Filipe Moreira Lima, do Ceará, e Magalhães Barata, do Pará, o deputado federal Domingos Velasco e o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. A entidade promoveu concorridos comícios e manifestações públicas em diversas cidades e teve sua atuação divulgada por dois jornais diários a ela diretamente ligados, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo. Em abril de 1935 Luís Carlos Prestes voltou clandestinamente ao Brasil. Incumbido pela direção da Internacional Comunista de promover um levante armado que instaurasse no país um governo nacional-revolucionário, recebia a colaboração de um pequeno, mas experiente grupo de militantes estrangeiros, entre os quais se incluía sua mulher, a alemã Olga Benário. A opção de Prestes por manter-se na clandestinidade num momento em que a ANL ganhava as ruas demonstra bem suas intenções insurrecionais e a heterogeneidade de perspectivas que caracterizava essa ampla frente de esquerda. À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com freqüentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. No dia 5 de julho, a ANL promoveu manifestações públicas para comemorar o aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Nessa ocasião, contra a vontade de muitos dirigentes aliancistas, foi lido um manifesto de Prestes propondo a derrubada do governo e exigindo "todo o poder à ANL". Vargas aproveitou a grande repercussão do manifesto para, com base na Lei de Segurança Nacional, promulgada em abril, ordenar o fechamento da organização.

Os comunistas, a princípio, não queriam participar da ANL, mas depois aderiram com a intenção de transformar esse bloco em uma ferramenta da revolução socialista.

Antigos "tenentes" insatisfeitos com a aproximação entre o governo de Getúlio Vargas e os grupos oligárquicos afastados do poder em 1930, passam a integrar este movimento e a simbologia entre as intenções dos civis, comunistas ou não e este segmento das forças armadas, foi a indicação de Prestes que, naquele momento nem estava no Brasil, como presidente de honra da organização. Assim, pode-se considerar que o elo entre tenentes e comunistas dentro da ANL foi Luiz Carlos Prestes<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Luiz Carlos Prestes formou-se em engenharia pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, em 1919, atual Instituto Militar de Engenharia, IME. Foi engenheiro ferroviário na Companhia Ferroviária de Deodoro, como tenente, até ser transferido para o Rio Grande do Sul. Em outubro de 1924, já capitão, Luís Carlos Prestes liderou um grupo de rebeldes na região missioneira, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. Cortando as linhas de cerco governistas, rumou ao norte até Foz do Iguaçu. Na região sudoeste do estado do Paraná o grupo se encontrou e juntou-se aos paulistas, formando o contingente rebelde chamado de Coluna Prestes, com 1500 homens, que percorreu por dois anos e cinco meses 25000 km. Em toda esta volta, as baixas foram em torno de 750 homens devido à cólera, à impossibilidade de prosseguir por causa do cansaço e dos poucos cavalos que tinham, e ainda poucos homens que morreram em combate, como Siqueira Campos, "mosqueteiro" e amigo pessoal de Prestes. Prestes, apelidado "Cavaleiro da Esperança", passa a estudar marxismo na Argentina, para onde havia se transferido no final de 1928. Lá trava contato com os comunistas argentinos Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, este último dirigente da Internacional Comunista (IC). Em 1930 retorna clandestinamente a Porto Alegre onde chega a manter dois encontros com Getúlio Vargas. Convidado a comandar militarmente a Revolução de 30, recusa-se a apoiar o movimento. A convite da União Soviética, em 1931 passa a morar naquele país, trabalhando como engenheiro e dedicando-se aos estudos do marxismo-leninismo. Por pressão do Partido Comunista da União Soviética, é - em agosto de 1934 - finalmente aceito pelo PCB em seus quadros. Sendo eleito membro da comissão executiva da Internacional Comunista, volta como clandestino ao Brasil em dezembro de 1934, acompanhado pela alemã Olga Benário, também membro da IC. Seu objetivo era liderar uma revolução armada no Brasil, decidida em Moscou. No Brasil Prestes encontra o recém constituído movimento Aliança Nacional Libertadora (ANL), de cunho anti-fascista e anti-imperialista, que congregava tenentes, socialistas e comunistas descontentes com o Governo

No segundo semestre de 1934, um pequeno número de intelectuais e militares - entre os quais Francisco Mangabeira, Manuel Venâncio Campos da Paz, Moésia Rolim, Carlos da Costa Leite e Aparício Torelly - começou a promover reuniões no Rio de Janeiro com o propósito de criar uma organização política capaz de dar suporte nacional às lutas populares que então se travavam.

Os tenentes e os comunistas que formavam a ANL tinham algumas idéias divergentes, particularmente sobre a permanência ou a interrupção do Governo Vargas. Por um lado os tenentes reivindicavam a permanência do Governo Vargas com algumas alterações, ou seja, com limites a seus poderes. Por outro lado, os comunistas queriam implantar a “primeira etapa da revolução comunista”. Todavia, ambos concordavam acerca das medidas que deveriam ser tomadas para a obtenção do poder: a força bélica, a necessidade de um Estado autoritário e de uma ditadura que eles consideravam democrática, que passariam o poder primeiro para as Forças Armadas, depois para os tenentes, destes para o proletariado e do proletariado para os comunistas.

Prestes procura então aliar o enorme crescimento da ANL, que o prestigia, com a retomada de antigos contatos no meio militar para criar as bases que julgava capazes de deflagrar a tomada do poder no Brasil. Em julho de 1935 divulga um manifesto incendiário exigindo "todo o poder" à ANL e a derrubada do governo Vargas:

A todo povo do Brasil!

---

Vargas. Mesmo clandestino, o *Cavaleiro da Esperança* é calorosamente aclamado presidente de honra da ANL em sua sessão inaugural no Rio de Janeiro. <http://pt.wikipedia.org>;

Aos aliancistas de todo o Brasil! 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924.  
Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de  
Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os  
soldados de São Paulo e, durante

20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada  
pelos generais a serviço de Bernardes! Depois . . . a retirada.  
A luta heróica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio  
Grande do Sul! A marcha da coluna pelo interior de todo o  
país, despertando a população dos mais ínvios sertões, para  
a luta contra os tiranos, que vão vendendo o Brasil ao capital  
estrangeiro.

Quanta energia! Quanta bravura!

As lutas continuam - São 13 anos de lutas cruentas, de  
combates sucessivos e vitórias seguidas das mais negras  
traições, ilusões que se desfazem, como bolhas de sabão, ao  
sopro da realidade!

(...) Somos herdeiros das melhores tradições revolucionárias  
de nosso povo e é, recordando a memória de nossos heróis,  
que marchamos para a luta e para a vitória!

(...)Brasileiros!

Aproximam-se dias decisivos.

Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de  
lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem  
querem mais se submeter ao governo em decomposição de  
Vargas e seus asseclas nos Estados. Além disso, os cinco  
últimos anos deram uma grande experiência a todos em que  
no Brasil tiveram de suportar e sofrer a malabarista e nojenta  
dominação getuliana. E esses cinco anos de manobras e  
traições, de contradanças de homens do poder, de  
situacionistas que passam a oposicionistas e vice-versa, de  
inimigos "irreconciliáveis" que se abraçam, cinicamente,  
sobre os cadáveres ainda quentes dos lutadores de 1922,  
abriram os olhos de muita gente. Onde estão as promessas  
de 1930? Que diferença entre o que se dizia e se prometia  
em 1930 e a tremenda realidade já vivida neste cinco anos  
getulianos (...)<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Manifesto da Aliança Nacional Libertadora escrito por Luiz Carlos Prestes em 5 de julho de 1935.  
Documento extraído do periódico *A Platéia*, 06/07/1935 (Primeira Edição)

Vargas imediatamente aproveita a oportunidade e declara a ANL ilegal, o que não impede Prestes de continuar a organizar o que acabou por ficar conhecido como a *Intentona Comunista*.

Em novembro de 1935, houve um levante militar na Praia Vermelha (Rio de Janeiro). A insurreição ocorreu em várias unidades militares: No Batalhão de Transmissões e o 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar. No Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, no Grupo de Obuses, de São Cristóvão e no Ministério da Guerra. A participação dos civis no combate deveria ocorrer quando este se estendesse às ruas.

Conforme o sinal combinado, o pelotão do Tenente Leivas Otero, um dos revoltosos, começou a atirar. Os amotinados passaram a atacar e aprisionar os legalistas que, inicialmente, ofereceram pouca resistência, surpresos com a rapidez da ação. No entanto, logo o I e o II Batalhões responderam aos ataques com tiros de metralhadoras.

Assim que as tropas legalistas intensificaram o fogo os rebelados se renderam, saindo vitoriosas as tropas da 1ª Região Militar comandadas pelo General Eurico Gaspar Dutra.



Av Pasteur, 28 Nov de 1935: Oficiais e soldados, insurretos do 3º RI, quando abandonavam o quartel em direção à prisão. Assinalado pela seta, o chefe do movimento Agildo Barata. Imagem extraída do “Atlas Histórico”, in *Isto é 500 Anos*. São Paulo: Três, 1998.

Após este episódio o Ministério da Guerra de Getúlio Vargas, solicitou maior repressão ao comunismo: “A tortura de presos políticos começou aí a se tornar uma das marcas do governo Vargas”. (KOIFMAN, 2002, p.342)

Em março de 1936, Prestes é preso, perde a patente de capitão e inicia uma pena de prisão que durará nove anos. Sua esposa, grávida, é deportada e morre na câmara de gás no campo de concentração nazista Ravensbrück. A criança, Anita Leocádia Prestes, nasceu em uma prisão na Alemanha, mas foi resgatada pela mãe de Prestes, após intensa campanha internacional.

O episódio ocorrido em 5 de julho de 1935 fomentou ainda mais a desconfiança de Getúlio Vargas de que uma parte das forças militares não era totalmente fiel ao seu regime e que compartilhava dos ideais da Aliança Nacional Libertadora (ANL), pois, conforme Koifman:

No bojo da série de protestos gerados pelo evento, a ANL convocou para o dia 5 de julho um comício na avenida Almirante Barroso, no centro do Rio. O governo mandou publicar uma nota, sugerindo à população que não comparecesse ao ato da ANL “porque, ao menor indício de perturbação da ordem, a tropa arregará sobre os manifestantes”. Àquela altura, a frente antifascista vivia fortes divisões internas em razão da crescente influência do líder tenentista e agora comunista Luís Carlos Prestes, que chegou a ser aclamado presidente de honra da ANL. Mesmo assim, uma multidão participou do comício, em que o capitão Henrique Oest, numa demonstração de que Prestes gozava

da simpatia de parte dos militares, descerrou a Bandeira Nacional que cobria um retrato do “Cavaleiro da Esperança”. Seis dias depois, o governo decretava a extinção da Aliança Nacional Libertadora.(KOIFMAN, 2002, p.341)

Para o Ministério da Guerra a desobediência das corporações militares, comparecendo ao ato da ANL e até aclamando a figura de Luis Carlos Prestes, decorreu da influência dos “raros prosélitos da desordem”<sup>88</sup>:

Não poderão, portanto, os raros prosélitos da desordem, os inveterados demolidores abalar o edifício nacional que o nosso patriotismo vai aprimorando em suas magníficas linhas. Cabe, porém, ao Exército, cabe às Forças Armadas não permitir que essas aspirações de paz, de ordem, de trabalho sejam frustradas por eternos inimigos da pátria e do regime.<sup>89</sup>

O Estado de Guerra decretado no país em março de 1936 com a justificativa de combater o comunismo, impulsionam uma política ainda mais centralizadora do Estado e cada vez mais repressora por parte das forças armadas.

A campanha sucessória desenrolou-se em meio a um quadro de censura e restrição da participação política. Os instrumentos de força criados para reprimir a ação comunista terminaram sendo utilizados também contra antigos aliados de Vargas contrários ao continuísmo, enfraquecendo-os ou neutralizando-os. Desse modo, as resistências políticas ao golpe foram sendo progressivamente minadas.

---

<sup>88</sup> Termo usado por Eurico Gaspar Dutra em nota do dia 10 de novembro de 1937 ao se referir aos comunistas.

<sup>89</sup> Discurso extraído da Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro. 10 de novembro de 1937.

Além da repressão ao comunismo, outro meio pelo qual se afirmou a hegemonia do grupo de Góes Monteiro foi a ação contra o governador

gaúcho Flores da Cunha<sup>90</sup>, interventor do Rio Grande do Sul, liderança política que controlava a força militar estadual mais poderosa da federação, composta por seis mil homens da Brigada Militar, 20 mil da milícia civil - os chamados corpos provisórios -, além de contar com aliados no Exército. No entanto, como era defensor do federalismo, Flores passa a ser visto como um obstáculo à centralização pretendida por Vargas e apoiada por Góes Monteiro, e, além disto, desde de 1935 vinha se intrometendo em assuntos militares, explorando e alimentando cisões no seio das Forças Armadas. Essa sua ação pesou, inclusive, na

---

<sup>90</sup> José Antônio Flores da Cunha nasceu em Santana do Livramento (RS), em 1880. Advogado, estudou nas Faculdades de Direito de São Paulo e Rio de Janeiro, diplomando-se em 1902. Após exercer por breve período o posto de delegado de polícia na capital federal, retornou ao seu estado natal para dedicar-se à advocacia. Em 1909, filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), iniciou sua carreira política como deputado estadual. Nos anos seguintes chegou à Câmara Federal e à prefeitura do município de Uruguaiana (RS). Em 1923, destacou-se como chefe militar legalista na luta que conflagrou o Rio Grande do Sul, opondo os partidários do governador Borges de Medeiros aos opositores liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Apoiou ativamente em 1930, já como senador, a candidatura presidencial do gaúcho Getúlio Vargas e destacou-se também nas conspirações que se seguiram à derrota eleitoral da Aliança Liberal e que culminaram na queda do presidente Washington Luís e na posse de Vargas na presidência. Com a vitória do movimento revolucionário, foi imediatamente nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul. Nos sete anos em que permaneceu à frente do governo gaúcho, recuperou as finanças públicas estaduais e criou institutos de fomento econômico. Além disso, controlava a força militar estadual mais poderosa da federação, composta por seis mil homens da Brigada Militar, 20 mil da milícia civil - os chamados corpos provisórios -, além de contar com aliados no Exército. Dessa forma, Flores foi peça importante na cena política nacional após a Revolução de 1930. Nos primeiros anos, manteve-se sempre ao lado de Vargas, inclusive durante o movimento constitucionalista de 1932, que teve seu foco principal em São Paulo mas que contou também com o apoio de importantes líderes gaúchos. Em 1935, já como governador constitucional, começou a afastar-se do presidente. Buscando ampliar sua influência política nacionalmente, envolveu-se em disputas sucessórias em outros estados, como Santa Catarina e Rio de Janeiro. Defensor do federalismo, atritou-se com os setores militares que, como o general Góis Monteiro, defendiam a centralização do poder no governo federal. Em 1937, rompido com Vargas, foi forçado a deixar o governo gaúcho. Exilou-se, então, no Uruguai e só voltou ao Brasil cinco anos depois, quando cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande (RJ). Em 1945, participou da fundação da UDN, legenda pela qual elegeu-se deputado constituinte em 1945. Exerceu, ainda, seguidos mandatos na Câmara Federal até janeiro de 1959. Morreu no Rio Grande do Sul, em 1959.



própria saída de Góes Monteiro do Ministério da Guerra, naquele ano. A ameaça representada pelo governador era ainda maior pelo fato dele ter sob seu comando uma poderosa Brigada Militar, bem armada e numerosa.

Foi a investida do governo federal contra Flores da Cunha que reaproximou o grupo de Góes Monteiro de Vargas. Também para Getúlio o governador gaúcho, com sua força política e militar, e sua oposição ao continuísmo, manifestada repetidas vezes, representava uma ameaça. Assim, ao mesmo tempo em que se abria a discussão sobre a sucessão presidencial, punha-se em prática um plano elaborado por Góes Monteiro para a desarticulação de Flores.

Desta forma, o final do ano de 1936 foi marcado por importantes mudanças, tanto nos meios políticos quanto nos militares. Na política, as forças se realinharam e trocaram de posição de acordo com suas orientações estratégicas, preparando-se para o embate da sucessão que se avizinhava. Tais alterações intervinham nas forças militares, como se observava, por exemplo, no já citado sul do país, onde diversas substituições foram feitas nos comandos militares visando a uma maior eficácia na ação contra o governador gaúcho. Passo importante nesse sentido foi dado com a substituição do ministro da Guerra João Gomes - reticente à intervenção no Rio Grande, pelo general Eurico Gaspar Dutra.

Dutra, assim que assumiu o cargo de ministro da Guerra começa a arquitetar, junto com outros oficiais das forças armadas, o golpe de Estado em 1937 pretendido por Vargas.

### **3.2. Articulação do Plano Cohen: “A ameaça comunista”**

Neste subitem vamos analisar, com base na análise dos documentos, que o Ministério da Guerra em 1937, liderado pelo General Eurico Gaspar Dutra, consolida o ideário de repulsa ao comunismo, acusado de ser o causador das mazelas da nação brasileira, desta vez, propagado pelos altos oficiais das forças armadas.

Podemos verificar que o Ministério da Guerra criou este “inimigo”, ou seja, o comunismo, para justificar os movimentos que questionavam a ação repressora do Exército por causa da sucessão presidencial.

O alto oficialato ligado ao Ministério da Guerra, desde a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 que contou com o apoio da junta governativa provisória formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Noronha Menna Barreto e José Isaías de Noronha (como já foi discutido no segundo capítulo), sentiu-se contemplado e, desta forma, a ajuda necessária para Getúlio arquitetar um golpe de Estado foi dada por este ministério.

Os documentos mostram claramente essa ajuda, no entanto, o então ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra tenta de várias formas anunciar para o Exército e para a população brasileira que o Ministério da Guerra não atendia às necessidades pessoais do governo e que, sim, estava preocupado em salvaguardar a nação do perigo comunista:

A agitação política que vem assoberbando os espíritos e abalando a vida nacional impõe aos poderes públicos medidas assecuratórias da ordem interna. Algumas dessas medidas, de caráter militar, causam apreensões e estranhezas aos que, fora do ambiente real dos acontecimentos, ignoram sua verdadeira finalidade(...) Longe de obedecerem a fins de caráter político, visam apenas

salvaguardar a ordem, as instituições, a integridade nacionais. (DUTRA, 1937, p.193)<sup>91</sup>

Observa-se que a ação do exército, comandada pelo Ministro Eurico Gaspar Dutra, volta-se ainda uma vez mais, contra o risco de uma cisão no interior das forças armadas, particularmente as que pudessem vir do Sul, onde, notoriamente, os antigos aliados de Getúlio, continuavam a discordar dos rumos que os acontecimentos estavam tomando no governo central.

Em nota enviada ao exército em 19 de maio de 1937 ratifica o perigo ao qual a nação estava exposta. Falando em nome do governo e arrogando o direito constitucional de manutenção da hierarquia e punição a toda ação que pudesse parecer desacato, Dutra conclama:

Já são conhecidos, por documentos divulgados anteriormente, os preparativos militares desenvolvidos no Estado do Rio Grande do Sul. A essa ameaça constante e claramente definida, movida por interesses de caráter evidentemente pessoal, sentiu o Governo a necessidade de responder com medidas eficientes, asseguradoras da própria tranqüilidade pública. Só assim, pondo a tropa federal a coberto de qualquer tentativa de agressão ou desacato, poderá ela consagrar-se à sua elevada missão constitucional, sem peias nem esmorecimentos. Em tais

---

<sup>91</sup>Eurico Gaspar Dutra Apud LEITE, Mauro Renault; NOVELI JÚNIOR. *O Marechal Eurico Gaspar Dutra. O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

emergências, cumpre ao Ministério da Guerra preservar a ordem e manter as instituições, conservando o Exército o afastado de influências estranhas às suas legítimas finalidades, sem intuítos velados nem maquinações tendenciosas. Cabe o empenho deste órgão do poder público manter o Exército na estrada reta do dever, como elemento de coesão e de fraternidade entre os brasileiros, e nunca como instrumento de opressão, de desmembramento e de

desordem. A sinceridade dos propósitos do atual detentor da pasta da Guerra, isento de ambições de qualquer natureza e no mais íntimo acordo com o Chefe da Nação (...) <sup>92</sup> (DUTRA, 1937, p.194)

É explícito o apoio do general ao governo Vargas, pois, mesmo dizendo no início da nota que o Exército não obedecia aos fins de caráter político, no final do documento afirma que há um íntimo acordo entre este e o Chefe da Nação.

Ora, se à força dos operários e de vários segmentos de classe média que haviam se manifestado nos movimentos de 35, se somassem, as expectativas dos políticos regionais de concorrer às eleições previstas para 1938 e os segmentos do exército favoráveis ao federalismo, aos quais poderiam se unir os remanescentes do baixo escalão das forças armadas, isto poderia significar um risco à continuidade de Vargas.

Assim, no momento em que eram aguardadas as eleições presidenciais que deveriam ocorrer em janeiro de 1938, disputadas por Armando de Sales Oliveira e José Américo de Almeida, o governo

---

<sup>92</sup> Extraído de LEITE, Mauro Renault; NOVELI JÚNIOR. O Marechal Eurico Gaspar Dutra. O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

anunciou um “imenso perigo”, a descoberta de um possível plano comunista.

Tal ameaça já se enuncia no dia 26 de junho de 1937, quando Eurico Gaspar Dutra envia uma carta ao ministro da Justiça, J. C. de Macedo Soares, incitando-o a promover a repressão ao comunismo e na qual o comunismo é denominado com jargões do seguinte tipo: “germe da desagregação”, “cortejo de vandalismos”, “surto destruidor”, “o extremismo” e a “campanha de ódio”:

Julgo do meu dever, neste momento, em que, prestigiados pela liberdade que lhes foi concedida, ressurgem no cenário das lutas contra o regime aqueles que, direta ou indiretamente, foram os autores ou causadores das tristes e graves ocorrências de 1935 (...) o Exército, como figurante destacado do quadro social da Nação, de cujas instituições é, por lei, o grande mantenedor, não pode deixar de sofrer as conseqüências resultantes de uma política de excessiva tolerância. A injustificável conduta com que, ultimamente, vêm sendo acolhidos os inimigos declarados das nossas instituições é, ao meu ver, o caminho mais curto e ainda mais perigoso para nova explosão.(DUTRA, 1937, p.130)<sup>93</sup>

Neste mesmo ano eclode a denúncia do que ficou conhecido como a descoberta do “Plano Cohen”, ou seja, conforme já é do conhecimento público, um plano hipotético elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho a pedido de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista. Este plano criado para ser um estudo de estratégias do grupo integralista foi utilizado como uma verdadeira ameaça comunista pelo general Góes Monteiro, o

---

<sup>93</sup> Extraído de BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Ed. Brasília, 2002. Vol. V. p.130.

marechal Eurico Gaspar Dutra e pelo presidente Getúlio Vargas e serviu de mote para que Vargas cancelasse as eleições previstas para 1938:

O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. A 30 de setembro, era transmitido pela “Hora do Brasil” e publicado em parte nos jornais. Os efeitos da divulgação do Plano Cohen foram imediatos. Por maioria de votos, o Congresso aprovou às pressas o estado de guerra e

a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias (...) (FAUSTO, 2001, p.364)

No entanto, se atentarmos para as ações de Getúlio desde o início da década de 30, observa-se que inúmeras medidas que este vinha tomando apontavam para a centralização do poder com o apoio de segmentos da sociedade civil que partilhavam do poder com ele. Por exemplo, em 1936, Francisco Campos começa a redigir uma nova Constituição, o que deixa claro que logo depois da intentona comunista em 1935 já se arquitetava um golpe de Estado.

As medidas tomadas por Getúlio Vargas para se fortalecer no poder também foram aconselhadas por Pedro Aurélio de Góes Monteiro em seu relatório escrito em 1934, como: a nomeação de interventores de estrita confiança para governarem os estados e que fossem bem relacionados em seus estados; a eliminação dos tenentes de 1930 como força política relevante e acima da hierarquia militar, a disciplina e profissionalização das forças armadas; a censura aos meios

de comunicação realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual também fazia ampla propaganda do Estado Novo e o desarmamento das polícias estaduais que passaram a ter somente armas leves.

Desde 1935 o alto oficialato e Getúlio Vargas anunciavam uma propaganda anti-comunista o que amedrontou a classe média. Em 1937 essas propagandas foram reforçadas para que o governo pudesse centralizar cada vez mais o poder.

Portanto, o Golpe de Estado foi articulado por Getúlio, enquanto sua estratégia, o foi pelo ministério da Guerra, arquitetada no gabinete do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra no dia 28 de setembro de 1937, como mostra a ata de uma reunião, feita pelo coronel V. Benício da Silva.

Segundo consta desta ata, o ministro convocou os generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro (Chefe do E.M do Exército), Almério de Moura (Comandante da 1ª Região Militar), José Antônio Coelho Neto (Diretor da Aviação), Newton Cavalcanti (Comandante da 1ª Brigada de Infantaria) e o capitão Filinto Muller (Chefe da Polícia do Distrito Federal), aos quais declara que deveria ter mais repressão ao comunismo, reenfatizando que não se tratava em atender os interesses pessoais do governo:

Não se trata de política, mas exclusivamente de repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas precisa e publicamente caracterizados, o ministro da Guerra já fez tudo quanto estava ao seu alcance. O crime de lesa-pátria praticado em novembro de 1935 está prestes a

ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes ofensivas dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam menor dúvida. (DUTRA, 1937, p.25)<sup>94</sup>

A seguir critica o Ministério da Justiça que, segundo ele, “prometia leis e medidas contra o perigo comunista, mas nada realizava” (Idem) e afirma que as Forças Armadas, particularmente o Exército, constituíam o único elemento capaz de

salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir e cujas conseqüências poderiam comprometer essas mesmas forças que o inimigo procurava contaminar (Dutra, 1937, p.26)

O general Newton Cavalcanti ratifica a fala do ministro da Guerra dizendo que havia tomado posse do documento que, de fato, representava um plano comunista prestes a entrar em execução e mais, que o firme propósito deste plano era aniquilar o próprio Exército, havendo mesmo um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso Nacional:

A iminência de um novo golpe comunista é evidente. Revela-o a frase de um cabo a um sargento da Vila Militar: “Vá gozando os vencimentos do Exército porque a virada vai chegar”. Confirmam-no os documentos fornecidos pelo EME

---

<sup>94</sup> Extraído de SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: O plano Cohen*. Porto Alegre: L&M Editores, 1980.



e nos quais se vê a origem: Luís Carlos Prestes ou algum militar realizador a ele congregado. (CAVALCANTI, 1937, p.27)<sup>95</sup>

Logo após de citar esse exemplo, o general Cavalcanti exigiu uma ação imediata em “defesa do Exército, das instituições democráticas, da sociedade, e da própria família”, que, segundo ele, estavam ameaçadas

de morte. Caberia ao Exército uma atitude enérgica para desorganizar tal plano:

(...) Assim, é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. Impõe ao Exército, às Forças Armadas, tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista, prendê-los sumariamente e comunicar ao governo que assim procedeu para salvar o Brasil. Mas é necessário que nesse movimento, exclusivamente militar, não tome parte nenhum elemento político, nenhum elemento civil. A iniciativa e a responsabilidade devem ser inteiras e exclusivas das Forças Armadas. (CAVALCANTI, 1937, p.28)<sup>96</sup>

Tal pronunciamento pode ser entendido em um duplo sentido. De um lado, pode significar que estes militares buscavam salvaguardar Getúlio de estar comandando um Golpe de Estado, quando este se colocava como o paladino da democracia e da salvaguarda do “equilíbrio entre as classes”. Ao mesmo tempo mantinham o exército, pelo menos o alto oficialato, participando das decisões políticas do país.

Os altos oficiais da Forças Armadas, ainda na mesma reunião continuam acusando o Ministério da Justiça de incompetência, o que lhes

---

<sup>95</sup> Extraído de SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: O plano Cohen*. Porto Alegre: L&M Editores, 1980.

serve de argumento para considerar que o Ministério da Guerra teria que dar “elementos ao governo para completar as leis deficientes, corrigir-lhes os inúmeros defeitos. (...) é necessário manter as autoridades constituídas. O movimento arrastará consigo o próprio presidente da República, cuja autoridade será por ele fortalecida”.

Combina-se ainda quais seriam as medidas a serem tomadas depois do Golpe:

(...) Lei marcial por dois ou três meses, diz o sr. General Góis, e ao mesmo tempo elaboração de novas leis, suprimindo as deficiências das atuais, dando mais força e mais possibilidade de ação ao governo. Aparteia o capitão Filinto Muller: ‘É preciso evitar os processos. Outros países dão o exemplo. Sem execuções, sem fuzilamentos, aproveitando os prisioneiros em trabalhos públicos, abrindo canais, construindo estradas, pode-se afastá-los do convívio da sociedade, sem mantê-los encarcerados na capital federal. Aí está Fernando de Noronha como primeiro ponto de reclusão, transformada a ilha em presídio militar, confiada a uma guarda do Exército, forte, bem comandada. Para lá irão os cabeça, e lá ficarão os que não se convenha empregar em trabalhos públicos’.<sup>97</sup>

No término dessa reunião ficou ainda deliberado que seria necessário, antes de efetuar o golpe: ouvir os outros generais e a Marinha; redigir uma circular reservada, para ser enviada às altas autoridades militares; redigir ata desta reunião, para ser assinada por todos os presentes.

No dia seguinte o ministro Eurico Gaspar Dutra enviou missiva ao presidente Getúlio Vargas narrando-lhe o que fora discutido na reunião

---

<sup>96</sup> Extraído de SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: O plano Cohen*. Porto Alegre: L&M Editores, 1980.

<sup>97</sup> Extraído de SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: O plano Cohen*. Porto Alegre: L&M Editores, 1980. pp.28-29.

em seu gabinete, avisando-o sobre o golpe e sobre os preparativos. Justifica a necessidade de um golpe de Estado como única e exclusivamente resposta ao comunismo. Afirma que o comunismo seria o responsável pela:

(...) derrocada das instituições arquitetadas em séculos de laboriosa existência e esforçadas lutas, desmoronar dos princípios de moral que constituem monumentos soberbos, abolição da religião em que se alcandorou nossa cultura

espiritual, destruição dos laços de família que sempre consideramos o mais intangível santuário em que cultuamos nossos mais nobres e acrisolados sentimentos. Graças a um pugilo de heróis, graças à Providência que nos favoreceu com uma série de circunstâncias propícias, a sociedade brasileira escapou, malferida, dessa tremenda catástrofe. Salvou-se a sociedade, manteve-se de pé a Nação; mas desceram ao túmulo muitos de seus abnegados filhos e aqui deixaram o luto, a orfandade, a viuvez, a pobreza, a dor. (DUTRA, 1937, p.239)<sup>98</sup>

Eurico Gaspar Dutra se refere aos militares que foram mortos em 1935, por ocasião da Intentona Comunista.

Nesta solicitação feita ao presidente, o ministro da Guerra critica, mais uma vez, o Ministério da Justiça por não apoiar uma repressão mais severa aos envolvidos com o comunismo: “(...) Leis de repressão vêm sendo pedidas ao Congresso, mas o que nos foi dado é viciado, moroso, dispendioso e inócuo”.(Idem)

---

<sup>98</sup> Extraído de LEITE, Mauro Renault, NOVELI JÚNIOR. O Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

Afirma ainda o ministro da Guerra que os únicos culpados em impedir as eleições do dia 3 de janeiro de 1938 seriam os próprios comunistas que não deixaram outra escolha senão um Golpe de Estado:

A polícia está a par das atitudes subversivas de todos os elementos comunistas, fichados ou não, visando um novo golpe contra as instituições. Sabe ela que o Partido Comunista previu e determinou a reorganização dos seus quadros e bases, reorganização que estará ultimada em 30 do corrente mês. A partir dessa data estará o partido em condições de deflagrar o movimento, não só na Capital Federal, como principalmente no Nordeste brasileiro. Temos informações seguras de que a explosão se dará antes das eleições gerais de 3 de janeiro do ano vindouro, eleição cuja

realização o comunismo deliberou impedir. (DUTRA, 1937, p.242)<sup>99</sup>

No dia 30 de setembro de 1937 a Casa Militar da Presidência da República distribuiu um comunicado oficial que foi publicado em todos os jornais do Rio de Janeiro:

O general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República, comunicou ontem ao Departamento de Propaganda que seria entregue hoje, quinta-feira, a fim de ser divulgado pela “Hora do Brasil” o texto das instruções do Komintern para a ação dos seus agentes em nosso País. Essa documentação foi apreendida pelo Estado-Maior do Exército. A divulgação dessas instruções porá o país a par do tenebroso plano organizado pelos dirigentes do Partido Comunista russo, no qual estão previstos desde depredações e incêndios, até os desrespeitos à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Extraído de LEITE, Mauro Renault, NOVELI JÚNIOR. O Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p.242.

<sup>100</sup> Publicado em todos os jornais do Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas, seguindo as instruções dadas pelo Ministério da Guerra, declarou a comoção grave (equiparada ao Estado de Guerra) por 90 dias (Decreto Legislativo N°117 de 02 de outubro de 1937), ao justificar que as instituições políticas e sociais podiam sofrer graves danos com o possível ataque surpresa dos comunistas, consolidando assim, a consonância entre as forças armadas e o governo civil.

Podemos notar esse acordo entre ambos no diário do ministro e qual é o papel do exército nesta correlação de forças. Conforme registra o ministro da Guerra, o exército sequer participa da elaboração da “nova constituição” que deverá referendar o regime ditatorial. Embora o ministro participe das decisões, cabe a palavra final a Getúlio, o qual define onde e quando haverá intervenção nos estados e quem serão os substitutos dos referidos governos

Outubro, 20 – O Dr. Getúlio falou-me no modo como poderá ser desencadeado o movimento que nos levará a um golpe de Estado. Para isso é necessário primeiramente garantir o apoio dos principais estados. Agir em seguida.

Outubro, 21 – Durante o despacho com o Dr. Getúlio, falamos da substituição do Macedo Soares no Ministério da Justiça e de sua possível ida, mais tarde, para São Paulo. É intenção do Presidente fazer, oportunamente, uma recomposição ministerial. Para substituir desde já o Macedo Soares, convidará o Dr. Francisco de Campos.

Outubro, 23 – O Presidente falou sobre a situação de diversos estados, mostrando-se desejoso de intervir em São Paulo. A ele e ao deputado Agamemnon Magalhães, manifestei-me contrário a essa intervenção, uma vez que aquele estado não está criando embaraços ao governo central; ademais, tal ato pode ocasionar uma reação geral. Até mesmo do Exército.

Outubro, 24 – Procurei, pela manhã, o Dr. Francisco de Campos, com quem palestrei sobre os acontecimentos em curso. Mais tarde, fui ao Palácio Guanabara, a chamado do

presidente. Da nossa conversa, ficou assentado: que numa data próxima se reunirá o Conselho de Segurança Nacional, ao qual será apresentada a nova Constituição; aceita que seja, o presidente fará um manifesto à nação e dará o golpe de Estado. Os estados, ou a maioria deles, cujos governadores já estarão orientados nesse sentido, apoiarão o ato, dando-se, assim, a mudança do regime.

Visitei, a seguir, o Dr. Benedito Valadares, que encontrei muito bem disposto e propenso a desencadear já o movimento, que, a seu ver, não pode ser mais protelado.

Outubro, 26 – A chamado do Presidente, estive no Guanabara, onde falamos das questões que nos preocupam. O Dr. Getúlio inclinado a intervir em São Paulo e contemporizar, por enquanto, com Pernambuco e a Bahia. Penso de modo justamente contrário.

Novembro, 3 – O Dr. Getúlio deliberou exonerar o Dr. Macedo Soares da pasta da Justiça. Falamos da

possibilidade de Lima Cavalcanti renunciar ao governo de Pernambuco e ser nomeado embaixador.

Novembro, 4 – Despacho com o presidente. Indaguei dele se a Constituição a vigorar no novo regime será posta em execução integral desde o início do governo. Explicou-me que nos primeiros tempos haverá mais um governo ditatorial que constitucional; apenas em parte será posta em prática a nova Constituição.

Novembro, 5 – Fiz ver ao Dr. Getúlio o inconveniente em se retardar mais o golpe projetado, pois os adversários estão tentando, por todos os meios, dividir o Exército. Ficou assentado que o movimento será executado no dia 10 próximo. Numa reunião havida à tarde no Palácio Guanabara, ficou deliberado conceder a exoneração pedida ao Dr. Macedo Soares, comunicando o presidente aos presentes (ministro da Marinha, General Góis e Capitão Filinto Muller) que o Dr. Francisco Campos será o novo Ministro da Justiça. Disse-me o Dr. Getúlio que já incumbiu o Dr. Agamemnon de redigir o decreto de intervenção em Pernambuco. (DUTRA, 1937, p.258)<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> Extraído de LEITE, Mauro Renault, NOVELI JÚNIOR. O Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. pp. 257-260.

É importante dizer que o Estado/governo não necessariamente precisa utilizar-se de acontecimentos reais para criar referenciais identificadores, porém ele pode simular uma situação, como foi o caso do “Plano Cohen”, para se manter no poder ou para camuflar os seus insucessos político e administrativo:

Mesmo que o Estado ainda não enfrentasse ameaças sérias à sua legitimidade e coesão, nem forças poderosas reais de subversão, o mero declínio dos liames sócio-políticos tornava imperativo formular e inculcar novas formas de lealdade cívica (“uma religião cívica” nas palavras de Rousseau), visto que outras lealdades potenciais eram agora capazes de expressão política. Pois, que o Estado poderia sentir-se absolutamente seguro na era das revoluções, do liberalismo,

do nacionalismo, da democratização e da ascensão dos movimentos operários? (...) E se, por um acaso, o Estado não fosse bem-sucedido em converter seus cidadãos à nova religião antes que eles ouvissem outros pregadores rivais, podia estar perdido.(HOBSBAWM, 2002, p.106)

A instabilidade política engendrada pela chamada intentona comunista, a comoção popular causada pelo Plano Cohen e o receio de novas rebeliões, com os constantes estados de sítio, proporcionaram o golpe de Estado que foi configurado pelo Ministério da Guerra sob o comando de Vargas.

Assim instaurava-se a ditadura no dia 10 de novembro de 1937 com o pronunciamento transmitido a todo o país pelo rádio por Getúlio Vargas:

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil (...) as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista,

favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado” (VARGAS, 1937, pp.265-266)<sup>102</sup>

Neste pronunciamento podemos perceber que as críticas de Getúlio Vargas são as mesmas que as que Pedro Aurélio de Góes Monteiro fez quando foi ministro da Guerra em 1934: crítica ao partidarismo, à imprensa que veiculava informações sobre os movimentos sociais, ao Ministério da Justiça e às leis consideradas muito brandas quanto à repressão dos envolvidos em ações consideradas subversivas, exaltação dos feitos militares etc. A impressão que temos ao ler o Discurso-Manifesto de Getúlio Vargas é que estamos lendo o relatório de Góes Monteiro, tamanha a semelhança.

---

<sup>102</sup> BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Ed. Brasília, 2002. Vol. V. pp.265-266 .



Portanto, não apenas as instituições da máquina governamental no regime democrático eram ineficientes, quanto se decretava sua falência pela degeneração dos partidos e pela falta de visão da coisa pública dos agentes políticos. Partidos políticos não eram confiáveis e votar em seus candidatos era um perigo para nação, pois isto seria um motivo de perturbação econômica, política e social. A democracia era, neste contexto, algo perigoso de ser exercido na sociedade brasileira:

O sufrágio universal passa, sim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade (...) é dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do

quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social". (VARGAS, 1937 p.31)<sup>103</sup>

Com estas declarações, pronunciadas no dia 10 de novembro de 1937, os interesses estatais são anunciados como interesses coletivos e que para manter a ordem era necessário protelar a saída de Getúlio Vargas do poder que deveria ocorrer com as eleições de 1938. Vargas deixa explícito que o seu regime político era o mantenedor da ordem no cenário brasileiro e uma mudança de governo seria o caos para a nação.

---

<sup>103</sup> BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Ed. Brasília, 2002. Vol. V. p.31.

A ditadura implantada em 1937 recebeu o nome de Estado Novo (nome tirado da ditadura de António de Oliveira Salazar em Portugal) e durou até 29 de outubro de 1945, quando Getúlio foi deposto.

Fecha-se o Congresso, extingue-se os partidos políticos, outorga-se uma nova constituição, que conferia a Getúlio o controle total do poder executivo, lhe permitia nomear interventores nos estados. A citada constituição previa ainda a eleição de um novo Legislativo, o que nunca se realizou no Estado Novo, pois, conforme afirmara Getúlio, “nos primeiros tempos haverá mais um governo ditatorial que constitucional; apenas em parte será posta em prática a nova Constituição.”

Esta Constituição, apelidada de "*Polaca*", (denominação de uma zona de baixo meretrício no Rio de Janeiro), na prática não vigorou pois

Getúlio governou durante todo o Estado Novo por decreto-lei e nunca convocou o plebiscito nela previsto.

O Estado Novo foi apoiado pelo alto oficialato das Forças Armadas, pela classe média e por amplos setores das burguesias agrária e industrial. Rapidamente Vargas ampliou suas bases populares recorrendo à repressão e à cooptação dos trabalhadores urbanos: interviu nos sindicatos, sistematizou e ampliou a legislação trabalhista.

Em 27 de dezembro de 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura aos meios de comunicação, pela propaganda do governo e pela produção do programa *Hora do Brasil*.

Silenciada a oposição e dominados os sindicatos – reorganizados por lei inspirada na da Itália de Mussolini, que anulou influências comunistas e anarquistas e atrelou os sindicatos ao Estado -, Getúlio Vargas via-se, depois de oito anos de refregas quase ininterruptas, dono e senhor do governo do Brasil. (KOIFMAN, 2002, p.343)

Sua principal sustentação, porém, foram as Forças Armadas. Durante o Estado Novo elas foram reaparelhadas com modernos armamentos comprados no Exterior e começaram a intervir em setores considerados fundamentais para a segurança nacional, como a siderurgia e o petróleo.

A burocracia estatal foi outro ponto de apoio: cresceu rapidamente e abriu empregos para a classe média. Em 1938, Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que era encarregado de unificar e racionalizar o aparelho burocrático e organizar concursos para recrutar novos funcionários.

O comunismo foi transformado no grande causador dos problemas da sociedade brasileira. As idéias comunistas estão intrinsecamente ligadas às camadas de trabalhadores operários.

Getúlio Vargas, para se manter no poder sem o perigo de manifestações contrárias ao seu regime que poderiam levar a uma revolução feita “de baixo”<sup>104</sup>, percebeu que deveria controlar as ações dos operários por intermédio de discursos ideológicos, principalmente os que enfocavam a ordem, o trabalho e a harmonia entre as classes sociais; para que se comportassem de uma forma passiva. Isto porque

---

<sup>104</sup> Termo marxista que significa a revolução feita pelos menos favorecidos, pelos operários, mudança brusca e essencial na ordem vigente.

as idéias anarquistas e comunistas estavam presentes nas metrópoles onde havia uma concentração de fábricas.

Vargas anunciava que a “revolução” já havia sido feita em outubro de 1930, ou seja, o golpe militar que o colocou no poder, e que só bastaria mantê-la por intermédio da ordem e do trabalho. Segundo Alfredo Bosi:

As décadas de 30 e 40 vieram ensinar muitas coisas úteis aos nossos intelectuais. Por exemplo, que o tenentismo liberal e a política getuliana só em parte aboliram o velho mundo, pois compuseram-se aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias (...) Enfim, que o peso da tradição não se remove nem se abala com fórmulas (...) mas pela vivência sofrida e lúcida das tensões que compõem as estruturas materiais e morais do grupo em que se vive.(BOSI, 1991, p.430)

É importante notar que os discursos dos ministros da Guerra e de Getúlio Vargas anunciavam “a harmonia entre empregados e empregadores” o que era uma tentativa de contradizer as idéias anarquistas e comunistas sobre a existência da luta de classes:

É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do congraçamento de todas as classes sociais (VARGAS, 1937, p.350)

Podemos perceber as semelhanças entre a fala de Getúlio Vargas e discurso do ministro Eurico Gaspar Dutra de 19 de maio de 1937 concernentes a afirmação implícita de inexistência de luta de classes e ratificação da essência harmoniosa e pacífica da população brasileira:

(...) Em tais emergências, cumpre ao Ministério da Guerra preservar a ordem e manter as instituições, conservando o Exército afastado de influências estranhas às suas legítimas finalidades, sem intuítos velados nem maquinações tendenciosas. Cabe o empenho deste órgão do poder público manter o Exército na estrada rata do dever, como elemento de coesão e de fraternidade entre os brasileiros, e nunca como instrumento de opressão, de desmembramento e de desordem (...) Lembrai-vos de que, na sinceridade dos nossos propósitos, na nossa unidade de vistas, na nossa indiscutível coesão e na disciplina consciente e inabalável, repousam, ainda e sempre, a honra e a integridade da pátria, a prosperidade da Nação e a tranqüilidade da família brasileira.<sup>105</sup>

A Era Vargas que se configurou a partir de 1930 não foi um período de paz, harmonia e segurança como anunciado. Pelo contrário, a repressão, a censura e ausência da prática democrática

marcaram o governo Vargas, sustentado, por um lado pelos interesses dos que foram privilegiados com este governo e, por outro, pelo alto oficialato das forças armadas, que garantiu assim sua unidade e a manutenção de sua participação política subordinada.

---

<sup>105</sup> Discurso extraído de LEITE, Mauro Renault; NOVELI JÚNIOR. O Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1938. pp. 194-196.

### **Considerações Finais**

Essa pesquisa pretendeu mostra que os militares não se afastaram do poder político, mas permaneceram e governaram junto com as oligarquias latifundiárias e depois com a burguesia industrial, por intermédio do Ministério da Guerra, cujos ministros eram os oficiais do Exército, durante todo o período analisado.

Vimos que após a Proclamação da República em 1889 os altos oficiais das Forças Armadas tomaram o poder e para os militares continuarem participando da vida política, precisavam das oligarquias que sustentavam as finanças do país por intermédio das exportações. Assim, um jogo de interesses foi implantado: de um lado as oligarquias,

que dependiam dos militares para permanecerem no poder sem a ameaça de um golpe e do outro lado os oficiais do Exército que não queriam se afastar do poder político, mas precisavam da ajuda financeira das oligarquias para viabilizar sua condução da política.

Os militares sempre anunciaram a função do exército na defesa da nação. Ou seja, a possível função social que cumpri nesta forma particular de desenvolvimento da república no Brasil. Este fortalecimento do aparato militar na política os colocará, muitas vezes, em confronto com algumas oligarquias que o sustentava, o que se verifica pela criação, pelo alto oficialato do Exército de “inimigos”, visando ratificar a relevância da defesa exercida por esta corporação.

A função social que tais militares cumpriram foi a de auxiliar o projeto político de uma burguesia industriária frágil, insipiente, tardiamente configurada e que, por sua incapacidade de romper com as oligarquias rurais, necessitou do respaldo destes militares. Daí a importância e a visibilidade que tais militares obtém na condução das políticas do país, por meio da atuação dos ministros que ocupavam a pasta da Guerra.

As oligarquias do latifúndio buscavam minar o poder político do alto oficialato do Exército desde o governo do presidente civil Epitácio Pessoa e, embora os militares fossem contrários à “modernização” muito “radical”, neste momento reforçam suas críticas aos ruralistas, pois agora podiam contar com o apoio financeiro da burguesia industrial.

A transição da década de 1920 para 1930 revelou o enfraquecimento das oligarquias ligadas ao latifúndio depois da quebra

da bolsa de valores de Nova Iorque que resultou na crise econômica mundial.

Visando atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo que se impunham no Brasil, Getúlio Vargas atende os interesses da burguesia industrial e, com a sua ajuda financeira, respalda-se mais uma vez nos militares que assim continuam a participar intensamente da vida política do país. Desta forma, os “inimigos” da burguesia eram também os “inimigos” dos ministros da guerra que deveriam, nesta conjuntura, cumprir a função de aprofundar os preceitos, consolidar e propagar a ideologia da segurança nacional.

Os interesses da burguesia integram a estrutura do governo, e dadas as características ainda agrárias de nossa sociedade, configura-se a organização de um poder que adquire cada vez mais visibilidade no cenário político nacional. Assim consolida-se uma dinâmica que vai se perpetuar neste país: a aliança da burguesia com os militares para proceder às reformas “pelo alto”, isto é, isolando e controlando as forças sociais. Colocava-se assim o exército como o guardião da nação contra ela própria, pois considerava os congressistas os inimigos da pátria, que denegriam a imagem do país e denunciavam a condição de miserabilidade em que se encontrava a população.

As forças Armadas, neste sentido, se colocam como as construtoras da nação, pois elas seriam o próprio reflexo do que o nosso povo teria que cultivar, ou seja, o caráter coletivo, a ordem, o cumprimento do dever e a disciplina. Todos os movimentos subversivos, portanto, deveriam ser reprimidos.



Como se observa, as demandas sociais passam a ser consideradas um problema de segurança nacional e como tal devem ser combatidas por um exército preparado para enfrentar guerras que “colocam em perigo a nação”. O Estado ultrapassa seu caráter bonapartista, com os militares cumprindo a função de massacrar os miseráveis que não interessam mais à nova ordem capitalista que se industrializa, sem romper sua subordinação com o campo, demonstrando a autocracia burguesa que o institucionaliza.

Instaura-se assim a correlação de forças que garante a continuidade do desenvolvimento industrial cujas bases vinham se desenvolvendo a partir de 1930 e se inicia o processo de renovação do parque tecnológico sob o jugo ditatorial, pelo alto, com os trabalhadores do campo excluídos de quaisquer benefícios ou direitos trabalhistas e os operários “pacificados”.

### **Referências Bibliográficas**

#### **Locais de Pesquisa**

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte (MG).

Biblioteca do Exército – Rio de Janeiro.

Biblioteca Mário de Andrade.

Biblioteca Nacional (RJ).

Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Biblioteca.

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto (MG). Arquivo e Biblioteca.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da FGV. [www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc).

a) Fontes de informação sobre as corporações militares

BRASIL, LEIS E DECRETOS. *Leis penais de guerra; códigos e leis militares de segurança nacional*. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL, LEIS E DECRETOS. *Decreto-lei n. 4.766 – 1-10-42*. Define crimes militares e contra a segurança do estado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Manual básico de campanha: informação militar, identificação das aeronaves alemãs*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de história do Brasil, para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1920.

CÂMARA, Alfredo Arruda. *As polícias militares, discurso pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1935*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR. *Hinos e canções militares*. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 1981.

FIGUEIREDO, Antonio Joaquim de. *Breve introdução à história dos colégios militares no Brasil*. Rio de Janeiro, 1958.

MOTA, Paulo Roberto de Mendonça. *Movimentos partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

PIMENTEL, Joaquim Silveiro de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

STEPAN, Alfred C. *Os militares na política, as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

*b) Bibliografia Citada*

AMARAL, Antônio Barreto do. Prudente de Moraes: Uma vida marcada. IGHSP, 1971.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil - um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*, SP, Cortez e Ensaio, 1988.

BARRETO, João de Deus Noronha Menna. *Ainda os Menna Barreto, 1919-1969*. Rio de Janeiro: s./ed., 1971.

BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Ed. Brasília, 2002. Vol. V.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti - Semitismo na Era Vargas (1930 - 1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1870 - 1944)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado, forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ad Hominem, 1999.

\_\_\_\_\_, *A Miséria Brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

D'AMARAL, Márcio Tavares. Rodrigues Alves. São Paulo: Editora Três, 1974.

D'ALESSIO, Márcia Barbosa Mansor. *Problematique nationale et populisme dans le Brésil de Getúlio Vargas*. Tese de doutorado. Paris: Université de Paris - Sorbonne, 1979.

FARIA, Duque de. *Em defesa da Ordem - Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: HICITEC, 1988.

FARIA, Antonio A. da Costa. *Getulio Vargas e Sua Época*. Global, 2001. (vol.7)

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *VARGAS: o capitalismo em construção*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Salles: Política e Finanças 1889-1902*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOIFMAN, Fábio. *Presidentes do Brasil: De Deodoro a FHC*. Rio de Janeiro: Cultura, 2002.

LEITE, Mauro Renault; NOVELI JÚNIOR. *O Marechal Eurico Gaspar Dutra. O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LOPES, Theodorico, GENTIL, Torres. *Ministros da Guerra no Brasil (1808-1946)*. Rio de Janeiro, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: A República do Catete*. Petrópolis: Vozes/Casa de Rui Barbosa, 1989. p.18. O verso faz referencia ao afastamento do presidente para extração de cálculo na bexiga.

MARX, K. - "O 18 Brumário de Luis Bonaparte". In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. "Como se deve escrever a história do Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, v.6, n.24, Jan. 1845.

MORAES, A.P. Quartim de. *Caxias*. São Pualo: Editora Três, 1974.

MORAES, Osmário de. *Os presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1995.

NOVELI JÚNIOR. *O Marechal Eurico Gaspar Dutra. O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

PAULA, Francisco de; PONDÉ, Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

PUNTONI, Pedro. "A arte da guerra: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)" In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RAGO, ANTONIO FILHO, *A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico*. Tese de doutoramento: PUC/SO, 1998.

RAGO, Maria Ap. de Paula, *O Demiurgo da Construção Nacional - A ideologia industrialista de Azevedo de Amaral*. Dissertação de Mestrado: PUC/SP, 1992.

REBELO, Aldo. *Forças armadas e soberania nacional*. 2ª ed. Brasília, 2001.

REIS, José Carlos. *A História entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996)

SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *A ameaça vermelha: O plano Cohen*. Porto Alegre: L&M Editores, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1962.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *Getúlio Vargas (1883-1954)*. São Paulo: Editora Três, 1974, p.97.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

### c) Bibliografia Consultada

AMARAL, Alzira Vargas do Peixoto. *Getúlio Vargas Meu Pai*. s.l: Coleção Catavento, 1960.

ANDERSON, P. *A crise do marxismo: Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AGUIAR ALMEIDA, Cláudio. *O cinema como agitador de almas: Argila, uma cena do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa C.de. *Getúlio Vargas: Esboço de biografia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ALMINO, João. *Os Democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BANDEIRA, Muniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.*

BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC-Forense, 1984. (4 vols.)

BEIRED, José Luís B. *Autoritarismo e nacionalismo: O campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: Da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 3ª ed., 1991.

BILAC, Olavo. *A defesa nacional*. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.

BOMFIM, Manuel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

BRANDI, Paulo, Vargas. *Da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella e outros (org.). *Jogos da política: Imagens, representações e práticas*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, s.d.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A política da Era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos no Tempo).

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *Os intérpretes das Luzes: Liberalismo e imprensa paulista 1920-1945*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1986.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. (30 mai. 1999) *A liberdade dos pós-modernos*. Disponível em: <[http://www.uol.br/fol/brasil500/dc\\_6\\_1.htm](http://www.uol.br/fol/brasil500/dc_6_1.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. (8 ago. 1999) *500 anos de ilusão*. Disponível em: <[http://www.uol.br/fol/brasil500/dc\\_6\\_1.htm](http://www.uol.br/fol/brasil500/dc_6_1.htm)>. Acesso no dia: 17 jul.2003.

\_\_\_\_\_. (26 dez. 1999) *Os esplendores da imortalidade*. Disponível em: <[http://www.uol.br/fol/brasil500/dc\\_6\\_1.htm](http://www.uol.br/fol/brasil500/dc_6_1.htm)>. Acesso no dia 19 jul. 2003.

CARVALHO, Ronald de. *Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora do Anuario do Brasil, 1924.

CASTRO GOMES, Ângela. *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. O redescobrimento do Brasil. In: *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CHASIN J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. s.l: Ad Hominem, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DEBERT, Guita Debert. *Ideologia e Populismo*. São Paulo: TAC, 1979.

DEBRUN Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*, São Paulo: Brasiliense,1983.

DORIA, Francisco Antônio. *No tempo de Vargas: Memórias, reflexões e documentos*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. Contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1939.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: Biografia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renes, 1979.

ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus, 1980.

FARIA, Antonio Augusto. *Getulio Vargas e Sua Época*. Global, 1993. (vol.8)

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: Historiografia e história*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania Nordeste em Tempos de Vargas*. Cooperativa Cultural - UFRN, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os Trabalhadores na Era Vargas*. Cooperativa Cultural - UFRN, 1997.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOSTER, Dulles, J. *A Faculdade de Direito de SP e a resistência anti-facista*. São Paulo: EDUSP / Nobel, 1984.

FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *A esquerda e o movimento operário*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FUCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: Influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOÉS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934.

GOMES, Ângela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice – IUPERJ, 1988.

\_\_\_\_\_. *Burguesia e Trabalho*.s.l: Ed. Campus, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas*. 6ª ed. Porto Alegre: Tchê, 1984.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914 -1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (vol. 1).

\_\_\_\_\_ e J. Ranger, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.



HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IANNI, Octávio. *Dialética e capitalismo*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia: uma questão de cidadania. In: MARTINS, Ismênia de Lima, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, IOKOI, Zilda Gricoli. *História e cidadania*: XIX simpósio nacional de história – ANPUH. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH – USP, 1998.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*: Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITE, Mauro Renault, NOVELI JÚNIOR. *O marechal Eurico Gaspar Dutra*: O dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papyrus/Unicamp, 1986.

LEVINE, Robert M. *O regime Vargas*: Os anos críticos (1934-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Valentiva Rocha (Coord.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária*: Aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero – UFRJ, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil*: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1980.

MARX, Karl, Engels, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de (25 jul. 1999) *Modos de fazer a nação feliz*. Disponível em: <[http://www.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_4\\_1.htm](http://www.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_1.htm)>. Acesso no dia: 22 jul. 2003./

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de [et al]. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIMENTA VELOSO, Mônica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

\_\_\_\_\_. *O mito da originalidade brasileira: A trajetória intelectual de Cassiano Ricardo; dos anos 20 ao Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1983.

\_\_\_\_\_. *Cultura e poder político*. In: *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo: Volpe - 2 Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMER, Leon. *O surgimento das nações: O poder político; a natureza histórica do estado; os estados nacionais*. São Paulo: Atual, 1985.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1982.

PRADO JR., Caio. *O programa da ALN*. In: *Revista Nova Escrita/ Ensaio nº 10*. SP: Escrita, 1982.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RODRIGO, Maria Lídia. *O nacionalismo no pensamento filosófico: Aventuras e desventuras da filosofia no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

ROCHA Valentina da Lima. *Getúlio uma História oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1939: guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, José Rogério da. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992.

SODRÉ, N.W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SPERB, Dalilla Clementina. *Educação para o trabalho*. s.l: s.e, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Laura de Mello (20 mar. 2002) *Intolerância é legado colonial*. Disponível em: <[http://www.uol.com.br/fof/brasil500/entre\\_7.htm](http://www.uol.com.br/fof/brasil500/entre_7.htm)>. Acesso no dia 05 ago.2003.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)